



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação

Instituto de Psicologia

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E CULTURA

MESTRADO ACADÊMICO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E CULTURA

**NARCISISMO E FUNÇÃO PARENTAL: INCURSÕES NA CLÍNICA, TEORIA
PSICANALÍTICA E LITERATURA**

POR

CÁSSIO MARCELO BATISTA VELUDO

BRASÍLIA – DF, 2009



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação

Instituto de Psicologia

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E CULTURA

MESTRADO ACADÊMICO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E CULTURA

**NARCISISMO E FUNÇÃO PARENTAL: INCURSÕES NA CLÍNICA, TEORIA
PSICANALÍTICA E LITERATURA**

CÁSSIO MARCELO BATISTA VELUDO

Dissertação realizada sob orientação da Prof.^a Dr.^a Terezinha de Camargo Viana e apresentada à banca examinadora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília.

Brasília – DF

Agosto

2009

DEDICATÓRIA

Para meus amados pais, Nautílio e Dalva, e para os pais de meus pais, Chiquito, Dejinha, Albinha e Veludo, cujos (des)encontros, tornaram tudo isso possível.

Também para Quequel, Lala e Juju, as melhores irmãs que alguém poderia ter.

Para minha amada, amiga, companheira e revisora Alê.

E para nossos dois últimos tripulantes: Edinho e “pacotinho”.

AGRADECIMENTOS

À Terezinha, pelo acolhimento, confiança, incentivo, orientação, energia, empolgação e tranquilidade em todo o percurso. Foi uma honra e um prazer trabalhar com você.

À Eliana, eterna fonte de motivação e inspiração. Agradeço pelo clínico estudioso que você me ensinou a ser.

Aos meus pacientes, por terem me permitido entrar em suas vidas. A ajuda que lhes prestei não foi maior que as reflexões suscitadas a partir de nossos trabalhos.

Ao grupo de orientação, sem o qual a caminhada teria sido muito árida e solitária.

EPÍGRAFE

A significação desse período da infância é dupla: por um lado, durante esse período, pela primeira vez se tornam manifestas as tendências instintuais que a criança herdou com sua disposição inata; e, em segundo lugar, outros instintos seus são, pela primeira vez, despertados e postos em atividade pelas impressões externas e experiências casuais. Penso não haver dúvida de que existe justificativa para estabelecermos essa dúplice divisão. A manifestação das disposições inatas realmente não está sujeita a objeções críticas, mas a experiência analítica de fato nos leva a supor que experiências puramente casuais, na infância, são capazes de deixar atrás de si fixações da libido. E nisto não vejo nenhuma dificuldade teórica. (...) A importância das experiências infantis não deve ser totalmente negligenciada, como as pessoas preferem, em comparação com as experiências dos ancestrais da pessoa e com sua própria maturidade; pelo contrário, as experiências infantis exigem uma consideração especial. Elas determinam as mais importantes conseqüências, porque ocorrem numa época de desenvolvimento incompleto e, por essa mesma razão, são capazes de ter efeitos traumáticos. (Freud, 1917[1916-17]/2006, pp. 363-364)

RESUMO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa bibliográfica e da articulação teórica em torno do narcisismo e da função parental. Chamamos a atenção para esses dois conceitos por julgarmos ser possível realizar, a partir deles, uma leitura psicanalítica freudiana que nos permita estudar as relações entre pais e filhos com base no entendimento das questões metapsicológicas que fundamentam estas relações. Não estamos interessados em estudar exclusivamente a subjetividade parental ou a subjetividade da criança, mas sim a tensão que surge na relação com o outro, situação que constitui, de acordo com a psicanálise freudiana, um dos fundamentos da subjetividade humana. O narcisismo talvez seja, nesse sentido, um conceito privilegiado, pois delineia uma estrutura conceitual que tenta dar conta desta tensão que assola o Eu sempre muito frágil e desamparado, incapaz mesmo de lidar com os estímulos que o assolam, sejam eles provenientes do mundo interno ou do externo. Com o conceito de função parental tentamos oferecer certo contorno teórico para determinadas observações clínicas obtidas em nosso consultório, não com o objetivo de descrever estilos ou condutas parentais consideradas melhores, e sim, de tentar compreender as conseqüências que podem advir da existência de uma marca narcísica no amor que os pais sentem por seus filhos. Para tanto, buscaremos apoio também na literatura de forma que a inspiração e a observação das relações humanas feita pelo grande gênio de Honoré de Balzac possa nos ajudar a tornar menos árido o caminho a percorrer.

ABSTRACT

This work is an outcome of a bibliographic research and a theoretical discussion about narcissism and parental function. We emphasize these two concepts because we think they can make it possible to carry out a Freudian psychoanalytic understanding of the relationship between parents and offspring, discussing the metapsychological issues involved. We are not interested about parental or children subjectivity as separated topics, so we try to center our attention to the inevitable strain present on human relationship and to the primary mental organization occurred also in response of this strain. Thus, narcissism would be an interesting concept because it helps to outline an important explanation for that primary mental organization, pointing that the Ego is from the very beginning powerless to deal with both inner and external stimulation. The parental function concept tries to put forward a theoretical comprehension about some clinical observations that take place on daily clinical work. However, this path will not lead us to the description of parental behaviors patterns in order to discover the paramount parental behavior. Regardless, we aim to think over the consequences that can be produced by the narcissistic mark which can be found blended to parental care. The literature will aid us on this route, providing us with the overriding inspiration and the clever human observation accomplished by Honoré de Balzac.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO – DOUTOR, O MEU FILHO NÃO ESTÁ BEM | 8 |
| CAPÍTULO 1 – EGOÍSMO, AGRESSÃO E NARCISISMO | 14 |
| CAPÍTULO 2 – FUNÇÃO PARENTAL E TEORIA PSICANALÍTICA..... | 32 |
| 2.1. FUNÇÃO PARENTAL E FUNCIONAMENTO PSÍQUICO DA CRIANÇA | 37 |
| 2.2. SEXUALIDADE E FUNÇÃO PARENTAL | 55 |
| CAPÍTULO 3 – INCURSÕES NA LITERATURA: UM ESTUDO DA FAMÍLIA GORIOT | 85 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 118 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 126 |

INTRODUÇÃO – DOUTOR, O MEU FILHO NÃO ESTÁ BEM

A clínica infantil costuma gerar um contato bastante intenso e frequente com os pais ou responsáveis pela criança. Muitas vezes são estes a primeira e a principal fonte de informações acerca da criança e, nesse sentido, o modo como percebem e avaliam seus filhos, numa palavra, o diagnóstico que fazem dele, constitui o primeiro material de trabalho para o psicólogo que atende crianças.

Contudo, é bastante comum observar certa dissonância entre o modo como os pais descrevem o comportamento dos filhos em casa, na escola ou em qualquer outro ambiente onde o problema esteja ocorrendo e o modo como a criança se porta no consultório. Não é raro, por exemplo, que ela aja na sessão de modo bastante diverso da expectativa criada pelo relato dos pais ou pelos dados preocupantes provenientes de relatórios, laudos psicológicos, registros escolares e avaliações psiquiátricas apresentadas nas primeiras sessões. Por outro lado, também é possível que ao longo do tratamento algumas das queixas apresentadas pelos pais encontrem ressonância nos comportamentos da criança dentro do consultório. Nesses momentos, é possível observar o surgimento de resistências que podem, na melhor das hipóteses, rivalizar contra os esforços terapêuticos e, em alguns casos, até mesmo inviabilizar a continuidade do tratamento.

Uma definição de resistência que tem o mérito de ser ao mesmo tempo simples e ampla é oferecida por Laplanche e Pontalis (2001). Segundo os autores, “chama-se resistência a tudo o que nos atos e palavras do analisando, durante o tratamento psicanalítico, se opõe ao acesso deste ao seu inconsciente” (p. 458). A resistência definida dessa forma guarda íntima relação com o mecanismo do recalque, de tal sorte que, com o avanço da técnica analítica, ela vai aos poucos deixando de ser definida como um obstáculo a ser vencido e ultrapassado pela insistência e cada

vez mais reconhecida como um “meio de acesso ao recalcado e ao segredo da neurose; de fato, são as mesmas forças que vemos atuar na resistência e no recalque” (p. 459).

Infelizmente, as resistências que se instalam durante o tratamento da criança não se limitam ao *setting* terapêutico e à relação com a criança. Os pais podem acabar, muitas vezes, criando dificuldades ainda mais imobilizadoras do que as já enfrentadas no contexto psicoterápico o que pode até mesmo comprometer o tratamento dos filhos. Assim, por exemplo, presenciamos diversas vezes pais que solicitam atendimento para os filhos e algumas sessões mais tarde criam uma série de dificuldades, tais como: faltas frequentes, atrasos sistemáticos, reclamações quanto ao valor, atraso no pagamento dos honorários, entre outros, situações que acabam provocando uma grande perturbação na relação terapêutica.

Resistências, conflitos entre pais e filhos, engajamento e abandonos de tratamento. Cada criança levada ao consultório renova um questionamento sempre presente e que de certa forma sustenta o trabalho clínico: afinal, o que está acontecendo com essa família? Seria possível compreender os motivos ou ao menos identificar elementos que fundamentem certos conflitos enfrentados pela criança e pelos pais? É em torno desse questionamento geral que esta dissertação transcorrerá, não com o objetivo de promover respostas conclusivas, mas de identificar quais reflexões podem ser suscitadas e de que forma estas reflexões podem ser úteis para a prática clínica.

No capítulo um, voltaremos nossa atenção para a criança, especialmente para duas características, a hostilidade e o egoísmo infantis, que com certa frequência produzem um quadro bastante perturbador para a dupla parental. Apesar da série de distúrbios, inclusive de ordem psicopatológica, ou dificuldades que podem surgir na relação com uma criança que se mostra egoísta ou agressiva, não abordaremos essas duas características como sinais inequívocos do

adoecimento infantil. Ao invés disso, tentaremos entender a dinâmica de funcionamento que sustenta estes distúrbios e dificuldades, refletindo inclusive sobre a contribuição parental em todo esse processo. Destacamos o conceito-chave narcisismo que receberá especial destaque neste capítulo, pois será a partir do estudo da estruturação narcisista que tentaremos enquadrar o egoísmo e a agressividade infantis como expressão de fenômenos libidinais e não como o resultado de alguma degeneração da personalidade infantil. Ainda como desdobramento dessa discussão sobre o narcisismo será proposto um conceito de função parental tal como Algarvio, Leal, Maroco e Serra (2008) o definem e iniciaremos um estudo sobre as relações que podem ser estabelecidas entre a constituição das subjetividades de pais e filhos.

Tentaremos aprofundar essa discussão no capítulo dois onde estudaremos a função parental, buscando, a partir de uma leitura psicanalítica, compreender os sentidos que este conceito pode ajudar a construir nas elaborações sobre determinados processos de subjetivação tanto nas crianças quanto nos pais. O eixo principal deste capítulo talvez seja o estudo de como a sexualidade influencia a constituição da subjetividade de tal forma que, a reflexão sobre a base sexual das relações entre pais e filhos, parece-nos um caminho fecundo para a compreensão do sujeito. Para tanto, dividiremos este capítulo em duas partes. Na primeira, intitulada *Função Parental e Funcionamento Psíquico da Criança*, defenderemos a idéia de que a função parental pode ter efeitos determinantes no funcionamento psíquico da criança, interferindo de forma decisiva na passagem do princípio de prazer para o princípio de realidade. Apoiaremos-nos especialmente nos conceitos de ambiente suficientemente bom de Winnicott e nas teorias freudianas sobre a pulsão e o estado de desamparo característico dos primeiros anos de vida.

Na segunda parte do capítulo dois, intitulada *Sexualidade e Função Parental*, nossa pesquisa recairá sobre o elemento sexual que fundamenta a função parental. A sexualidade será

caracterizada de acordo com a contribuição psicanalítica, ou seja, não trataremos do sexual segundo a concepção que remete ao amplo leque das condutas sexuais, sejam elas classificadas como aberrantes ou normais. Portanto, a todo o momento em que o sexual comparecer em nossas discussões, o leitor deverá se remeter ao conceito de sexualidade infantil. Escorado neste conceito defenderemos a hipótese de que a marca narcisista da função parental aponta para um conflito que se inscreve na subjetividade dos pais no momento em que se vêem obrigados a renunciar novamente os objetivos narcisistas que foram revividos pela projeção narcisista que recai sobre seus filhos.

Além disso, teremos a oportunidade de intercalar nessa discussão sobre sexualidade e função parental uma teoria proposta por Green (1988), que muito nos auxiliou a pensar essa relação. Referimo-nos ao complexo da mãe morta. Uma estrutura que se constitui em torno de uma (des)organização de ordem narcisista das relações entre a criança e uma figura parental, graças a uma reação defensiva causada pela percepção, aos olhos da criança, da morte psíquica desta figura, morte metafórica e que se deve a um luto muito intenso que absorve a figura parental. Tentaremos mostrar que, dentre outros motivos, este luto pode remeter a feridas narcísicas que se renovam na relação com os filhos. Assim, os filhos não apenas reviveriam o narcisismo dos pais, mas também renovariam suas feridas narcísicas.

No capítulo três faremos uma ponte entre algumas discussões propostas no transcorrer desta dissertação a partir do estudo de uma obra literária que se mostrou extremamente inspiradora. Referimo-nos ao clássico intitulado *O Pai Goriot* de Honoré de Balzac. Desde já tentaremos nos colocar em uma posição bastante despretensiosa, de modo que nossa incursão literária não se volte contra nós mesmos, gerando mais percalços do que contribuições para o trabalho. Para tanto, ressaltamos o valor exploratório da ‘análise literária’ que tentamos

empreender, sempre com o intuito de promover e sustentar as discussões e reflexões que serão propostas ao longo de nossa trajetória, seja cumprindo um papel de exemplificação de conceitos, seja apontando nuances clínicas que a leitura em nós suscitou. Destacamos nesse capítulo o debate sobre a função do amor objetal na determinação do funcionamento psíquico da criança e na preparação do sujeito para a vida em comunidade.

Por fim, e a título de conclusão, apresentaremos de forma resumida algumas considerações que tentarão, além de esquematizar o percurso realizado pela pesquisa, oferecer uma derradeira reflexão sobre questões que, apesar de formuladas e discutidas ao longo do trabalho, não receberam o devido tratamento, tendo em vista suas importâncias tanto para esta pesquisa, quanto para futuras investigações.

O projeto de pesquisa que doravante se desdobra será construído com base em um estudo analítico da bibliografia de trabalhos realizados no campo da psicanálise, com especial enfoque na obra de Freud, mas também buscando a contribuição de autores que de alguma forma sustentam a discussão dos temas aqui abordados. Dentre os autores, citamos com especial ênfase J. J. Laplanche e André Green, por suas estimulantes incursões na temática do narcisismo e das relações objetais originárias, conceitos que serão utilizados como pedra de toque para se pensar a subjetividade humana em seus processos constitutivos. Obteremos grande apoio também em conceitos elaborados por D. W. Winnicott acerca das implicações do ambiente suficientemente bom para o desenvolvimento infantil. Nesse ponto tentaremos intercalar essa proposta winnicottiana e o conceito de função parental, apresentado no capítulo um, esticando tal intercalação até o ponto em que seja possível vislumbrar as marcas da sexualidade como fonte e destino da estruturação subjetiva.

Uma última ressalva. O trabalho que apresentaremos a partir desse momento se insere num processo de pesquisa e reflexão que não se inicia nem se esgota nessas páginas. Ao longo da elaboração de sua confecção, muitos foram os caminhos que se abriram a nossa frente e inúmeros foram os desdobramentos que decidimos não explorar, caso contrário seria impossível dar a este trabalho a formatação acadêmica que dele se exige. Assim, os percursos que foram trilhados não devem ser considerados os únicos possíveis e se em alguns momentos a argumentação parece excluir outras possibilidades interpretativas, isso se deve, por um lado, à tentativa de explorar ao máximo as conseqüências de determinada idéia, mas principalmente pelas limitações estilísticas do autor.

CAPÍTULO 1 – EGOÍSMO, AGRESSÃO E NARCISISMO

Escolhemos iniciar nossa trajetória pelo estudo do egoísmo e da agressividade motivados, em grande parte, por uma necessidade gerada no trabalho clínico. Trata-se de uma demanda bastante significativa no atendimento de crianças, no sentido de que muitas queixas relatadas pelos pais acabam girando em torno dos conflitos vividos na relação com seus filhos por causa dessas duas características. Sendo assim, nutrimos o desejo de compreender como a dinâmica psíquica infantil sustenta estes conflitos, ou pelo menos que elementos da subjetividade infantil podem nos ajudar a explicar esses fenômenos. Além disso, interessa-nos investigar de que forma a subjetividade dos pais contribui para a construção e manutenção destes conflitos.

Evitaremos, neste momento, uma discussão muito prolongada sobre a melhor definição para os vocábulos egoísmo e agressividade. Neste início nos contentaremos com definições bastante operacionais, no intuito de, por um lado, desencorajar debates ideológicos ou moralistas sobre esse tema e, por outro, nos aproximar das queixas trazidas pelos próprios pais. Assim sendo, segundo o Dicionário Aurélio *Online*, o termo egoísmo remete-nos a um “*s.m.* sentimento ou maneira de ser dos indivíduos que só se preocupam com o interesse próprio, com o que lhes diz respeito”, e o termo agressão significa “*s.f.* ataque violento e intempestivo; provocação. / Insulto, ofensa” (p. 64).

De fato, tais definições parecem-nos suficientes para iniciarmos nossas discussões, ainda que posteriormente seja necessária alguma modificação. Portanto, ao nos referirmos à criança egoísta estaremos circunscrevendo uma postura infantil que se caracteriza pela supremacia de seus próprios desejos e necessidades e pelo não reconhecimento dos desejos e necessidades dos outros. Da mesma forma, o termo criança agressiva deverá nos remeter a uma série de

sentimentos, pensamentos e ações ligados à tentativa ou à efetiva realização de ferimentos, insultos e ofensas por parte da criança.

O terceiro elemento do título, isto é, o narcisismo, indica, senão o caminho, ao menos a direção que pretendemos trilhar neste capítulo, isto é, uma leitura psicanalítica do egoísmo e da agressão, ambos compreendidos como processos de subjetivação infantil a partir dos quais talvez seja possível refletir sobre a vida pulsional da criança e de que modo seus vínculos com o mundo – interno e externo – afetam sua subjetividade.

Iniciemos nossa trajetória resgatando um trecho da obra de Freud (1914/2004) no qual ele traça uma analogia entre a criança e os povos primitivos no que diz respeito à relação com o mundo exterior. O autor atribui esses traços semelhantes entre a criança e os povos primitivos a um

Delírio de grandeza: uma supervalorização do poder de seus desejos e de seus atos psíquicos, a ‘onipotência dos pensamentos’, uma crença no poder mágico das palavras, bem como uma técnica para lidar com o mundo exterior, a ‘magia’, uma decorrência de premissas grandiosas (p. 98).

A conclusão que Freud propõe é a de que essa característica da criança pode ser explicada pelo investimento libidinal que em determinado momento da vida encontra-se direcionado para o próprio Eu, antes mesmo de ser repassada para os objetos. Além disso, o autor propõe que esse investimento primário da libido nunca seria completamente retirado do Eu e, ainda que posteriormente a libido consiga ser deslocada do Eu para os objetos no mundo exterior, ela permaneceria essencialmente retida no Eu. Ou seja, afirmar que o investimento narcísico continua presente mesmo depois que o sujeito é capaz de deslocar parte de sua libido na direção de um objeto no mundo externo significa dizer que por mais que a libido encontre objetos no mundo externo para os quais possa fluir, o sujeito permanece ao longo da vida mais ou menos conectado a modos narcísicos de alocar sua energia pulsional.

Essa situação, contudo, não aponta para algo necessariamente patológico na vida mental do sujeito. Aliás, apesar de relacionar o narcisismo como elemento presente na esquizofrenia e na demência precoce, Freud (1914/2004) não trata a retenção da libido no Eu como se fosse algum defeito do aparelho mental, mas como um efeito proveniente das primeiras satisfações sexuais que “são vividas em conexão com funções vitais que servem ao propósito da autoconservação” (p. 107), ou seja, o auto-erotismo guia os primeiros investimentos libidinais do sujeito ao franquear um caminho – as pulsões do Eu – para que este investimento se dê, com o detalhe de que esta franquia permanece aberta e disponível ainda que posteriormente a libido encontre outros objetos para aderir.

Dessa forma, o narcisismo é apresentado como algo ligado à constituição do indivíduo e não como um desvio ocorrido durante um desenvolvimento suposto normal. Na concepção freudiana, o narcisismo primário, longe de ser uma patologia, instala-se como uma consequência do desenvolvimento do Eu, instância que, diferentemente das pulsões auto-eróticas, não está presente desde o início da vida. Se o Eu não está presente desde o início, então é “necessário supor que algo precisa ser acrescentado ao auto-erotismo, uma nova ação psíquica, para que se constitua o narcisismo” (p. 99).

Green (1988) radicaliza ainda mais a compreensão do narcisismo primário sugerindo que ele seja entendido não como um estado possível de ser observado no desenvolvimento humano, mas como uma estrutura, um conceito, uma abstração teórica produzida para explicar uma série de fenômenos não somente ligados à pulsão de vida, mas também à pulsão de morte. O narcisismo primário deveria, portanto, ser entendido em seu duplo sentido, positivo e negativo, Eros e pulsão de morte imbricados e empenhados no “Desejo do Um, aspiração a uma totalidade auto-suficiente e imortal onde o auto-engendramento é a condição, morte e negação da morte ao

mesmo tempo” (p. 142). Em contrapartida, o narcisismo secundário se inscreve como narcisismo do Eu, furtado dos objetos, o que “implica o desdobramento do sujeito, garantindo a continuidade do auto-erotismo como situação de auto-suficiência”. (p. 142)

É importante ressaltar que em 1914 a discussão que Freud propõe sobre o narcisismo ocorre antes de sua sistematização teórica que culminaria com a descoberta da pulsão de morte. Poderíamos talvez afirmar que a elaboração freudiana é, neste momento, marcada principalmente pela concepção econômica do aparelho psíquico tendo a libido como energia essencial. Como sabemos, a libido será posteriormente categorizada por Freud (1940[1938]/2006) em seu *Esboço de Psicanálise* como a energia de Eros, enquanto a energia da pulsão de morte permanece não nomeada. Portanto, parece ser uma tarefa arriscada buscar uma correspondência entre o conceito freudiano, que em 1914 notadamente enfatiza a libido, e os comentários feitos por Green (1988), que trata o narcisismo em sua dupla acepção positiva e negativa. Esse risco, entretanto, é significativamente diminuído por ambos os autores que esclarecem a íntima relação entre as pulsões de vida e as pulsões de morte. Assim, ainda no *Esboço...*, Freud (1940[1938]/2006) justifica a inclusão de impulsos agressivos na libido baseado “na opinião de que o sadismo constitui uma fusão instintiva de impulsos puramente libidinais e puramente destrutivos, fusão que, doravante, persiste continuamente.” (p. 167). Esta ‘fusão’ entre Eros e pulsão de morte encontra ressonância em Green (1988),

Pois se a compulsão à repetição é o modo de atividade de toda pulsão (...) pode-se dizer então que algo da essência da pulsão de morte está em Eros, ou que Eros a captou em seu proveito, o que desqualifica a pulsão de morte e nos obriga a falar dela como um termo invisível e silencioso de um par cujo contraste não é mais apreensível senão como uma sombra lançada sobre o brilho de Eros. (Green, 1988, p. 104).

Ampliaremos demasiadamente o escopo de nossa pesquisa se quisermos nela incluir um estudo mais amplo da teoria das pulsões. Com o intuito de não desviar muito de nosso percurso,

extrairemos da digressão anterior aquilo que mais nos interessa no momento que é a definição do narcisismo como um conceito básico para o estudo da subjetividade humana, como algo que não pode ser circunscrito a uma etapa da vida ou compreendido como um estágio do desenvolvimento. Permanecemos com Freud (1914/2004) no entendimento do narcisismo como um processo no qual o Eu é granjeado como destino do investimento pulsional, o que marca um caminho que a pulsão jamais abandonará por completo.

As afecções orgânicas seriam, segundo Freud (1914/2004), um exemplo de como a libido é retirada dos objetos do mundo externo, pois vemos como “o doente recolhe seus investimentos libidinais para o Eu e torna a enviá-los depois da cura” (p. 103). Esse mecanismo de recolhimento da libido no Eu parece nos dar uma pista sobre uma estratégia do psiquismo em momentos de crise ou dificuldade. Nesse caso, Freud refere-se ao modo como um distúrbio orgânico ocasiona um recolhimento da libido no Eu o que suscita dois questionamentos interessantes: poderiam outros tipos de perturbações, como os de ordem psíquica, produzir efeito regressivo semelhante na distribuição libidinal no aparelho psíquico? Ou até que ponto devemos inverter a relação estabelecida nessa pergunta de modo que o próprio caráter regressivo do investimento narcísico figure como uma base para distúrbios psíquicos? Inclina-mo-nos a responder afirmativamente ambas as perguntas especialmente porque, agindo dessa forma, talvez sejamos capazes de demonstrar a importância do narcisismo para o estudo das relações entre pais e filhos. Trataremos desse assunto mais à frente. Retornemos agora nossa linha argumentativa que tenta demonstrar a presença nunca extinta dos investimentos narcísicos na subjetividade humana.

Não é apenas nas afecções orgânicas que o sujeito, por mais que tenha conseguido ultrapassar a fronteira do narcisismo, retorna sobre seus passos em busca desse estado primário de organização da energia psíquica. O investimento narcísico da libido é facilmente observado

também em dois outros fenômenos: durante o estado de sono ou simplesmente quando certos desejos egoístas exigem sua realização (Freud, 1914/2004).

O sono – e os sonhos em especial – abrem uma porta extremamente importante para a compreensão do funcionamento do aparelho mental. No tocante à questão do narcisismo, Freud (1917/2006) chega mesmo a comparar o sono a uma reativação da existência intra-uterina, durante o qual o sujeito retira-se quase completamente do mundo e vê cessado todo seu interesse por ele. O interesse extraído do mundo externo durante o sono não é capaz, contudo, de estabelecer um estado narcisista completo. O aparelho mental continua excitável por catexias diversas, seja de restos diurnos, de reações corporais ou de impulsos inconscientes. É esse resíduo de atividade mental, portanto, que constitui a produção onírica com uma função que pode ser resumida na clássica frase que aponta o sonho como “a realização de um desejo” (Freud, 1900/1987, p. 141).

As afecções orgânicas e o estado de sono são dois tipos de situação bastante comuns na vida das pessoas e que notadamente denunciam a relevância da constituição narcísica nos seres humanos. Contudo, é o terceiro tipo de manifestação narcísica apontado acima que desperta nosso interesse de maneira especial, tendo em vista que faz referência direta ao nosso assunto, isto é, a impetuosidade dos desejos egoístas. E é na infância, segundo Freud (1900/1987), que tais desejos encontram sua mais clara – ainda que não exclusiva – manifestação, por vezes gerando a impressão de que as crianças são “completamente egoístas (...) [pois] sentem suas necessidades intensamente e lutam de maneira impiedosa para satisfazê-las, especialmente contra os rivais, outras crianças, e acima de qualquer outra coisa, contra seus irmãos e irmãs” (p. 264).

Vale lembrar que o termo egoísmo não é utilizado nessa passagem para manifestar um juízo de valor ao comportamento da criança ou para indicar uma degeneração moral infantil. Na realidade, a concepção freudiana de egoísmo acima mencionada aponta para o narcisismo, de tal modo que “narcisismo e egoísmo se superpõem; a palavra ‘narcisismo’ apenas enfatiza que o egoísmo também é um fenômeno libidinal, ou, em outras palavras, que o narcisismo é o complemento libidinal do egoísmo” (Freud, 1917/2006, p. 230). Poderíamos defender, a partir dessa afirmação freudiana, que o egoísmo não deveria ser entendido como uma degeneração do desenvolvimento humano, mas sim como algo natural, associado diretamente ao narcisismo, ou seja, a um processo de desenvolvimento fundamental à espécie humana?

Façamos uma pequena pausa para comentar a palavra natural para tentar tornar mais precisa a utilização que aqui pretendemos lhe dar. Por natural não desejamos deslocar a discussão para o campo da ciência natural, na tentativa de encontrar, por exemplo, a base genética ou fisiológica do egoísmo. Mesmo que seja possível isolar e identificar um substrato biológico para explicar o egoísmo humano e a sua especial intensidade durante primeiros anos de vida, ainda assim não podemos perder o foco deste estudo que tenta analisar origens sociais e psicológicas de determinados fenômenos. Não afirmo com isso que as ciências naturais não possam contribuir com essa discussão, contudo, a metodologia empregada neste trabalho não nos possibilitaria a utilização dessa concepção de natural como algo herdado e programado desde o princípio, acerca do qual pouco ou nada teríamos a dizer sobre os processos constitucionais do desenvolvimento humano. Assim, quando nos indagamos a respeito do que existe de natural no egoísmo não o fazemos com o objetivo de encontrar caracteres específicos herdados, filo ou ontogeneticamente, mas para garantir que esta categoria seja analisada como uma característica bastante comum e

observada com grande frequência e não como um desvio no desenvolvimento supostamente normal.

Essa naturalização do egoísmo não deverá, todavia, ser utilizada como fundamento para certas arbitrariedades que podem surgir de uma análise apressada. A alusão feita acima à possibilidade de estarmos lidando com algo comum no desenvolvimento humano não deve fundamentar conclusões que autorizem ou encorajem a omissão de pais ou responsáveis na execução das funções educativas muitas vezes contrárias aos desejos e impulsos egoístas de seus filhos. Freud (1900/1987), aliás, declara com bastante clareza a expectativa de que, antes do fim do período da infância, os desejos egoístas percam terreno para impulsos altruístas e para a moralidade, ainda que a duração desse processo seja diferente em cada indivíduo. Espera-se que em algum momento estes novos impulsos altruístas possam ganhar terreno na vida psíquica da criança, o que não significa, necessariamente, que sobrepujem completamente os impulsos egoístas. A educação, primariamente sob responsabilidade da dupla parental, entraria como peça chave na consolidação destes desejos altruístas.

Uma questão poderia ser formulada nesse ponto. Qual a utilidade de se discutir o caráter constitucional do egoísmo? Essa questão talvez esteja mais relacionada a um interesse de ordem prática, ainda que desdobramentos teóricos não estejam de todo ausentes, pois é formulada a partir da escuta de queixas parentais comuns acerca do comportamento dos filhos, queixas que apontam para a personalidade egoísta da criança como a explicação para os problemas relatados no consultório.

Um exemplo que pode ilustrar esse ponto é o de uma criança que atendemos por aproximadamente dois anos e meio. Ana, 9 anos, filha de Olga, 33 anos, e Vítor, 36 anos, foi

levada para terapia por causa de alguns comportamentos que estavam assustando seus pais. Muito agressiva com seu irmão mais novo e com a empregada da casa, apresentava o que seus pais descreveram como ataques de fúria, os quais, muitas vezes, voltavam-se contra eles mesmos. De acordo com o relato, tais ataques normalmente eram iniciados ou intensificados em situações nas quais Ana se via privada de algo que muito desejava ou constatava a impossibilidade de obter seu anelo. Nesses momentos, além da agressividade direcionada para a dupla parental, Ana também se agredia e se machucava, chegando algumas vezes até a anunciar o desejo de morrer ou de já estar morta.

Ana já se encontrava há alguns meses em terapia na primeira vez em que anunciou esse desejo de morrer, de modo que foi possível explorar com a criança o significado de tamanho extremismo em sua conduta. Se mantivermos em perspectiva a definição de egoísmo infantil como a expressão de um fenômeno libidinal, não nos surpreenderá a descoberta de que a intenção subjacente à ameaça de Ana estava muito menos relacionada com o desejo de morrer, puro e simples, do que com um plano que vinha elaborando para tentar obter aquilo que tanto queria e não conseguia. Durante uma conversa, assumiu que tinha expressado o desejo de morrer e teve a oportunidade de explicar sua intenção, ou seja, a de que morrer significaria obter a chance de nascer novamente como filha da sua mãe e de seu pai, mas dessa vez com algumas características que pudessem lhe assegurar um prazer que ela sentia com cada vez menos intensidade, principalmente após o nascimento de seu irmão mais novo: a atenção de seus pais. Portanto, se o egoísmo infantil puder realmente ser explicado, dentre outros motivos, como consequência da imperiosidade com a qual a criança sente suas necessidades, torna-se lícito entender a fala de Ana, não tanto como uma desistência da vida, mas como uma estratégia, ainda que desesperada, de realizar um desejo.

Talvez cause certo desconforto interpretar a ameaça de Ana contra a própria vida de forma tão pouco catastrófica. Alguém poderia apontar para o perigo de se minimizar uma fala contundente como essa e a esse respeito poderíamos indicar três aspectos importantes. Em primeiro lugar, a interpretação acima foi sugerida pela própria criança. Ainda que o contexto psicoterápico tenha facilitado o processo, foi Ana quem explicou suas verdadeiras intenções, todas elas relacionadas ao que considerava ser uma melhoria na qualidade da sua vida. Em segundo lugar, é preciso levar em consideração que a noção do que seja a morte e o morrer para as crianças não coincide necessariamente com o entendimento que os adultos têm dessas questões. Freud (1900/1987) demarca muito bem essa diferença ao propor que

As crianças nada sabem dos horrores da decomposição, do enregelamento na tumba fria e dos terrores do nada absoluto, representações que as pessoas adultas acham tão difícil de tolerar, como é provado por todos os mitos de uma vida futura. O medo da morte não tem nenhum sentido para uma criança (p. 268)

Supondo que a criança seja poupada das cenas de dor e sofrimento que podem preceder o momento da morte, a noção que geralmente fazem do que significa estar morto aproxima-se da idéia de ir embora, de deixar de conviver e, destaque-se, de “incomodar os sobreviventes” (Freud, 1900/1987, p. 269). Era dessa forma que Ana se sentia, um incômodo, um peso para seus pais, enquanto percebia que todo o amor que um dia recebera era totalmente deslocado para seu irmão. Portanto, se morresse, além de ter a chance de desenvolver qualidades que julgava não possuir, ela poderia ser a mais nova, o que, em seu entendimento, era outro fator que estimulava a preferência de seus pais. Ou seja, morrer significaria poder voltar para a vida e não sair dela.

Se os dois argumentos acima, isto é, a elaboração do desejo de morte como uma chance de recuperar o amor dos pais e a idéia diferenciada que as crianças possuem sobre a morte, não forem suficientes para estabelecer um convencimento sólido sobre nosso direcionamento do caso,

resta-nos ainda um terceiro aspecto. Refiro-me ao fato de que a interpretação construída na sessão mostrou sua validade e veracidade no decorrer do tratamento de tal forma que, à medida que Ana foi descobrindo formas menos drásticas para atingir suas metas pessoais, não apenas seu comportamento tornou-se menos agressivo como suas ameaças de auto-extermínio cessaram completamente. Quase no final de seu tratamento, em uma de nossas últimas sessões, Ana chegou a se divertir consigo mesma ao lembrar-se dessa época na qual, segundo suas palavras, “era muito fraquinha”.

Toda essa reflexão acerca do caráter libidinal do egoísmo que, à primeira vista, pode parecer inapropriada tem para nós extremo valor por suscitar dois pontos, um de ordem teórica e um de caráter clínico. No tocante ao primeiro ponto, remetemos o leitor à indicação feita, na introdução deste trabalho, à discrepância algumas vezes encontrada entre o comportamento da criança no consultório e o modo como são descritas e apresentadas por seus pais. De fato, em algumas ocasiões a diferença é tão marcante que não podemos deixar de pensar na existência de algum fenômeno que obscureça a capacidade parental de avaliar e medir seus filhos. Chamo a atenção, além disso, para a referência que aqui é feita ao modo como os pais vêem e descrevem seus filhos e não a como estes últimos se definem ou percebem. Em outras palavras, o que parece estar em jogo aqui não é tanto a subjetividade da criança, mas a parental e o sentido que pretendemos dar para essa afirmação é o seguinte: parece-nos que a imagem que os pais constroem de seus filhos, imagem que é despejada no consultório durante as entrevistas iniciais, encontra-se impregnada de elementos subjetivos parentais de tal forma que, ao relatarem as queixas que tem sobre seus filhos, os pais indicam, ainda que não percebam num primeiro momento, as bordas de suas feridas narcísicas.

Teremos a oportunidade de aprofundar essa discussão sobre a subjetividade parental e o narcisismo nos capítulos seguintes. Contudo, antes que possamos nos encaminhar para o final desta parte do trabalho, algumas considerações tornam-se necessárias por estarem diretamente relacionadas ao desdobramento clínico acima mencionado. Refiro-me à mudança que pode ocorrer no olhar que se tem sobre a criança e suas condutas graças ao entendimento de que o egoísmo e a agressividade não precisam representar necessariamente uma degeneração ou transtorno psiquiátrico, podendo ser classificados como um fenômeno libidinal.

Os pais de Ana referiam-se constantemente à grande dificuldade que tinham em lidar com a agressividade de sua filha e descreveram uma série de sentimentos contraditórios que tomavam conta de sua vida emocional. Ao mesmo tempo em que afirmavam seu amor pela filha, sentiam também muita raiva, frustração e até medo de que algo mais grave pudesse ocorrer. Olga e Vítor apelavam, inicialmente, para uma explicação bastante simplista ao afirmarem que todos esses problemas ocorriam pelo fato de Ana ter se tornado extremamente egoísta ao longo dos anos. Essa afirmação, apesar de parecer bastante razoável, deixa de responder o principal que seria saber, afinal de contas, por que a criança se tornou egoísta apesar dos supostos esforços parentais?

Se prestarmos atenção nesse discurso recorrente sobre o incomodo que o egoísmo dos filhos gera, notaremos que ocorre uma inversão na ordem das coisas, pois, da forma como se queixam, alguns pais parecem compartilhar um entendimento de que seus filhos só se tornaram egoístas por causa de algum desvio no desenvolvimento normal, ou ainda, de que cada manifestação de egoísmo é um sinal que aponta para uma perturbação preocupante. Associar saúde e normalidade à obediência, à cooperação nas tarefas domésticas e ao bom comportamento na escola ou em outros grupos sociais parece alimentar o imaginário coletivo com a ideologia de

que as relações familiares são definidas pela amorosidade e nunca pela hostilidade, apesar disso se opor às mais variadas observações (Freud, 1900/1987).

Um dos principais benefícios que o tratamento de Ana proporcionou foi o questionamento e a elaboração desse ideal de família que tanto Olga quanto Vítor construíram em suas histórias de vida. Ana, que não se encaixava completamente neste ideal, representava uma ameaça constante e é preciso enfatizar a coragem de toda a família que se dispôs a questionar um ideal de perfeição familiar em nome da busca por uma família possível. Um passo decisivo nesse tratamento foi justamente a mudança no modo de encarar o egoísmo e a agressão, não tanto como uma doença ou um problema de ordem psíquica exclusivo da criança, mas como uma característica comum aos membros da família, e esse é um ponto crucial, pois não foram poucas as vezes que os pais de Ana se surpreenderam com a constatação de que vários dos comportamentos de sua filha guardavam estreita relação com condutas parentais que eles mesmos acabaram classificando como egoístas e hostis.

Agressividade e egoísmo formam, dessa maneira, um binômio comum nos conflitos presenciados no consultório tanto na queixa dos pais, quanto na dos filhos. Se por um lado, portanto, seria incorreto utilizar o contexto psicoterápico como um espaço educacional para a criança aprender a ser menos egoísta e agressiva, por outro, deparamo-nos, não raro, com situações nas quais a separação entre o que é processo psicoterápico e educativo se torna uma tarefa bastante difícil de empreender.

O relato seguinte ilustra de forma ainda mais clara como o estudo da agressão e do egoísmo lança raízes não apenas na subjetividade da criança, mas também na parental. Larissa tinha nove anos quando a conhecemos. Sua mãe, Helena, 36 anos, resolveu colocá-la em terapia quando sentiu perder completamente o controle da situação. Isso se deu no momento em que

Larissa começou a agredi-la física e verbalmente. Durante a entrevista, contudo, outras situações antigas e que, por serem no mínimo alarmantes, já poderiam ter motivado a procura por ajuda, foram relatadas por Helena, tais como uma queda no desempenho escolar nos últimos dois anos e uma recusa muito intensa aos alimentos oferecidos durante as refeições, situação que já se mantinha há pelo menos uns cinco anos. Além disso, o pai de Larissa há muito tinha se ausentado e mantinha pouquíssimo contato com ela, de modo que a família nuclear era constituída apenas por ela, a mãe e uma irmã recém-nascida, filha de outro homem que não o pai de Larissa.

Nas primeiras sessões a mãe apresentou-se bastante preocupada, informando que se sentia imensamente despreparada para lidar com os ataques de fúria da filha, durante os quais tanto agredia quanto era por ela agredida. Não é necessário dizer que, à medida que fomos investigando, Helena pôde falar da hostilidade que também direcionava contra sua filha, chegando até mesmo a assustar-se com a descoberta de que algumas de suas atitudes estavam carregadas de uma agressividade até então não percebida. Ambas eram, ao mesmo tempo, vítimas e agentes das hostilidades.

É claro que a situação clínica acima resumida não recebeu uma solução satisfatória pela simples percepção dessas nuances destacadas na conduta da mãe. Ressalte-se ainda que a constatação dessa hostilidade contra a filha também não foi algo que Helena elaborou com tranquilidade. Note-se, além disso, que o trabalho realizado junto à Helena não teve o objetivo de estabelecer relações de causa e efeito entre seu modo de ser mãe e a configuração dos problemas enfrentados pela filha, mas sim criar um espaço no qual pudesse falar daquilo que a preocupava em relação à conduta de sua filha e isso não apenas para obter informações úteis sobre a criança, mas também para entrar em contato com as questões relacionadas à sua subjetividade e que de alguma forma pudessem estar ligadas ao conflito vivido com Larissa.

O que desejamos destacar a partir dos relatos acima é que encarar o egoísmo e a agressividade como fenômenos libidinais, e não simplesmente como anormalidades ou aberrações do desenvolvimento humano, pode exercer impacto importante no manejo clínico e na postura do psicoterapeuta ao tornar possível a reflexão acerca da subjetividade de pais e filhos a partir de suas motivações psíquicas, em especial as de caráter inconsciente, e não com base numa postura moralizante e diretiva que tentasse consertar os erros e defeitos da criança ou até dos próprios pais. Além disso, ainda que em determinadas famílias pais e filhos acabem sim ultrapassando os limites – por eles mesmos definidos – de normalidade, ajudá-los a entender a função que o binômio egoísmo-agressividade exerce em suas vidas psíquicas pode ser uma forma bastante interessante de lidar com seus conflitos e, quem sabe, um caminho para desenvolver outras formas de convivência não experimentadas até então.

Assim, é importante enfatizar que o estudo do egoísmo e da agressividade infantis como expressão de fenômenos libidinais insere-se numa proposta de escuta clínica que tenta ir além das queixas apresentadas, ou melhor, para além das certezas que pais e filhos construíram sobre si mesmos e sobre a relação ao longo do tempo. O questionamento destas certezas tem como objetivo possibilitar um re-olhar – olhar para trás, olhar novamente – sobre a história da relação dos pais com os filhos, o que pode nos ajudar a compreender as estratégias que a criança precisou desenvolver para lidar tanto com as pressões de sua esfera pulsional quanto com as demandas do mundo externo, dentre as quais talvez possamos colocar em destaque as próprias demandas parentais.

Estabelecer relações entre a subjetividade parental e a filial de modo a compreender como a configuração de certos problemas familiares pode ser influenciada por estas relações é uma perspectiva no mínimo desafiadora. Nesse sentido, vale citar a contribuição valorosa de Algarvio,

Leal, Maroco e Serra (2008) que adotam como definição de função parental o “equilíbrio satisfatório entre o investimento narcísico (o outro enquanto parte de si próprio) e o investimento objectal (o outro enquanto ele próprio) da criança por parte dos pais” (p. 639). É interessante perceber que nessa definição não ocorre uma eleição do melhor tipo de investimento. Na verdade, as autoras se referem a um equilíbrio entre investimento narcísico e objetal, talvez apontando para impossibilidade de, na experiência cotidiana, separá-los completamente.

Com base nessa concepção, a preocupação parental acerca dos problemas enfrentados por seus filhos não deve ser encarada apenas como um relato objetivo da realidade externa, na medida em que a subjetividade dos pais parece constituir parte no conflito descrito, o que nos remete às questões relacionadas à realidade psíquica. Por outro lado, o relato que os pais fazem no consultório também não deve ser conduzido de forma maniqueísta para o outro extremo, como se tudo que dissessem fizesse referência exclusivamente às suas próprias questões subjetivas, sem referência às características da criança. E essa parece ser a opinião de Algarvio e cols. (2008) para as quais parte importante desse equilíbrio satisfatório que define a função parental relaciona-se às próprias características das crianças que podem influenciar o modo como seus pais investem afetivamente nelas.

Se por um lado esse conceito de função parental parece ser capaz de demarcar uma reflexão que inclua tanto a importância da subjetividade parental quanto da filial, por outro, não estabelece como se daria essa relação. Ademais, permanece indefinido o que as autoras entendem por características da criança. Essa situação, apesar de não permitir uma compreensão mais completa do pensamento das autoras, oferece uma excelente oportunidade para explorar determinados comportamentos infantis observados na clínica e discuti-los à luz desse conceito.

Nesse ponto, talvez possamos nos apoiar no entendimento acima proposto de que na infância os desejos podem se manifestar de forma tão imperiosa que classificá-los – bem como aos seus detentores, as crianças – de egoístas não parece em nada exagerado. Além disso, se levarmos em conta a ligação estreita que Freud (1917/2006) estabelece entre egoísmo e narcisismo, ou formulando de modo mais preciso, se entendermos o egoísmo como um fenômeno libidinal cujas bases se assentam no narcisismo, talvez seja possível compreender a configuração de algumas características da criança que tanto incomodam os pais ou, o que seria ainda mais interessante, como essas características podem influenciar o desenvolvimento da função parental. Se nos debruçarmos sobre o estudo da subjetividade de pais e filhos, talvez possamos compreender como ambas se influenciam e de que modo os conflitos familiares podem representar aquilo que é construído a partir do choque entre essas subjetividades.

A simplicidade com a qual a tarefa acima é enunciada pode criar a expectativa de uma realização também simples, o que provavelmente não ocorreria pelo menos por dois motivos. Primeiramente pela presença de alguns termos cuja complexidade de significados justificariam trabalhos exclusivos. É o caso, por exemplo, do conceito de subjetividade que utilizado para se referir a elementos e processos psíquicos de pais e filhos pode acabar gerando mais questionamentos do que esclarecendo os até aqui propostos. Não menos complexo, o conceito de função parental exigirá um esforço especial para que sua definição possa nos auxiliar em nosso percurso.

Além da complexidade dos termos, outra barreira ergue-se no caminho da tarefa acima proposta. Trata-se da natureza singular que envolve cada observação de fenômenos clínicos. As relações entre pais e filhos possuem especificidades e construções históricas únicas de modo que as análises relativas a cada caso devem levar em conta as singularidades pertinentes. As

discussões desenvolvidas nesta dissertação, portanto, mantêm sempre o escopo limitado às conjecturas relativas a cada caso estudado, sem a pretensão de propor conclusões definitivas. Esse elemento limitador, não impede, contudo, que cada experiência clínica descrita subsidie reflexões pautadas na literatura especializada e que tais reflexões possam ser utilizadas para a ampliação de nosso conhecimento acerca dos fenômenos estudados.

Feitas essas ressalvas, passemos à segunda etapa deste trabalho durante a qual tentaremos compreender a ligação entre alguns elementos da subjetividade de pais e filhos e a configuração de certos conflitos familiares. Para tanto, e de modo a organizar os próximos passos, proponho a seguir uma trajetória de análise do conceito de função parental. Imbricada nesta análise, proporemos uma discussão sobre as relações que podem existir entre os processos de subjetivação parental e a constituição da subjetividade infantil.

CAPÍTULO 2 – FUNÇÃO PARENTAL E TEORIA PSICANALÍTICA

No capítulo anterior iniciamos uma discussão sobre a subjetividade parental apontando o interesse de refletir sobre os modos de ser pai e mãe e de que forma isso pode influenciar a subjetividade dos filhos. O caminho inverso também foi aventado, ou seja, a intenção de estudar como a singularidade subjetiva dos filhos pode estar relacionada aos processos de subjetivação próprios da parentalidade. Finalmente, sugerimos a possibilidade de compreender determinados conflitos no desenvolvimento da criança e na relação entre pais e filhos a partir desses caminhos.

Todo esse percurso indica, provavelmente, um trabalho que transcende em muito aquele que pode ser realizado nas dimensões de uma dissertação. Somente o esforço para delimitar e compreender os significados de termos como subjetividade parental e filial talvez já ultrapassasse em muito tais dimensões. O que dizer, então, da tentativa de articular esses conceitos e aplicá-los na análise de conflitos subjetivos, senão que provavelmente caminharemos em um terreno de conjecturas pouco produtivas? Por outro lado, não podemos esquecer que toda caminhada, por mais extensa que seja, precisa começar em algum ponto e, tendo em vista a complexidade e abrangência do percurso acima proposto, talvez possamos nos considerar vitoriosos se, ao final deste primeiro esforço de elaboração teórica, tivermos ao menos conseguido produzir um esboço inicial que poderá viabilizar o aprofundamento de reflexões posteriores.

O caráter exploratório que impregna este capítulo – e na verdade todo este trabalho – não indica, contudo, uma despreocupação com o rigor das reflexões e muito menos a falta de compromisso com a produção de um conhecimento que possa ter o seu valor testado na articulação com outras fontes, psicológicas ou não, e na capacidade de esclarecer determinados fenômenos observados no consultório e fora dele. Assim, talvez possamos expressar melhor

algumas idéias expostas acima afirmando que não temos a pretensão de concluir a discussão sobre a subjetividade parental ou infantil, e ainda menos de tentar indicar o que pode causar ou deixar de causar toda uma série de conflitos psíquicos. De fato, isso não será o foco de nossos apontamentos, mas figurará como pano de fundo extremamente valioso, indicando, de modo geral, uma direção a ser seguida e criando uma tensão interessante entre o estudo da singularidade humana e o exercício de generalização, sem o qual seríamos sempre reféns do absolutismo das particularidades. Partamos então para um melhor delineamento da questão que norteará os passos seguintes, uma questão surgida na clínica e que, de certa, mobilizou-nos para o estudo da função parental. Sendo assim, achamos prudente explicitá-la aqui.

Esta questão surge a partir de uma conversa com uma paciente, Helena, 36 anos, mãe de Larissa, 9 anos, ambas já apresentadas no capítulo um. Durante uma sessão, ela me indagava do motivo das crianças não serem mais como antigamente. Propus uma torção nessa pergunta e devolvi para ela da seguinte forma: e os pais, Helena, continuam sendo como antigamente? Antes de ouvir essa versão torcida de sua própria pergunta, o que Helena tentava propor era uma polarização de costumes, classificando os atuais como desrespeitosos, vulgares e intoleráveis enquanto os de sua época ocupariam lugar de destaque no rol dos valores morais. Referia-se a sua infância como uma época em que não ousaria sequer olhar nos olhos do pai, o que dizer então de levantar o tom de voz ou ainda discordar de alguma coisa? Impossível. Por outro lado, sua filha, além de desobedecer e gritar, não aceitava os castigos impostos por ela, situação que deixava Helena extremamente enraivecida.

O questionamento proposto a essa mãe, ainda que não carregue o colorido da originalidade, teve o mérito de causar ruptura em um encadeamento até então aparentemente muito bem organizado de idéias. A reflexão subsequente conduziu as associações de Helena um

pouco além dessa receita polarizada com a qual ela tentava explicar sua vida. Se por um lado foi possível identificar as semelhanças entre seu estilo parental e o apresentado por seus pais, por outro, não encontramos a menor dificuldade em apontar as diferenças.

O questionamento de Helena estimulou em nós um processo reflexivo acerca das próprias características da parentalidade e de que modo tais características podem influenciar os conflitos psíquicos da criança. Essa mãe se encontrava confusa em meio a determinados conflitos que vivenciava com sua filha de tal forma que questionava sua função de mãe. A tentativa de comparar sua maneira de educar as filhas ao modo como fora educada por seus pais representou uma de suas tentativas de buscar os erros que pudesse estar cometendo. Propusemos à Helena que, em vez de buscar uma comparação com as condutas de seus pais, tentasse falar de sua relação com Larissa e dos sentidos que poderiam ter cada situação que ela trazia para a sessão. Não demorou muito para Helena começar a perceber a relação entre algumas de suas características como mãe e determinados comportamentos de Larissa. Além disso, Helena foi capaz de entrar em contato com o alto nível de idealização que envolvia suas lembranças da relação com seus pais e de que forma esta idealização contribuía para a formação de padrão específico bastante exigente para o desempenho de suas próprias funções parentais.

Uma vez que experiências clínicas como esta parecem apontar para uma relação entre a função parental e o processo de subjetivação infantil, sendo que o infantil aqui também aponta para os processos de subjetivação dos pais, e levando em consideração a tentativa, realizada no capítulo anterior, de estudar o egoísmo e agressividades infantis a partir de suas bases pulsionais, formulamos duas questões. Primeiramente, seria possível compreender a função, se pudermos assim definir, da função parental? Além disso, seria possível fazer uma análise desse conceito com base no estudo dos elementos pulsionais envolvidos?

No capítulo um tivemos a oportunidade de introduzir essa discussão ao estabelecer uma relação entre o comportamento agressivo e egoísta na criança e as questões libidinais que estão ligadas ao narcisismo, buscando dimensionar o conflito familiar narrado no consultório numa perspectiva pulsional. Sem a intenção de propor uma naturalização da conduta infantil ou mesmo o estabelecimento de vínculos causais entre determinados comportamentos e o desenvolvimento libidinal, a reflexão foi encaminhada de modo a testar a viabilidade de um entendimento de determinados conflitos infantis a partir da base narcísica que perpassa o desenvolvimento humano.

Tentaremos nessa parte do trabalho ampliar esse debate buscando também uma compreensão da base pulsional daquilo que estamos chamando de função parental, já que, como sugerido no capítulo anterior, parece haver alguma relação entre certos problemas observados em crianças e o modo como são tratadas por seus pais. Nesse sentido, tentar compreender o desenvolvimento pulsional e as questões narcísicas na criança sem perscrutar como a subjetividade parental pode influenciar esse processo, parece-nos um trabalho incompleto. Além disso, o entendimento das forças pulsionais que estão investidas na função de ser pai e mãe, desponta como um interessante elemento para o estudo não só do desenvolvimento infantil, mas da própria função parental.

Cabe aqui a ressalva de que não nos propomos a definir características da parentalidade por meio de comportamentos observados em pais e mães. A tarefa que ora propomos tenta ir além da simples comparação entre condutas numa suposta busca da conduta ideal e da crítica de posturas equivocadas. Esse tipo de percurso provavelmente eliminaria a complexidade da questão, contribuindo para um estudo superficial e até maniqueísta de costumes, de valores, e de modos de subjetivação. Além disso, tentar comparar estilos parentais basear-se-ia na

pressuposição de que é possível estudar a parentalidade como fenômeno estático e muito bem delimitado em dado momento histórico e que suas nuances seriam nítidas o bastante para serem separadas e diferenciadas sem maiores dificuldades. Tal pressuposto não fundamenta esta dissertação. Tentaremos, sim, caracterizar a função parental a partir de seus elementos pulsionais e refletir de que forma essa caracterização pode ser articulada com os processos de subjetivação dos filhos.

Finalmente, nunca é demasiado frisar que não pretendemos buscar características da função parental que possam ser tratadas como elementos universais ou mesmo naturais. Lembremos que a meta principal desta dissertação é refletir sobre determinadas questões que surgem durante o trabalho clínico com pais e filhos articulando-as com a bibliografia consultada. Não obstante, estaremos sempre dispostos a encarar o desafio de, a partir do estudo das singularidades, tentar contribuir tanto para a ampliação no entendimento do conceito de função e subjetividade parental como para sua aplicação na clínica, sempre que tal ampliação se fizer possível.

Seria viável uma leitura psicanalítica da função parental? A reflexão sobre esse questionamento será o eixo deste capítulo que, de forma semelhante ao anterior, encontrará suporte em casos clínicos por nós atendidos e na bibliografia especializada.

2.1. FUNÇÃO PARENTAL E FUNCIONAMENTO PSÍQUICO DA CRIANÇA

Falamos até agora de função parental sem, no entanto, nos determos mais demoradamente sobre seus significados. Tentaremos neste tópico abordar com mais precisão esse conceito de modo a delimitar o campo de nossos estudos subseqüentes, bem como buscar um acabamento mais satisfatório para algumas questões lançadas no primeiro capítulo.

Uma pergunta costuma ser recurso valioso para iniciarmos uma discussão e nesse caso propomos a seguinte: afinal de contas, se os pais têm uma função, como poderíamos caracterizá-la? De acordo com a definição proposta por Algarvio, Leal, Maroco e Serra (2008) a função parental se caracteriza por um equilíbrio satisfatório entre o investimento narcísico e o objetal nos filhos. Tal definição tem, por um lado, o mérito de estabelecer uma relação entre o tema da parentalidade e o do narcisismo, mas, por outro lado, não nos permite afirmar o que, em última análise poderia ser essa função. Ficamos sabendo de sua natureza, ou melhor, de sua constituição libidinal, sem, contudo, podermos delimitar com clareza o que significam, por exemplo, termos como ‘equilíbrio’ e ‘satisfatório’. Esse impasse, todavia, não interromperá nossa reflexão sobre esse conceito de função parental, principalmente se pudermos seguir a própria indicação das autoras sobre as bases teóricas que as orientaram na construção de sua tese. E se assim o fizermos, encontraremos a indicação do quão determinante para este conceito são algumas noções propostas por Winnicott, em especial as que remetem ao papel da família no desenvolvimento infantil.

Winnicott (1975), ao desenvolver o tema dos fenômenos transicionais oferta-nos uma passagem interessante para o início dessa discussão. O autor propõe uma tese que pode ser utilizada para responder a indagação sobre a função dos pais ao afirmar que

Nas primeiras fases do desenvolvimento emocional do bebê humano, um papel vital é desempenhado pelo meio ambiente, que, de fato, o bebê ainda não separou de si mesmo. Gradativamente a separação entre o não-eu e o eu se efetua, e o ritmo dela varia de acordo com o bebê e com o meio ambiente. As modificações principais realizam-se quanto à separação da mãe como aspecto ambiental objetivamente percebido. Se ninguém ali está para ser mãe, a tarefa desenvolvimental do bebê torna-se infinitamente complicada (p. 153).

Alguns pontos chamam atenção nesse trecho. Primeiramente, vemos apresentada uma concepção em que o bebê humano é claramente definido por sua completa ligação com o meio ambiente que o recebe, o que caracteriza um estado de total fusão com este meio. É a partir desta fusão do início da vida que, segundo Winnicott (1975), acontece algo de singular importância para o desenvolvimento humano, isto é, o bebê passa a olhar em volta e se depara com o rosto da mãe, momento no qual, “normalmente, o que o bebê vê é ele mesmo” (p. 154). Este papel de espelho, contudo, nem sempre pode ser desempenhado pela mãe, ou seja, nem sempre os bebês recebem de volta aquilo que estão dando, e quando isso ocorre o que se reflete é o próprio humor da mãe, “ou, pior ainda, a rigidez de suas próprias defesas” (p. 154). Bebês expostos por muito tempo a essa situação acabariam atrofiados em sua capacidade criativa e buscariam outras maneiras de “obter algo de si mesmos de volta, a partir do ambiente” (p. 155), tais como agressividade, adoecimento ou qualquer outra situação geradora de dificuldades ou aborrecimentos para os pais.

Esse aspecto da função ambiental desempenhada pelos pais possui extremo valor para as considerações concernentes à clínica. Se observarmos atentamente, seremos capazes de perceber uma ligação estreita proposta por Winnicott (1975) entre determinados problemas que acabam futuramente conduzindo a criança ao consultório e o desempenho das funções parentais. Digo funções parentais, e não função maternal, pois ainda que a figura da mãe receba especial atenção

na teoria winnicottiana, o próprio autor sempre se apressa a indicar a importância do pai no processo de desenvolvimento dos filhos. A esse respeito, talvez baste apontar a própria opinião de Winnicott que em diversos momentos, tal como no trecho abaixo, inclui os pais em sua tese, ainda que lhes peça permissão para continuar utilizando o termo maternal na definição da atitude suficientemente boa no cuidado com os bebês:

O termo 'paternal' tem de vir necessariamente depois do termo 'maternal'. Gradativamente o pai, como indivíduo do sexo masculino, torna-se um fator significativo. Depois, segue-se a família, cuja base é a união de pais e mães, numa partilha de responsabilidade por aquilo que fizeram juntos, aquilo que chamamos de um novo ser humano, um bebê (p. 191).

Afirmar que o paternal necessariamente vem depois do maternal seria uma forma de desqualificar o primeiro em função do segundo? Essa poderia ser uma forma de interpretar o trecho acima. Porém, também é possível a seguinte ilação: nessa perspectiva, as funções de pais e mães no que se refere ao cuidado suficientemente bom de seus bebês devem ser tão intimamente imbricadas que se torna difícil a tarefa de definir claramente os limites de uma e de outra e ainda mais complicado apontar quem seria mais importante, se as mães ou os pais. É claro que geralmente observamos em nossa sociedade uma aproximação e uma apropriação dos cuidados com o bebê por parte da mãe ou, em outras palavras, uma presença maior da mãe. Isso se explica, em parte, pela prática da amamentação e de outros cuidados básicos que, costumeiramente, ficam sob responsabilidade materna. Contudo, não me parece algo tão evidente pressupor que durante esse período de interação mais intensa entre mãe e bebê a figura paterna não exerça sua influência sobre a criança ou o faça de maneira muito insipiente, ou ainda, somente de forma indireta.

Para não nos alongarmos demasiadamente nessa digressão sobre a aplicabilidade e extensão do conceito de ambiente suficientemente bom, e com intuito de retomar o fio do

raciocínio que tentava relacionar características dos pais à constituição da subjetividade da criança, proponho como solução temporária que encaremos a função de espelho, da forma como foi definida acima por Winnicott (1975), como passível de realização tanto para pais quanto para mães, incluindo aí aqueles que exercem esse papel com filhos não gerados a partir de seus próprios cromossomos. O caráter provisório dessa solução não precisa gerar a impressão de que estaríamos fundamentando nossas reflexões em cima de base movediça e que isso comprometeria toda a estrutura de nossas discussões. Ainda que posteriormente cheguemos à conclusão de que o conceito de ambiente suficientemente bom proposto por Winnicott (1975) não pode ser diretamente transposto para o estudo das funções paternas – impedimento que o próprio autor se apressou a desautorizar – muito teremos lucrado se nosso trabalho nos proporcionar os meios para testar essa transposição. Vale ressaltar, por fim, que não estamos propondo uma equivalência entre a função paterna e a materna, afirmando que ambas seriam a mesma coisa, ou ainda, que seria indiferente para o bebê se pais e mães trocassem de funções entre si. É justamente o contrário disso o que estamos investigando, ou seja, que influências pais e mães – cada um partindo de sua singularidade – podem exercer sobre seus filhos e de que modo estas influências se ajustam ou se contrapõem ao conceito de função parental por nós utilizado. Ademais, tentaremos evitar uma discussão de gênero, não por considerarmos-la desprovida de utilidade, mas simplesmente porque nos afastaria em demasia de nossos objetivos.

Retornemos, pois, ao ponto em que vislumbrávamos uma ligação entre as funções parentais e a constituição da subjetividade dos filhos. Se concordarmos com a posição defendida por Winnicott (1975), teremos que aceitar que o desenvolvimento da criança sofre, em última análise, influência decisiva daquilo que, primeiramente a mãe e gradativamente o pai, têm a lhe oferecer e isso se daria de forma tão peremptória que o autor chega a afirmar categoricamente

que “não há possibilidade alguma de um bebê progredir do princípio do prazer para o princípio da realidade ou no sentido, e para além dela, da identificação primária, a menos que exista uma mãe suficientemente boa” (p. 25).

Contudo, em outra obra também de sua autoria, Winnicott (1977) é menos taxativo ao anunciar o papel que essa influência (parental) exerce na constituição da criança, pois afirma que “cada bebê é uma *organização em marcha*” (p. 29) possuidor de uma centelha inata de vida que impele para frente seu crescimento e desenvolvimento independentemente dos pais. E conclui mais a frente dizendo que, se a mãe aceitar essa perspectiva sobre seu bebê, então conseguirá se libertar o bastante para observar o desenvolvimento da criança, “enquanto desfruta o prazer de reagir às suas necessidades” (p. 30).

Estaríamos diante de uma contradição? Em 1975, Winnicott é claro ao apontar a maternagem como elemento fundamental na constituição da subjetividade da criança. Dois anos depois, em 1977, já afirma algo aparentemente diverso, isto é, que o bebê não careceria tanto de sua mãe, pois já nasceria com o empuxo necessário para seguir adiante, tendo a maternagem uma mera função reativa. Além do fato de que a obra de 1977 foi declaradamente destinada ao público leigo, argumento que poderia ser utilizado para justificar uma menor preocupação conceitual, e que a publicada em 1975 possui um acabamento mais técnico, como poderíamos interpretar esse direcionamento dúbio que Winnicott parece dar para a função dos pais na constituição dos filhos?

Talvez encontremos uma saída para essa ambigüidade se entendermos ambas as propostas como complementares e não como excludentes. Ao afirmar que o bebê não depende da mãe para crescer e se desenvolver, Winnicott (1977) pretende circunscrever aquilo que ele reconhece de inato no ser humano, ou seja, uma “tendência para a vida e o desenvolvimento” (p. 29). Esta tendência por si só seria capaz de produzir a vivacidade necessária para impulsionar o

crescimento, independentemente das ações parentais. Uma tendência, contudo, não significa uma garantia de realização e talvez seja nesse sentido que Winnicott (1975) afirma a imprescindibilidade da mãe suficientemente boa para a superação do princípio do prazer.

A questão é bastante complexa. De um lado temos a criança com aquilo que seria inato em sua aparelhagem biológica e psíquica. Do outro, deparamo-nos com a exposição prematura desta aparelhagem aos estímulos do mundo externo e interno. Tal configuração, aliás, é a base do estado de desamparo em que o organismo se encontra no início da vida, quando “não pode provocar a ação específica capaz de suprimir a tensão resultante do afluxo das excitações endógenas [necessitando] do auxílio de uma pessoa exterior (fornecimento de alimentação, por exemplo,)” (Laplanche & Pontalis, 2001, p. 531). Ou seja, o organismo prematuro e inábil para suprir suas próprias necessidades, depende de um meio que realize essa função.

Propomos dois questionamentos nesse ponto: poderíamos considerar que essa centelha vital inata indicada por Winnicott (1977) corresponde à estimulação pulsional característica da espécie humana? Além disso, seria correto afirmar que o psiquismo infantil torna-se suscetível à influência subjetiva de um adulto – os pais em especial – devido ao efeito da imaturidade biológica e psicológica inerentes ao estado de desamparo? Entendemos ser possível responder ambas as questões de maneira afirmativa e, caso não estejamos equivocados em nosso julgamento, deparamo-nos com uma excelente oportunidade para estabelecer um diálogo entre alguns conceitos freudianos – especialmente as teorias sobre a pulsão e sobre o estado de desamparo – e a tese winnicottiana do ambiente suficientemente bom como um protótipo de função parental capaz de auxiliar a criança na passagem do princípio de prazer para o de realidade.

Laplanche e Pontalis (2001) destacam a importância do estado de desamparo para a teoria freudiana da angústia, afirmando que este estado seria o “protótipo da situação traumática” (p. 112). Realmente parece ser essa a perspectiva explicitada por Freud (1915/2004), quando postula que “o sistema nervoso é um aparelho ao qual foi conferida a função de livrar-se dos estímulos que lhe chegam, de reduzi-los a um nível tão baixo quanto possível, ou, se fosse possível, de manter-se absolutamente livre de estímulos” (p. 147). Temos aqui enunciados tanto o princípio do zero ou do nirvana, que posteriormente sustentará toda a elaboração acerca da pulsão de morte, quanto o princípio da constância, que se baseia na definição de prazer e desprazer como a diminuição ou o aumento, respectivamente, da estimulação sobre o sistema nervoso. Partindo desse ponto de vista metabiológico, o trauma seria, portanto, um acontecimento ocasionado pelo aumento de uma estimulação que, devido “ao longo tempo durante o qual o jovem da espécie humana está em condições de desamparo e dependência” (Freud, 1926/2006, p. 151), não encontra os meios necessários para uma descarga motora que gere uma vivência de satisfação.

O estado de desamparo parece, portanto, ser um conceito-chave também para nossa reflexão sobre a função parental, pois delinea um fundamento importante sobre o qual tentaremos sustentar a ligação entre funcionamento psíquico da criança e função parental. Assim, percebemos que o encurtamento da vida uterina faz com o bebê da espécie humana chegue ao mundo num estado bem menos acabado, quando comparado com outros animais, e o resultado disso é que

(...) a influência do mundo externo real sobre ele é intensificada e uma diferenciação inicial entre o ego e o id é promovida. Além disso, os perigos do mundo externo têm maior importância para ele, de modo que o valor do objeto que pode somente protegê-lo contra eles e tomar o lugar da sua antiga vida intra-uterina é enormemente aumentado. O fator biológico, então, estabelece as primeiras situações de perigo e cria a necessidade de ser amado que acompanhará a criança durante o resto de sua vida. (Freud, 1926/2006, p. 151)

Ou seja, seria correto interpretar nessa passagem uma janela através da qual poderíamos vislumbrar uma íntima relação entre as subjetividades da criança e dos pais? As bases desta relação seriam estabelecidas desde muito cedo, a partir do momento em que a criança percebe, por experiência própria, que sua mãe, quando presente, “satisfaz todas as suas necessidades sem delongas” (Freud, 1926/1996, p. 136). Winnicott talvez acrescentasse que isso ocorreria somente se esta mãe fosse suficientemente boa para seu bebê, o que, a rigor, não parece ser algo diferente do que é proposto na passagem freudiana.

É importante ressaltar, contudo, que Freud não emite parecer definitivo sobre esse ponto relacional que ora tentamos explorar. Para ser preciso, há momentos em sua obra nos quais ele claramente se posiciona incisivamente como partidário da idéia de que o desenvolvimento do psiquismo seria impulsionado por forças cujas fontes residiriam no interior do organismo, tendo os estímulos externos pouca influência sobre esse processo. Por outro lado, é possível encontrar passagens em que o aspecto relacional parece surgir com bastante força, no sentido de ser capaz até de determinar a conformação pulsional.

Essa dualidade se expressa, por exemplo, em *Pulsões e destinos de pulsões* ainda que nesse momento seja difícil não notar o posicionamento mais decidido de Freud (1915/2004) no que tange à diminuição da importância dos estímulos externos. Em certo ponto do texto, durante uma discussão sobre o desenvolvimento que a pulsão exige do sistema nervoso, ele afirma que

Podemos então concluir que são as pulsões, e não os estímulos externos, os verdadeiros motores dos progressos que levaram o sistema nervoso, com sua capacidade de realizações ilimitadas, a seu atual nível de desenvolvimento. É claro que nada nos impede de considerar que as próprias pulsões, ao menos em parte, sejam os precipitados da ação de estímulos externos que, no curso da filogênese, modificaram a substância viva (p. 148).

Nesse mesmo texto, porém, quando descreve como seria o início da vida, Freud (1915/2004) parece abandonar a ambigüidade, sendo mais taxativo quanto a essa questão ao nos apresentar um Eu que se encontra tomado de pulsões e é capaz de satisfazê-las, pelo menos em parte, em si mesmo. Nesse estado narcísico de satisfação auto-erótica, o Eu não investiria de interesse o mundo externo que, então, tornar-se-ia irrelevante no tocante à satisfação pulsional. Assim, Freud conclui que o Eu-sujeito passa a coincidir com tudo o que sinaliza o prazer, e “o mundo externo, com tudo o que é indiferente (e eventualmente, como fonte de estímulos, com o que é desprazeroso)” (p. 158).

Em outras palavras, o Eu, nesse momento, não necessitaria do mundo externo, na medida em que obteria toda a satisfação de que necessita de forma auto-erótica. Assim, a questão relacional torna-se bastante insignificante e isso configura uma das interpretações que, segundo Laplanche (1998), percorrem todo o pensamento psicanalítico, isto é, a idéia que faria do narcisismo uma “espécie de circuito fechado, de mônada auto-suficiente, onde já não se distinguiriam um sujeito e um objeto (uma espécie de estado primordial auto-suficiente, fechado sobre si mesmo)” (p. 304). Há, contudo, outra interpretação presente no pensamento psicanalítico e que Laplanche (1998) indica como sendo de sua preferência, definindo o narcisismo como “amor dirigido ao ego (portanto, já numa espécie de distinção tópica interna), sendo este constituído numa relação direta com o outro” (p. 304). O autor sugere, portanto, a necessidade de imaginar uma espécie de relação original que seria ao mesmo tempo amor e identificação.

Esta segunda perspectiva, que, aliás, o próprio Laplanche (1998) afirma encontrar em Freud, especialmente no artigo *Luto e Melancolia*, é essencial para nossa discussão, já que buscamos fundamentos que nos permitam falar de uma função parental como estrutura que influencia a subjetividade dos filhos. Vislumbramos certa limitação na perspectiva da mônada

fechada e auto-suficiente, ao menos naquilo que tal forma de entendimento possua de radical e exclusivista. Não se trata, portanto, de uma simples escolha baseada na preferência ou na conveniência, pois é fundamental que se possa buscar o sentido e a importância de cada uma dessas interpretações. Se por um lado, tratar o psiquismo como essa mônada auto-suficiente pode limitar o aspecto relacional destacado por Laplanche, por outro pode nos ajudar a compreender a importância das forças pulsionais que estão na base dos fenômenos aqui estudados, possibilitando-nos, talvez, ir além de uma análise puramente fenomenológica, o que nos afastaria da compreensão das estruturas e processos psíquicos que estão em curso. Da mesma forma, uma excessiva ênfase estrutural que não busque no contexto histórico e cultural as influências que concorrem para a constituição do sujeito, também pode correr o risco de deixar de fora elementos importantes para a análise.

Em suma, novamente firmaremos nosso posicionamento sobre a profícua compreensão freudiana acerca dos fenômenos psíquicos, desencorajando qualquer partidarismo ou disputa desnecessária, tal como Freud (1917[1916-17]/2006) procedeu ao tratar de determinados desenvolvimentos do aparelho mental e mais especificamente da etiologia das neuroses:

São as neuroses doenças *exógenas* ou *endógenas*? São elas o resultado inevitável de determinada constituição, ou são produto de determinadas experiências de vida prejudiciais (traumáticas)? Mais particularmente, são elas causadas pela fixação da libido (e pelos outros aspectos da constituição sexual) ou pela pressão da frustração? Parece-me que esse dilema, em sua totalidade, não se reveste de sensatez maior do que um outro dilema que eu poderia apresentar-lhes: um bebê surge por ter sido gerado por seu pai, ou por ter sido concebido por sua mãe? Ambos os fatores são igualmente indispensáveis, conforme certamente responderão os senhores. No que tange à causação das neuroses, a relação, se não precisamente a mesma, pelo menos é muito similar. Quanto à sua causação, os casos de doença neurótica enquadram-se numa série, dentro da qual os dois fatores - constituição sexual e experiência, ou, se preferirem, fixação da libido e frustração - estão representados de tal modo que, quando um dos fatores é mais forte, o outro o é menos (p. 350)

Como dito anteriormente, Laplanche (1998) cita o artigo *Luto e Melancolia*, como uma fonte importante dessa perspectiva freudiana menos voltada para a concepção do psiquismo humano como uma mônada independente. Entretanto, no artigo sobre o narcisismo publicado alguns anos antes, Freud (1914/2004) já expressava determinadas idéias que poderiam fortalecer essa interpretação sobre uma relação original capaz de influenciar a subjetividade da criança. Ao discutir a gênese do ideal-de-Eu, o autor afirma que

Na verdade, foi a influência crítica dos pais que levou o doente a formar seu ideal-de-Eu, que lhe é transmitido pela voz e tutelado pela consciência moral; mais tarde somam-se a esse ideal as influências dos educadores, dos professores, bem como de uma miríade incontável e indefinível de todas as outras pessoas do meio (os outros, a opinião pública) (p. 114)

Enfoquemos o trecho que se refere à transmissão vocal. Talvez encontremos nesse ponto um elemento bastante concreto em favor da concepção de uma relação original a partir da qual surgiria uma estrutura egóica no bebê, por mais rudimentar que ainda fosse. A voz é o instrumento destacado por Freud e, anterior a qualquer outra influência, é a voz dos pais que aparece como função crítica e formadora do ideal-de-Eu para o qual a libido narcísica poderá então fluir.

Mencionamos no capítulo um que o desenvolvimento do Eu está intimamente ligado ao narcisismo e que a libido narcísica durante a infância pode manifestar-se de várias formas, inclusive nos comportamentos egoístas e hostis que tanto preocupam os pais. Essa preocupação, como vimos, está carregada de uma série de valores presentes na dupla parental, valores sobre educação de filhos, sobre como devem ou não devem ser as relações com os familiares, entre outros. Ora, se aceitarmos a idéia de que a voz dos pais exerce uma função crítica formadora na subjetividade da criança, isto é, que a criança desde o início de sua desamparada existência está inapelavelmente submetida tanto as suas exigências pulsionais quanto às sinalizações dos adultos

que a cercam, então talvez tenhamos encontrado um modo de explicar como a subjetividade parental pode influenciar o processo de subjetivação dos filhos.

É importante dizer que não pretendemos defender uma supremacia da voz em relação a outros meios de comunicação entre os seres humanos. Tampouco pretendemos determinar se a estimulação do meio seria mais ou menos decisiva para os processos de subjetivação da criança do que aquela proveniente do mundo interno. A reflexão que aqui se desdobra não exige a definição daquilo que interfere mais no desenvolvimento subjetivo, se as pulsões internas ou se a influência do meio que cerca o sujeito. Uma definição dessa natureza talvez tivesse lugar numa tentativa de determinar se as duas interpretações acima mencionadas – a da mônada independente e a da relação original – são excludentes entre si, mas se partirmos da idéia de que ambos os estímulos – internos e externos – determinam a configuração psíquica, podemos sugerir que a pergunta não seja formulada no sentido de qual o tipo de estímulo mais importante, mas de que forma ambos podem determinar o desenvolvimento.

A voz parental, seguindo o raciocínio sugerido no trecho acima destacado, interfere naquilo que Freud (1914/2004) chamará de consciência moral e o processo de formação desta consciência é comparado com a tendência ao recalque, pois ambos partem “de uma proibição ou obstáculo inicialmente externo” (p. 114). A incorporação em primeiro lugar da crítica parental e, gradualmente, da crítica da sociedade e uma eventual revolta contra a instância censora que se forma a partir desta incorporação constituem uma base importante para o adoecimento neurótico que, nesse caso, caracteriza-se pela tentativa de “se desvencilhar de todas essas influências, a começar pela influência parental, e buscar recolher a libido homossexual dessas áreas de influência” (p. 114). Ou seja, a influência parental parece mesmo configurar elemento decisivo na estruturação psíquica da criança, interditando e indicando determinados caminhos.

Assim, se for possível resgatar nesse momento alguns conceitos-chave acima apresentados – estado de desamparo, os dois princípios do funcionamento psíquico e ambiente suficientemente bom – e confrontá-los com essa idéia da influência crítica dos pais na constituição da subjetividade infantil, talvez possamos, num exercício de síntese, afirmar que a função parental se inscreve como fator determinante no desenvolvimento da criança no que se refere à complexa e quase sempre incompleta ultrapassagem, no psiquismo infantil, do princípio de prazer para o princípio de realidade.

Esta derivação no conceito de função parental, todavia, não deve nos remeter a um estado observável de coisas ou a um fenômeno que poderia ser descrito a partir da caracterização de estilos de parentalidade. Parece-nos mais correto tratar esse conceito não como um fato da observação, mas como uma estrutura, uma construção teórica a partir da qual podemos estudar as relações existentes entre um “acontecimento inelutável do desenvolvimento” (Green, 1988, p. 241), isto é, a perda do objeto, e o excesso pulsional que marca o investimento parental nos filhos, um excesso que remete à ferida narcísica dos pais:

Não pode haver muito: muito amor, muito prazer, muito gozo, enquanto, do outro lado, a função parental está sobreinvestida. No entanto, esta função está, na maioria das vezes, infiltrada pelo narcisismo. As crianças são amadas com a condição de preencherem os objetivos narcisistas que os pais não conseguiram realizar (Green, 1988, p 256).

Essa infiltração narcísica que, segundo Green (1988), está na maioria das vezes presente na função parental surgiria, pois, como um fator de perturbação contra o qual os mecanismos de defesa do Eu da criança precisarão se erguer. Nesse caso, poderíamos indagar se seria plausível pensar numa relação entre pais e filhos na qual os objetivos narcísicos dos primeiros não estivessem como pano de fundo impulsionando o sobreinvestimento parental? Provavelmente não. Ademais, se concordarmos com o conceito de função parental proposto por Algarvio e cols.

(2008), não estaremos autorizados a conceber as relações entre pais e filhos como exclusivamente constituídas por investimentos narcísicos ou por objetais, e sim, como uma função derivada da tensão de ambos os tipos de investimento.

Ou seja, se por um lado a marca narcísica no amor parental pode fundamentar uma série de perturbações na relação entre pais e filhos¹, por outro, não nos pareceria correta a tentativa de caracterizar a parentalidade suficientemente boa como o campo dos investimentos objetais livre de raízes narcísicas e que, agindo dessa forma, ou seja, amando os filhos por eles mesmos e não pelos objetivos narcísicos que preenchem, os pais estariam contribuindo para que a superasse o desamparo e a perda do objeto, ultrapassando assim o princípio de prazer. Menos correto ainda seria buscar nessa suposta parentalidade livre de marcas narcísicas a solução final para poupar a criança do sofrimento advindo de sua incompletude e desamparo. Aliás, poucas buscas seriam mais marcadas pelo narcisismo do que esta.

Dito de outra forma, a função parental, da maneira como a estamos considerando, não deve ser tratada como uma capacidade a ser desenvolvida nos pais que, então, estariam aptos a evitar, na criança, o sofrimento advindo da perda do objeto, ou então, como uma maneira de evitar tal sofrimento. Sabemos, a partir da teoria psicanalítica, que esta perda é um “momento fundamental da estruturação do psiquismo humano durante o qual instaura-se uma nova relação com a realidade” (Green, 1988, p. 241). Assim, se pretendemos defender para a função parental uma posição de estrutura teórica, torna-se inaceitável a expectativa de utilizar tal conceito para

¹ A esse respeito, remetemos o leitor a um estudo primoroso realizado por Green (1988) acerca do narcisismo. No capítulo intitulado *A Mãe Morta*, o autor demonstra as conseqüências para o desenvolvimento da subjetividade da criança que podem advir do contato com uma mãe que permanece viva, mas que se encontra psiquicamente morta para o bebê, investida que está na dor do luto de seu objeto narcisista.

pré-definir ou julgar os tipos específicos de conduta que os pais deveriam desenvolver para ajudar seus filhos na ultrapassagem deste período estruturante para o psiquismo.

Por outro lado, o estudo da subjetividade parental pode contribuir para que, em cada caso, o clínico consiga ajudar os pais a conhecer e, talvez, elaborar os objetivos narcísicos que depositam em seus filhos e identificar em que medida esse depósito pode contribuir com a conformação dos conflitos vividos. Se a perda do objeto é inevitável, isso não significa dizer que devemos abandonar todo e qualquer esforço para entender os fatores que podem perturbar esse momento já bastante conturbado do desenvolvimento. Nesse sentido, a função parental poderia ser compreendida como a manifestação de uma estrutura psíquica parental que se conecta, desde o início, ao desenvolvimento da criança, estrutura esta caracterizada, por um lado, pelos objetivos narcísicos que os pais buscam preencher por meio dos filhos e, por outro lado, pelo investimento objetal que também lhes destinam, sendo muito difícil definir com clareza as fronteiras de cada um desses dois tipos de investimento.

A idéia de um ambiente suficientemente bom, como definido por Winnicott (1975), parece entrar em ressonância com essa concepção, e não com uma que tentasse identificar a postura parental capaz de adivinhar e realizar todos os desejos e necessidades da criança, postura esta, aliás, que seria muito mais condizente com a lógica do princípio de prazer do que com a instalação do princípio de realidade. Os pais ocupariam nessa transição entre os princípios de funcionamento do aparelho psíquico um lugar de destaque devido ao investimento especial que desde o início estão aptos a receber de seus filhos. Estes, desamparados que se encontram em suas constituições psíquicas ainda rudimentares, precisam que o investimento parental recaia sobre eles e assim os ajude a lidar com os mortíferos estímulos de origem endógena e exógena.

Essa ajuda parental jamais será suficiente, especialmente no que se refere à vida pulsional da criança, e isso cria mais um problema para o psiquismo infantil já sobrecarregado. Ainda que os pais obtenham certo sucesso na proteção da criança contra perigos externos, pouco pode ser feito em relação às demandas pulsionais que tomam de assalto o psiquismo infantil, especialmente às de caráter sexual.

Enfatizemos, aqui, o destaque que é dado à sexualidade como importante fator traumático. Convém esclarecer, de pronto, que essa ênfase no caráter perturbador da pulsão sexual não é nossa invenção. É em Freud (1938[1940]/2006) que encontramos essa referência quando, por exemplo, ele nos afirma em seu *Esboço de Psicanálise*:

Se as coisas são assim, teria de ser dito, de um ponto de vista biológico, que o ego fracassa na tarefa de dominar as excitações do período sexual primitivo, numa época em que sua imaturidade o torna incompetente para fazê-lo. É nesse atraso do desenvolvimento do ego em relação ao desenvolvimento libidinal que vemos a pré-condição essencial da neurose, e não podemos fugir à conclusão de que as neuroses poderiam ser evitadas se se poupasse ao ego infantil essa tarefa - isto é, se à vida sexual da criança fosse concedida liberdade de ação, como acontece entre muitos povos primitivos (p. 214)

Ou seja, de todas as exigências que o psiquismo da criança precisa enfrentar sem ainda ter as melhores condições para esse combate, destacam-se as próprias pulsões sexuais do sujeito. Assim, se viemos até o presente momento defendendo a idéia de que a subjetividade parental possui uma função *princeps* nos processos de subjetivação dos filhos e, tendo em vista nossa concordância com a postura freudiana quanto à importância maior que a pulsão sexual possui - maior até que os perigos externos - para a constituição das vias neuróticas, precisamos nos indagar de que forma toda essa complexidade do desenvolvimento psicosexual se enquadra em nossa discussão sobre a função parental? Como resposta, parece-nos provável supor, a partir de

um ponto de vista estrutural, que os pais, ancorados em suas necessidades subjetivas, são capazes de exercer, na sexualidade infantil, uma função tanto de estímulo quanto de repressão.

Os pais talvez sejam os primeiros encarregados de reprimir a sexualidade que já se encontra pujante no bebê. Recebem, nessa tarefa, um auxílio inestimável da situação de desamparo no qual seus filhos lhes são entregues pela vida. O Eu fraco e imaturo, especialmente no primeiro período de infância, encontra-se permanentemente atacado por tensões contra as quais seus esforços são pouco efetivos. As crianças são capazes de sobreviver porque “são protegidas contra os perigos que as ameaçam do mundo externo pela solicitude dos pais; pagam esta segurança com um temor de *perda de amor* que as deixaria desamparadas face aos perigos do mundo externo” (Freud, 1940[1938]/2006, p. 213)

Freud (1940[1934-38]/2006) argumenta que o caminho mais natural para uma exigência pulsional de natureza agressiva ou erótica seria sua satisfação por meio de uma ação. Esta satisfação pulsional “é sentida pelo ego como prazer, tal como sua não satisfação indubitavelmente se tornaria fonte de desprazer” (p. 131). O Eu, que tem o aparelho de pensamento e o muscular a sua disposição, nem sempre, contudo, se vê em condições de realizar a ação geradora de prazer. Nesse ponto interferem tanto os obstáculos externos que poderiam colocar o Eu em risco quanto a própria incapacidade do Eu de atender às exigências a que se vê submetido. Além desses dois obstáculos, Freud aponta um terceiro empecilho à satisfação pulsional:

A renúncia instintual, contudo, pode também ser imposta por outras razões, as quais corretamente descrevemos como *internas*. No curso do desenvolvimento de um indivíduo, uma parte das forças inibidoras do mundo externo é internalizada e constrói-se no ego uma instância que confronta o restante do ego num sentido observador, crítico e proibidor. Chamamos essa nova instância de *superego*. Doravante o ego, antes de colocar em funcionamento as satisfações instintuais exigidas pelo id, tem de levar em conta não simplesmente os perigos do mundo externo, mas também as

objeções do superego, e terá ainda mais fundamentos para abster-se de satisfazer o instinto (p. 131)

Freud (1940[1934-38]/2006) introduz neste ponto uma diferença importante, pois apesar do desprazer que acompanha uma renúncia pulsional, quando ela é feita por razões internas, isto é, em obediência ao superego, traz também ao Eu um rendimento de prazer. Essa observação é fundamental para nosso debate, tendo em vista que a explicação freudiana sobre as bases desse superego internalizado a partir de forças inibidoras do mundo externo vai ao encontro da idéia de que é possível falarmos em uma função parental intimamente atrelada ao funcionamento psíquico da criança:

Acreditamos que podemos entender o mecanismo desse rendimento de prazer. O superego é o sucessor e o representante dos pais (e educadores) do indivíduo, que lhe supervisionaram as ações no primeiro período de sua vida; ele continua as funções deles quase sem mudança. Mantém o ego num permanente estado de dependência e exerce pressão constante sobre ele. Tal como na infância, o ego fica apreensivo em pôr em risco o amor de seu senhor supremo; sente sua aprovação como libertação e satisfação, e suas censuras como tormentos de consciência. Quando o ego traz ao superego o sacrifício de uma renúncia instintual, ele espera ser recompensado recebendo mais amor deste último. A consciência de merecer esse amor é sentida por ele como orgulho. Na época em que a autoridade ainda não fora internalizada como superego, poderia ter havido a mesma relação entre a ameaça de perda do amor e as reivindicações do instinto; havia um sentimento de segurança e satisfação quando se conseguia uma renúncia instintual por amor ao país. Mas esse sentimento feliz só poderia assumir o peculiar caráter narcísico de orgulho depois que a própria autoridade se tivesse tornado parte do ego. (Freud, p. 132)

Dessa forma, as figuras parentais podem servir de referência para que a criança tente a realização de um grande projeto, isto é, a renúncia de pulsões. Ou melhor, diríamos que nem tanto a figura parental, mas o amor, ou ainda, o temor da perda do amor desta figura, sem o qual a criança perece em sua luta pela vida.

Vislumbramos, assim, a repressão da sexualidade que desde o início pode ser exercida pelos pais sobre a criança. Contudo, nossa suposição aponta também para o oposto, ou seja, a função parental atuando como fonte de estímulo da sexualidade infantil e não de repressão. Se pudermos pensar desse modo, então nos veremos diante da importante tarefa de tentar analisar a função parental como fonte de perturbação da sexualidade infantil não somente por reprimi-la, mas também por estimulá-la e de que forma isso se daria. Daremos continuidade a esse estudo da função parental em conexão com a sexualidade no tópico seguinte.

2.2. SEXUALIDADE E FUNÇÃO PARENTAL

A referência à sexualidade como sustentáculo importante da função parental é bastante sugestiva. Remete-nos a uma visão específica do relacionamento entre pais e filhos na qual o enfoque talvez se encontre menos na realidade externa do que na psíquica. Estudaremos nesse tópico como a psicanálise nos possibilita encontrar nas primeiras relações objetais o modelo que norteará nossas futuras escolhas de objeto e tentaremos, num exercício de articulação entre teoria e clínica, aprofundar nossa compreensão a respeito dos vínculos que unem pais e filhos e das conseqüências dessa união. Entretanto, é importante ressaltar que não será proposta uma visão definitiva sobre os fenômenos que pretendemos discutir. Tentaremos apenas analisar as relações entre a predisposição libidinal do ser humano e seu processo de constituição subjetiva no contato com outro ser humano.

A palavra ‘sexual’ exige de nós um cuidado especial para que sua utilização não corra o risco de gerar interpretações equivocadas sobre as idéias que aqui pretendemos expor. A proposta de refletir sobre um possível vínculo sexual entre pais e filhos não se refere, em hipótese alguma, a um estudo sobre comportamentos ou disfunções sexuais em crianças e adultos. Apesar de

aparentemente não serem fenômenos raros em nossa sociedade, casos de transtornos de pedofilia, abusos sexuais perpetrados por parentes, engajamento precoce na relação sexual bem como as conseqüências advindas destas insólitas situações, tais como contaminações por doenças sexualmente transmissíveis, gravidezes precoces, numa palavra, todos esses distúrbios da sexualidade aos quais crianças e adolescentes são expostos com infeliz freqüência, não são objetos de nosso estudo.

Sem dúvida podemos encarar tais disfunções na conduta sexual como fenômenos não tão distantes do campo da sexualidade dita normal, o que foi demonstrado com bastante clareza por Freud (1905/1996) em seus *Três Ensaios Sobre A Teoria Da Sexualidade*. Uma das teses principais do texto mostra-nos como as aberrações do comportamento sexual humano encontram referências em elementos pulsionais também presentes naqueles que, por motivos muitas vezes convencionais, são classificados como sexualmente normais. No primeiro dos *Três Ensaios...*, estudam-se algumas aberrações sexuais e uma de suas mais instigantes conclusões é a de que “mesmo no processo sexual mais normal reconhecem-se os rudimentos daquilo que, se desenvolvido, levaria às aberrações descritas como *perversões*” (p. 141). Freud, aliás, generaliza de tal forma os mecanismos da perversão que chega a supor que “tampouco a predisposição às perversões é uma particularidade rara, mas deve, antes, fazer parte da constituição que passa por normal” (p. 162). Ou seja, parece-nos que as reflexões freudianas naquele momento o levaram à importante conclusão de que as manifestações sexuais perversas, as psiconeuróticas e as ditas normais estavam todas relacionadas a processos psíquicos cujas origens poderiam ser remontadas a tempos muito anteriores aos primeiros sinais da puberdade. Freud encontrou na infância uma disposição perversa polimorfa a partir da qual as transgressões sexuais tornam-se possíveis com

maior ou menor resistência, conforme o adiantamento do processo de construção dos “diques anímicos contra os excessos sexuais – a vergonha, o asco e a moral” (p. 180).

Chamaremos atenção para um ponto em particular nessa digressão. Se a criança é capaz de cometer transgressões sexuais, fica evidenciado o papel que a sexualidade já desempenha em sua vida anímica ou, se pudermos dizer de outra maneira, sua capacidade de se vincular libidinalmente – erótica ou destrutivamente – com outras pessoas. O termo libido, nesse caso, remete-nos a uma concepção de sexualidade presente desde muito cedo na vida da criança e que não deve ser confundida com a genitalidade que marcará o desenvolvimento psicosexual a partir da puberdade:

Tivemos então de registrar, como uma de nossas mais surpreendentes descobertas, que essa eflorescência precoce da vida sexual infantil (dos dois aos cinco anos) também acarreta uma escolha objetal, com toda a riqueza das realizações anímicas que isso implica, de modo que a fase correspondente e ligada a ela, apesar da falta de síntese entre os componentes pulsionais isolados e da incerteza do alvo sexual, deve ser apreciada como uma importante precursora da posterior organização sexual definitiva. (Freud, 1905/1996 p. 220)

A falta de síntese dos componentes pulsionais isolados bem como a incerteza do alvo sexual só encontram algum tipo de solução posteriormente, com a chegada da puberdade, quando ocorreriam duas transformações decisivas: “a subordinação de todas as outras fontes de excitação sexual ao primado das zonas genitais e o processo do encontro do objeto” (Freud, 1905/1996 p. 221). Assim, a atividade sexual na espécie humana passaria, segundo Freud, por uma instauração bitemporal, isto é, uma irrupção inicial da sexualidade caracterizada por elementos pulsionais isolados e pela incerteza quanto ao alvo sexual e um segundo momento – puberdade –, caracterizado pela síntese destes elementos pulsionais e pela escolha do objeto sexual. A puberdade não representaria, portanto, o início das manifestações sexuais na espécie humana,

sendo, por assim dizer, ela mesma guiada pelos indícios infantis “da inclinação sexual da criança pelos pais e por outras pessoas que cuidam dela”. (Freud, 1905/1996 p. 221).

Essa descontinuidade no desenvolvimento sexual da espécie humana deve-se, ainda segundo Freud (1905/1996) a uma interrupção da primeira eflorescência infantil da sexualidade pelo período de latência, um momento de especial importância:

Ela [a latência] se afigura como uma das condições da aptidão do homem para o desenvolvimento de uma cultura superior, mas também de sua tendência à neurose (...). A experiência permitiu-nos ainda comprovar que as influências externas da sedução podem provocar rompimentos prematuros da latência e até a supressão dela, e que, nesse aspecto, a pulsão sexual da criança comprova ser, de fato, perverso-polimorfa; comprovamos ainda que tal atividade sexual prematura prejudica a educabilidade da criança (pp. 220-221).

Vemos nessa passagem como para a teoria psicanalítica a atividade sexual é fator determinante no desenvolvimento do sujeito, a ponto de poder até mesmo prejudicar sua educabilidade. Realcemos o sentido que o sexual assume a partir dessa perspectiva, o que talvez represente uma das maiores contribuições freudianas para o estudo da subjetividade humana, a saber, a descoberta e o estudo dessas primeiras manifestações da sexualidade, muito antes do tempo em que sua origem era tida como natural, isto é, a puberdade, o que possibilitou a ampliação do conceito de sexualidade, que a partir de então não poderia mais ser confundida apenas como uma função das zonas genitais do corpo a serviço da reprodução. Laplanche e Pontalis (2001) comentam essa ampliação do conceito de sexualidade afirmando que:

Para Freud, é sobretudo a existência de uma sexualidade infantil que atua desde o princípio da vida, que vem ampliar o campo daquilo que os psicanalistas chamam sexual. Ao falarmos de sexualidade infantil, não pretendemos reconhecer apenas a existência de excitações ou de necessidades genitais precoces, mas também de atividades aparentadas com as atividades perversas do adulto, na medida em que põem em jogo zonas corporais (zonas erógenas) que não são apenas as zonas genitais, e na medida em que buscam um prazer (sucção do polegar, por

exemplo) independentemente do exercício de uma função biológica (nutrição, por exemplo). Neste sentido os psicanalistas falam de sexualidade oral, anal, etc. (p. 477)

Portanto, quando anunciamos nossa intenção de estudar os vínculos sexuais presentes na relação entre pais e filhos, é importante frisar com clareza que o sexual refere-se acima de tudo a esse conceito de sexualidade ampliado pela teoria psicanalítica e não às excitações ou necessidades genitais precoces ou precocemente estimuladas. É ainda menor, nesse momento, o nosso interesse pelas manifestações da sexualidade genital que a partir da puberdade corresponderiam à síntese de pulsões sexuais parciais da infância na direção de um alvo sexual determinado. Pretendemos, especialmente, verificar como uma leitura da função parental a partir de seus elementos sexuais pode nos auxiliar a compreender certos conflitos, sejam eles de origem relacional, isto é, construídos na relação com os filhos, ou de origem interna, ou seja, estimulados pelas exigências que a própria função parental cria para a subjetividade dos filhos. Em síntese, indagamos até que ponto podemos entender as relações entre pais e filhos a partir de uma perspectiva que inclua a sexualidade infantil e o direcionamento que ela impõe para os destinos pulsionais do sujeito, quer estejamos nos referindo aos pais ou aos filhos.

Já oferecemos anteriormente um conceito de função parental, proposto por Algarvio e cols. (2008), que aponta para dois tipos de investimento dos pais em relação a seus filhos, o narcísico e o objetal. As autoras, aliás, não estipulam qual seria o mais importante já que falam de um equilíbrio entre ambos, e não, por exemplo, em uma evolução gradual que partiria do investimento narcísico até chegar ao objetal. Penso que seria pouco proveitoso o esforço para determinar que tipos de conduta poderiam ser classificados como narcisistas e aqueles que deveriam ser timbrados com a insígnia de objetal. Tal tarefa carregaria, obrigatoriamente, o estigma da relatividade, tendo em vista a grande variedade de significados que cada conduta

analisada poderia assumir, a depender do contexto ao qual estivesse vinculada. Assim, se de fato nos detivéssemos em uma tarefa dessa ordem, provavelmente esbarraríamos em tantas ressalvas que não alcançaríamos nenhum desenvolvimento satisfatório.

Se nos ativermos, contudo, ao texto freudiano, encontraremos alguns apontamentos interessantes a esse respeito. Freud (1914/2004) comenta que o narcisismo dos pais, há muito abandonado, pode ser reproduzido e revivido na relação com seus filhos. O autor ressalta que a observação de pais afetuosa autoriza essa dedução retroativa, já que nesses casos, “a supervalorização, que já havíamos apontado como um indício seguro de que estamos em presença de um estigma narcísico na escolha objetal, também domina, como se sabe, essa relação afetiva entre pais e filhos” (p. 110). Todos os defeitos da criança são encobertos e ela se torna o protótipo da perfeição que um dia já fundamentou a visão que tinham de si mesmos. Se por um lado Freud identifica essa postura como uma “negação da sexualidade infantil” (p. 110), por outro demonstra como esse lugar privilegiado em que a criança é colocada a dispensa de atender e respeitar as inúmeras aquisições culturais a que seus pais foram obrigados a aceitar, em detrimento de seus próprios narcisismos. Ou seja, os pais

Também se inclinam a reivindicar para a criança o direito a privilégios aos quais eles, os pais, há muito tiveram de renunciar. A criança deve ter melhor sorte que seus pais, não deve ser submetida aos mesmos imperativos que eles tiveram de acatar ao longo da vida. Doença, morte, renúncia à fruição, restrições à própria vontade não devem valer para a criança; as leis da natureza, assim como as da sociedade, devem se deter diante dela, e ela deve realmente tornar-se de novo o centro e a essência da criação do mundo. *His Majesty the baby*, tal como nós mesmos no imaginamos um dia (p 110).

A possibilidade de falarmos em uma base sexual da parentalidade surge justamente pelo modo como a criança parece ser capaz de centralizar a libido de seus pais. O encantamento que

os filhos podem gerar teria, dessa forma, suas raízes na subjetividade parental exatamente na possibilidade que os pais encontrariam de projetar sobre eles o seu próprio ideal debilitado de onipotência. Laplanche (1998), comentando o mesmo trecho acima destacado, conclui dizendo que a interpretação freudiana ali presente nos permitiria por fim à pretensão de querer situar o narcisismo originário no interior da criança ou no interior dos pais, pois seria tão correto dizer que “o narcisismo dos pais é uma revivescência de seu próprio narcisismo infantil, como: o narcisismo infantil nada mais é do que uma identificação por parte da criança e uma projeção por parte dos pais de seu próprio ideal narcísico decaído” (p. 290)

Devemos destacar dois pontos interessantes no comentário que Laplanche (1998) nos oferece acima. Primeiro, encontramos uma excelente argumentação em favor da idéia de uma relação original e, ainda que isso não seja suficiente para desautorizar a interpretação da mônada auto-suficiente, ao menos nos fortalece a impressão de que a investigação psicanalítica do caráter relacional do desenvolvimento humano é um caminho viável e profícuo. Além disso, o autor apresenta a identificação como o ponto de contato entre a projeção narcísica parental efetuada sobre os filhos e o reflexo que esta projeção causa no próprio ideal narcísico da criança. Dito de outra forma, o lugar que os pais oferecem para a criança em suas vidas não fala somente de uma predisposição pulsional por parte da dupla parental, mas também de uma disposição psíquica na criança para ocupar este lugar oferecido.

Contudo, ainda que a criança já nasça como candidata a esse lugar de investimento narcísico, nem sempre há garantias de que as coisas ocorrerão dessa forma. Essa afirmação conduz nossa memória a um caso atendido há alguns anos. Entendemos que a este caso pode ser útil para ilustrar como a complexidade existente na relação entre pais e filhos está ligada a processos subjetivos profundamente calcados nas histórias de cada um. Assim, com o relato

seguinte pretendemos contribuir com reflexão que ora realizamos sobre as relações entre os processos de subjetivação de pais e filhos.

Daniela, aproximadamente 35 anos, e Igor, aproximadamente 40, procuraram atendimento para seu filho, Humberto que na época possuía sete anos. Segue um resumo das queixas: Humberto apresentava irritabilidade e sensibilidade intensas; não podia ser repreendido por ninguém que começava a chorar e gritar, ainda que não chegasse a ficar violento. Não tinha o costume de agredir as pessoas, a não ser o irmão mais novo, cujo nascimento, aliás, segundo informação dos próprios pais, coincidiu com uma piora significativa nos sintomas. Apresentava também muita ansiedade e dificuldade na hora de dormir; sentia medo do escuro e de bichos que poderiam atacá-lo durante o sono. Daniela e Igor reportaram também um comportamento fóbico muito exagerado; Humberto não podia sequer falar sobre aranhas que ficava nervoso; a visão, então, desse animal lhe era praticamente impossível e esse era um problema significativo, tendo em vista que a sua família morava num condomínio localizado na zona rural da cidade. Por fim, o que mais incomodava os pais de Humberto era a crescente rivalidade em relação ao irmão e as queixas de que era preterido em relação a ele.

O primeiro contato foi realizado com Daniela e não demorou muito para que ela, incentivada pelas questões que surgiam durante as sessões de anamnese, fornecesse uma informação que, no momento, soou como uma verdadeira confissão. Daniela falou de sua incontrolável repulsa em relação a Humberto na primeira vez em que o viu, uma ojeriza tão intensa que sequer conseguiu segurá-lo, muito menos amamentá-lo. Essa situação começou a melhorar passados 10 meses. Entretanto, Daniela só conseguiria sentir carinho e desejo pelo filho algum tempo depois. Qual teria sido o grave crime de Humberto, o delito que causara tamanho afastamento e repulsa na mãe? A resposta de Daniela: devido a uma má-formação, Humberto

nasceu com o lábio leporino e com uma fenda no palato e a primeira imagem formada por ela resume-se na frase: “parecia um monstrinho chorando... era horrível e tudo o que eu queria era que tirassem aquilo de perto de mim”.

Antes de continuarmos é importante salientar que Daniela é uma mãe bastante zelosa. Não sofria de nenhum distúrbio psicopatológico evidente, e não se encontrava nem mais nem menos preparada para a maternidade do que qualquer mulher que se veja às voltas com a chegada do primeiro filho. Sua gravidez foi desejada, ainda que não programada e, mais importante que isso, após elaborar o impacto de ver um ‘monstro’ no lugar de seu esperado filho conseguiu destinar a Humberto todo amor e cuidado de que era capaz. Além disso, com o nascimento do segundo filho – este com a compleição física perfeita – Daniela pôde demonstrar, sem inibições, toda a capacidade e vontade de amar e cuidar de um recém-nascido.

O que pode ter acontecido nesse caso de Humberto e Daniela? Se resgatarmos alguns elementos importantes mencionados até agora, talvez possamos encontrar nesse exemplo uma indicação do papel significativo do investimento narcísico na configuração da função parental. Tomando como ponto de partida a conclusão freudiana de que os filhos podem ocupar um lugar no qual o narcisismo dos pais é revivido ou, nas palavras do próprio Freud (1914/2004), se aceitarmos que “o comovente amor parental, no fundo tão infantil, não é outra coisa senão o narcisismo renascido dos pais, que, ao se transformar em amor objetal, acaba por revelar inequivocamente sua antiga natureza (p. 110)”, seremos conduzidos à reflexão acerca de como uma criança pode acabar não servindo como objeto para que seus pais possam reviver seus narcisismos e, portanto, às conseqüências que isso geraria para os pais e para a criança.

Se aplicarmos esse raciocínio ao caso de Humberto e Daniela e tentarmos, por meio dele, encontrar uma explicação para a rejeição e o abandono que se seguiu, poderíamos afirmar que a

deformação estética com a qual Humberto nasceu pode ter comprometido a sua posição de objeto para a libido narcísica da mãe e que, devido a esta característica congênita a partir da qual Humberto se torna incapaz de fazer jorrar sobre si o investimento materno, configurou-se o abandono e a rejeição. Em outras palavras, talvez possamos, a partir desse exemplo, apontar a importância que possui o elemento narcísico da função parental tal qual definida por Algarvio e cols. (2008). Essa seria, ao menos, uma forma de analisar a situação e também uma maneira de inserir nessa discussão o modo como determinadas características da criança podem influenciar o investimento parental sobre elas.

Nesse ponto somos surpreendidos com a lembrança do conceito de mãe suficientemente boa, proposto por Winnicott (1975). Caso tenhamos compreendido bem sua proposta, talvez possamos utilizá-la aqui para classificar a postura dessa mãe e indicar sua incapacidade de, naquelas circunstâncias, oferecer uma relação propícia para o desenvolvimento de seu bebê. Longe de querer contradizer tal concepção, adicionamos apenas uma reflexão a essa idéia, no sentido de descrever como as características da criança podem influenciar a qualidade do ambiente que a acolhe. O que pode ter ocorrido no caso de Humberto foi que ele também não conseguiu ser para os pais um objeto suficientemente bom ou pelo menos não um que pudesse ser “colocado no lugar do ideal de ego” (Freud, 1921, p. 123) dos seus pais.

O detalhe que torna essa questão bastante complexa é a impossibilidade que teríamos para listar, *a priori*, que características infantis seriam mais ou menos favoráveis para que a libido narcísica dos pais encontrasse um canal para ser revivida. O mais provável é que nos encontremos em um terreno em que a velha máxima de que ‘cada caso é um caso’ tenha valor inestimável. Se por um lado não encontraríamos muita resistência para afirmar que uma criança nascida com alguma deformidade física afasta-se de um ideal de perfeição planejado e esperado

pelos pais em geral, por outro provavelmente não nos surpreenderíamos com um caso que, numa aparente contradição dessa hipótese, a dupla parental desenvolvesse pela criança um amor e uma proteção ainda mais intensos e devotados. Contudo, talvez não encontrássemos muita dificuldade para explicar essa aparente exceção se, mantendo nossa análise no eixo acima delineado, buscássemos os elementos narcísicos da subjetividade parental que de alguma forma encontraram oportunidade para reviver a partir da relação com esse filho, apesar ou até mesmo devido à deficiência.

Novamente nos vemos cerceados pelo relativismo das particularidades. Talvez a presença constante desse fantasma que paira sobre nossas tentativas de realizar alguma generalização sobre os fenômenos aqui estudados sirva-nos como lembrete de que, não importa a que conclusões chegemos, cada história no consultório precisa ser ouvida com a expectativa da novidade e com a atenção para que nossos desejos de comprovação teórica não sejam maiores do que a escuta clínica que o paciente necessita e que o trabalho analítico exige.

Há um elemento, entretanto, que ao menos parece estar embebido em caracteres de universalidade e a partir do qual talvez possamos estabelecer um ponto de ligação entre a função parental e a subjetividade da criança. Seguindo os passos de Green (1988) definiremos tal elemento como a compensação, pela investidura narcísica, da diferença instaurada pela separação entre a mãe e a criança. Freud (1921/2006) parece tratar deste ponto no texto em que tece relações entre a psicologia de grupo e a análise do Eu, ao estabelecer um vínculo importante entre os fenômenos sociais e os narcísicos. O autor afirma que

As relações de um indivíduo com os pais, com os irmãos e irmãs, com o objeto de seu amor e com seu médico, na realidade, todas as relações que até o presente constituíram o principal tema da pesquisa psicanalítica, podem reivindicar serem consideradas como fenômenos sociais, e, com respeito a isso, podem ser postas em contraste com certos outros processos, por nós descritos

como ‘narcisistas’, nos quais a satisfação dos instintos é parcial ou totalmente retirada da influência de outras pessoas (p. 81).

Freud (1921/2006) fala de um contraste entre os fenômenos sociais e os narcisistas, sugerindo que a constituição psíquica ocorre sob a influência de pessoas. A relação com os pais, irmãos, a pessoa amada e o próprio médico delimitam um número de pessoas que, apesar de bastante reduzido, possuem enorme importância para o sujeito. Essa idéia é bastante semelhante à que Freud (1914/2004) expressa no artigo sobre o narcisismo e permite-nos pensar que a influência social, especialmente aquela ligada a determinadas pessoas significativas para o sujeito, constitui um fator importante para a compreensão dos processos de subjetivação.

O reflexo disso no atendimento de crianças é imediato, pois, a partir dessa perspectiva delineada pela psicanálise, torna-se extremamente limitado conduzir tal atividade exclusivamente por meio da escuta da criança, deixando de fora a análise da subjetividade parental. Isso se mostrou bastante claro, por exemplo, no atendimento de Helena e Larissa. Mãe e filha, respectivamente, já foram apresentadas no capítulo um e o caso retorna nesse ponto para ilustrar o ganho que pode oferecer, para o atendimento dos filhos, uma análise cuidadosa da subjetividade parental.

Durante muito tempo, uma das reclamações mais constantes de Helena foi a de que Larissa pedia praticamente todas as noites para dormir no quarto da mãe. Isso, segundo Helena, era motivo de muitas discussões que, algumas vezes, geravam brigas homéricas. Muitas vezes a mãe acabava cedendo para evitar os gritos e a confusão que, nas palavras dela, “os *shows* de Larissa”, provocavam. Certo dia, Helena trouxe um sonho cuja análise, nas sessões subseqüentes, proporcionou a descoberta de que ela, sem perceber, enviava à Larissa inúmeros sinais pedindo que a filha dormisse com ela. O fato é que Helena morria de medo de dormir só e no escuro e

Larissa cumpria, dessa forma, uma função importante para ela que se sentia mais segura quando a filha dormia consigo.

A elaboração deste sonho e desta descoberta conduziu Helena até outras situações nas quais o mesmo padrão se repetia. Subjetivamente, Larissa recebia duas mensagens bastante contraditórias. Por um lado, o aval para uma relação de extrema permissividade e dependência da mãe em relação à filha, o que provocava uma mistura enorme nos papéis de mãe e filha, já que Helena, por outro lado, também tentava exercer sua função maternal, geralmente sem muito sucesso. O apontamento dessa indefinição, vivida por Helena, do lugar que Larissa ocupava em sua subjetividade, ora como filha, ora como esteio garantidor de segurança, constituiu um elemento importante da interpretação que, extraída do sonho e das associações propostas por Helena, possibilitou um trabalho de clarificação de certos conflitos vividos entre mãe e filha.

Se as figuras significativas na primeira infância exercem um impacto tão importante na constituição narcísica do sujeito, poderíamos indagar como se dá esse processo? Parece-nos, contudo, que estamos novamente diante de uma estrutura – muito mais do que um fato observável do desenvolvimento humano – que se inscreve na constituição psíquica como uma tentativa de resolver um dos mais importantes desafios da infância, ou seja, a perda do objeto primário e a conseqüente tentativa de manter este objeto por meio de sua identificação com ele; o Eu, perante a imprevisibilidade do objeto de amor, enfeita-se com os atributos dele e se oferece ao Id em seu lugar.

A nossa maneira de ver poderia dar conta do que Freud diz sobre as primeiras identificações de caráter indestrutível e do narcisismo do Eu como narcisismo secundário. Na primeira etapa ficou impressa a marca primitiva do objeto que inspirará o Eu para tentar oferecer, não sua semelhança com ela, mas a qualidade auto-suficiente de sua impressão. Os traços emprestados do objeto poderão diversificados, selecionados, isolados um a um, mas terão que poder oferecer ao sujeito o sentimento de que eles o tornam independente frente ao desejo. (Green, 1988, p. 137)

Todo esse processo sugere a precariedade dos mecanismos do Eu para lidar com a inexorabilidade da pulsão, que se expressa na primazia do desejo, e aponta-nos a dificuldade que surge quando é necessário abandonar formas de satisfação pulsional já experimentadas. O Eu se esforça por tornar-se independente frente ao desejo da mesma forma como o objeto parece-lhe ser em sua marca primitiva. O narcisismo apresenta-se, desse modo, como uma reorganização psíquica que oferece uma solução paradoxal, pois, o esforço realizado para se tornar independente do desejo traz consigo a marca indelével da identificação com o objeto perdido o que, em última instância, sinaliza a vitória da satisfação pulsional que deveria ter sido renunciada. Isso talvez explique o caráter indestrutível destas primeiras identificações e também atesta que o objeto primário é, de fato, irrenunciável.

Assim, nossa tentativa de analisar a base sexual que fundamenta o investimento parental nos filhos encontra na estrutura do narcisismo um parâmetro essencial, especialmente se concordarmos com o entendimento de que o narcisismo se insere nos processos de subjetivação como um mecanismo paradoxal que, ao tentar libertar o sujeito do jugo do desejo acaba consolidando, de forma camuflada, sua ligação com o objeto primário que o Eu é obrigado a abandonar. O intenso amor parental que Freud (1914/2004) denuncia como uma manifestação do narcisismo parental pode, portanto, ser compreendido como uma possibilidade que surge para os pais de reanimar o investimento do objeto primário a que foram compelidos a abandonar, rememorando um tempo mítico, quando tudo era possível e nada obstava a realização dos desejos. Seria possível compreender as conseqüências advindas dessa revivescência narcísica que parece colocar em evidência o objeto primário dos pais muito mais do que o objeto que seus filhos encarnam? Deixemos para mais adiante a exploração dessa pergunta, pois, no momento, sentimos a necessidade de nos ater um pouco mais ao estudo desse processo de identificação com

o objeto primário que se afigura como elemento importante para os processos de subjetivação em estudo.

Anteriormente nos apoiamos na idéia de desamparo para compreender a susceptibilidade do psiquismo infantil. Defendemos naquele ponto que se for possível falar em uma relação original na qual a subjetividade parental desempenhe papel estruturante nos processos subjetivos dos filhos, encontraríamos no estado de desamparo característico da infância humana uma chave para esse processo. A esse quadro de suscetibilidade do psiquismo infantil em relação às figuras parentais talvez possamos adicionar agora “as primeiras identificações de caráter indestrutível” (Green, 1988, p. 137) com o objeto primário as quais nos referimos acima. Para tanto, recorramos a uma idéia de Laplanche (1998) acerca da introjeção que se afigura essencial para entendermos o funcionamento do processo de identificação. O autor enfatiza o primado do desejo como eixo central do mecanismo de introjeção ao afirmar que

No nível infantil, o que fundamenta esse primado do desejo é que nada pode ser colocado no interior – introjetado – sem ser afetado pelo sinal da pulsão. Quero dizer que colocar dentro e desejar são uma só e a mesma coisa. E sabemos (aí está o realismo mágico da psicanálise) que o pensamento nada mais é do que uma modalidade de colocar no interior da cabeça. Em suma, a verdade, difícil de aceitar porque difícil de conceber, a verdade mágica, é que: só pode ser pensado aquilo que pode ser desejado. (p. 264)

A relação, portanto, que se estabeleceria seria a de que tudo aquilo que acabou sendo introjetado só o foi por ter sido desejado. Essa leitura que Laplanche (1998) faz do conceito de introjeção em Freud encontra bastante ressonância em textos como *O Eu e o Id*, quando Freud (1923/2007) elabora a idéia da identificação como um processo de introjeção de um objeto sexual que, em algum momento, precisou ser abandonado pelo sujeito. Esta introjeção do objeto sexual resultaria de uma “modificação do Eu, que podemos descrever de modo análogo ao processo da

melancolia, no qual o objeto é erigido dentro do Eu (...) talvez essa introjeção (...) seja o meio utilizado pelo Eu para facilitar, ou possibilitar, que se abdique do objeto” (p. 40). Referimo-nos, portanto, a uma precipitação, na direção do Eu, das catexias que antes se destinavam ao objeto; o Eu fica, dessa forma, investido libidinalmente. Esse estado de coisas é o que caracterizaria o narcisismo secundário, cujo mecanismo fundamental, isto é, a identificação com o objeto perdido, talvez seja uma condição crucial para que o Id abandone seus objetos, pois, ao “adotar as características do objeto, o Eu impõe-se, por assim dizer, ao Id como um objeto de amor e lhe diz: ‘Veja, você também pode me amar, sou tão parecido com o objeto’, desse modo buscando substituir a perda sofrida” (p. 43).

Em outras palavras, se com a identificação, a libido, que anteriormente tinha como destino o objeto que foi perdido, desloca-se para o Eu, então poderíamos afirmar que a estrutura narcísica seria herdeira de nossas primeiras relações com o objeto sexual e, portanto, se defendemos a idéia de que os filhos permitem aos pais reviverem seus narcisismos, talvez possamos assumir que a essa revivescência narcisista carrega, nos pais, a marca indelével da relação com seus objetos sexuais perdidos. Se tal argumento estiver correto, então talvez tenhamos encontrado um ponto de apoio para o estudo das perturbações que a sexualidade pode provocar no desempenho da função parental devido ao deslizamento que parece ocorrer na subjetividade dos pais entre o objeto-filho e o objeto sexual perdido. Portanto, sob esse prisma, a relação que se estabelece desde o início entre pais e filhos mostrar-se-ia fundamentada na sexualidade, tanto na revivescência narcisista que denuncia a relação parental com o objeto sexual primário, quanto na marca pulsional que caracteriza o processo de identificação que ocorre nos filhos, já que “*nada pode ser colocado no interior – introjetado – sem ser afetado pelo sinal da pulsão. Quero dizer que colocar dentro e desejar são uma só e a mesma coisa*” (Laplanche, 1998, p. 264)

Poderíamos, todavia, perguntar qual a necessidade de enquadrar a sexualidade numa função parental, ao invés de tratar desse assunto de maneira mais abrangente, sem tanta ênfase nos pais. Justificamos esse recorte metodológico por um motivo razoavelmente simples ou até mesmo prático. É um costume mais ou menos generalizado em nossas sociedades que os pais sejam as primeiras figuras realmente significativas na vida de qualquer pessoa. Talvez por estarem presentes desde o início da vida da criança ou por se ocuparem com seus cuidados e proteção, é nos pais que a vida libidinal do bebê costuma encontrar seus objetos primários. Da mesma forma, os filhos parecem, de modo geral, ser especialmente capazes de estimular nos pais a revivescência de suas próprias relações originais com o objeto sexual. Assim, julgamos que tal recorte no estudo da parentalidade muito tem a nos oferecer tanto do ponto de vista teórico, quanto na clínica.

Vale ressaltar novamente que toda menção feita aos pais neste trabalho não deve nos remeter exclusivamente aos genitores, ou mesmo aos pais e mães tradicionalmente concebidos. Falamos de uma função – maternal e paterna – que pode ser exercida por diversas pessoas além dos genitores, inclusive aquelas que não se encontram mais presentes na vida da criança, seja por morte, abandono, adoção ou outro motivo qualquer. Aliás, é válido nesse ponto recordar a descrição que Freud (2006/1913[1912-13]) nos oferece com bastante maestria em *Totem e Tabu* sobre como os fundamentos da vida em comunidade se erguem em torno do fantasma da figura paterna e não propriamente sobre o pai de carne e osso. O pai, nesse caso, é personagem que se consolida na fantasia dos membros da horda primitiva e é a partir deste lugar que estabelece a interdição do incesto e, com isso, possibilita a vida em comunidade.

Temos justificativas para acreditar que, como um dos fenômenos de sua organização narcisista, eles [os povos primitivos] supervalorizam seus atos psíquicos a um grau extraordinário. Conseqüentemente, o simples *impulso* hostil contra o pai, a mera existência de uma *fantasia* -

plena de desejo de matá-lo e devorá-lo, teriam sido suficientes para produzir a reação moral que criou o totemismo e o tabu. Desta maneira, evitaríamos a necessidade de atribuir a origem de nosso legado cultural, de que com justiça nos orgulhamos, a um crime odioso, revoltante para todos os nossos sentimentos. Nenhum dano seria assim feito à cadeia causal que se estende desde os começos aos dias atuais, pois a realidade psíquica seria suficientemente forte para suportar o peso dessas conseqüências. (p. 161)

Logo, se defendemos aqui um recorte metodológico para o estudo das perturbações da sexualidade na função parental, não é com o intuito de pré-definir os tipos de organização familiar e, então, julgá-los de acordo com o grau de perturbação que a sexualidade lhes causa, como se, assim, fossemos capazes de separar as configurações mais saudáveis. Jamais afirmaremos, por exemplo, que uma função parental bem sucedida só poderia ser encontrada em uma família onde os genitores assumissem os cuidados de seus filhos, amando-os e suprimindo suas necessidades. Em resumo, toda menção que aqui fizermos à função dos pais deve ser entendida, a menos que indicado de forma diferente, levando em conta uma posição estrutural, ou seja, a função pai e a função mãe que, se por uma questão de costume remete ao genitor e à genitora, também precisa levar em consideração o local em que ambos ocupam na fantasia de cada filho.

Assim, o esforço que viemos empreendendo até o momento para compreender as relações entre função parental e sexualidade nos insere no estudo da realidade psíquica e da fantasia. Julgamos necessário tratar desses conceitos em nossa discussão, pois, além do burilamento teórico que parecem anunciar para nossa reflexão sobre a estrutura narcísica e os destinos pulsionais nos pais e nos filhos, talvez possamos lançar alguma luz sobre o modo de lidar com uma demanda que nos é feita diariamente na clínica, especialmente pelos pais que nos procuram em nosso consultório como se fossemos produzir uma lista ou receita para orientá-los na criação de seus filhos.

Tratemos primeiramente desse segundo ponto, ou seja, da demanda parental por uma receita de como educar seus filhos. Consideramos inapropriado atender a essa solicitação parental, pois, agindo assim, o terapeuta abre mão de analisar a função que os conflitos que lhe são apresentados possuem naquela organização familiar. Ainda que os pais tenham buscado ajuda, o terapeuta não pode ser ingênuo e pensar que suas orientações, por mais sensatas que pareçam aos seus olhos, serão aplicadas sem resistência pelos pais e com isso a família encontrará a solução para os conflitos. Talvez possamos explicar brevemente esse fenômeno de forma similar a que Freud (1940[1938]/2006) propõe quando discorre sobre a “necessidade de estar doente ou de sofrer” (p. 194) e de como essa situação provoca resistências às vezes insuperáveis. Dois fatores explicariam esta necessidade da doença. O primeiro seria um sentimento de culpa, geralmente não percebido pelo paciente de forma consciente, e que o obriga a sofrer. O paciente não pode ficar bom; deve permanecer para sempre doente. O outro fator seria um refluxo muito intenso de pulsão agressiva na direção do Eu de tal forma que “os pacientes dessa espécie não podem tolerar o restabelecimento mediante nosso tratamento e lutam contra ele com todas as forças” (p. 194). Seja pelo sentimento inconsciente de culpa oriundo de um superego particularmente severo ou por fenômenos pulsionais que provocariam um fluxo agressivo muito intenso para dentro, a conclusão é que precisamos agir com cautela para não menosprezar o poder que as resistências também possuem no atendimento de pais e filhos. Nesse sentido, dizer aos pais exatamente o que fazer não parece ser a melhor forma de lidar com os conflitos que vivem com seus filhos, muito menos de driblar as resistências que se instalam durante o tratamento.

Além disso, as orientações do terapeuta falarão muito mais das suas próprias fantasias sobre como deve ser uma família e impor isso aos pacientes pode ser perigoso, especialmente se,

por motivos transferenciais, a influência do analista se agiganta no *setting* analítico. Será sempre válida a advertência contra essa postura, pois

Por mais que um analista possa ficar tentado a transformar-se num professor, modelo e ideal para outras pessoas, e criar homens a sua própria imagem, não deve esquecer que essa não é a sua tarefa no relacionamento analítico, e que, na verdade, será desleal à sua tarefa se permitir ser levado por suas inclinações. (Freud, 1940[1938]/2006, p. 190)

Portanto, se pretendemos colocar em análise as fantasias parentais não deve ser com o intuito de corrigi-las ou confrontá-las com uma suposta realidade mais saudável. Nossa posição, nesse caso, precisa ser bastante humilde e nossas próprias fantasias devem ser, na medida em que isso é possível, observadas, pois não nos compete ensinar os pais como educar seus filhos, atuando como se fossemos possuidores de um saber infalível que poderia ser transmitido à família durante as consultas. A verdade é que os ideais narcísicos dos pais e dos filhos não são os únicos a marcarem presença no consultório.

Após essa pequena digressão sobre uma demanda parental bastante comum no consultório, retornemos ao burilamento teórico que anunciamos acima ao justificar a inserção no nosso trabalho dos conceitos de realidade psíquica e fantasia. E de modo a sustentar a argumentação sobre o papel crucial da realidade psíquica e da fantasia para o estudo da parentalidade, apoiar-nos-emos sobre três pontos defendidos anteriormente: 1) os filhos podem causar nos pais uma grande mobilização da libido narcisista; 2) essa revivescência narcísica constitui elemento fundamental do amor que os pais nutrem por seus filhos e 3) esse narcisismo redivivo denuncia, nos pais, uma estratégia encontrada pelo psiquismo para camuflar a manutenção do vínculo com o objeto sexual primário que se viram forçados a abandonar, mas que sobrevive de forma inconsciente. Se for possível sustentar esses três eixos argumentativos, então talvez tenhamos condições de confirmar nossas suspeitas em torno da função que possui a

fantasia parental na constituição subjetiva dos filhos, pois, assim, parece-nos ser possível compreender o fator de perturbação que a sexualidade é capaz de exercer na função parental.

Tentemos esclarecer melhor esse ponto. Laplanche e Pontalis (2001) discorrem sobre a grande extensão que possui o termo fantasia em psicanálise e falam do inconveniente que isso gera para a precisão de uma explicação tópica do conceito. Os autores indicam alguns níveis que necessitam ser distinguidos para que se possa compreender a noção freudiana deste conceito. Primeiramente, em *Estudos sobre a histeria* esse conceito recebe a denominação de *Phantasien* para descrever o fenômeno dos “sonhos diurnos, cenas, episódios, romances, ficções, que o sujeito forja e conta a si mesmo no estado de vigília” (p. 170). Freud explicaria melhor esse forjar promovido pela fantasia em *A Interpretação de Sonhos* ao descrevê-las como formações de compromisso entre um desejo inconsciente e uma restrição da realidade (Freud, 1900/1987).

É possível verificar como nesta concepção inicial a *Phantasien*, especialmente em *A Interpretação de sonhos*, já possui traços ou ligações inconscientes, mas é somente numa linha de pensamento desenvolvida posteriormente que a fantasia aparecerá “numa relação muito mais íntima com o inconsciente” (Laplanche e Pontalis, 2001, p. 171). Assim, se por um lado a fantasia entendida como sonho diurno serve de ferramenta para a elaboração secundária produzida pelo psiquismo, a partir dessa interpretação, que a conecta mais intimamente ao inconsciente, ela passa a estar ligada também “ao desejo inconsciente mais profundo, ao ‘capitalista do sonho’” (Laplanche e Pontalis, 2001, p. 171). O trabalho do sonho estaria, portanto, ligado às fantasias nas duas pontas do processo, ao desejo inconsciente e à elaboração secundária.

Em concordância com essas idéias, Sales (2002), descreve a fantasia como uma nova atividade do pensamento que, induzida pelo princípio da realidade, mantém-se “submetida ao

princípio do prazer e distanciada das exigências do mundo externo” (p. 323). Vista por esse ângulo, a fantasia funciona como uma estratégia utilizada pelo psiquismo para lidar com a oposição entre a subjetividade e a objetividade, ou ainda, entre o princípio do prazer e o princípio da realidade. Esta oposição entre o subjetivo e o objetivo posiciona a fantasia em uma fronteira que delimita de um lado uma exigência pulsional – exigências que a fantasia nunca satisfaz plenamente – e do outro as restrições impostas pelo mundo exterior, restrições que a fantasia tenta driblar mediante uma solução de compromisso.

A idéia de uma ligação dupla – com o desejo e com a realidade externa – da fantasia é um ponto chave para a inserção desse conceito na discussão que iniciamos sobre sexualidade e função parental, especialmente se lembrarmos que a descrição do mecanismo de identificação proposta por Freud (1923/2007) nos remete justamente para um desejo que não pode ser realizado graças a sua ligação com um objeto sexual interdito. A fantasia surge, dessa forma, como uma costura entre o mundo interno, aqui representado pelas pulsões e pelos desejos e a realidade externa com suas imposições severas. Temos na fantasia, portanto, o eixo que instaura e sustenta a realidade psíquica.

Laplanche e Pontalis (2001) comentam que a idéia de realidade psíquica desenvolve-se na história da psicanálise, a partir do enfraquecimento da concepção, inicialmente defendida por Freud, do papel patogênico dos traumas reais resumidos na teoria da sedução. À medida que a hipótese do trauma real perde força, as fantasias ganham espaço na teoria freudiana, de tal forma que, “mesmo que não se baseiem em acontecimentos reais, têm para o sujeito o mesmo valor patogênico que Freud atribuía inicialmente às ‘reminiscências’” (p. 426). A ênfase no valor patogênico das fantasias tornou-se tão determinante que levou Freud a firmar o papel da realidade psíquica como dominante nas neuroses (Freud, 1916-1917/1996).

Assim, se a fantasia apresenta-se de forma tão essencial como determinante da realidade psíquica e se, por sua vez, a realidade psíquica tem papel tão preponderante no adoecimento psíquico, não podemos negligenciar nem uma nem outra nas discussões que este trabalho propõe. Nesse caso, teríamos esbarrado em uma contradição na defesa que até aqui empreendemos de uma relação originária constitutiva para o psiquismo infantil e da importância do estudo da função parental nesta constituição? Ou, dito de outra forma, o estudo da fantasia e da realidade psíquica conduziria nossa investigação direta e exclusivamente para a estrutura interna, deixando de fora tudo aquilo que não pudesse ser explicado a partir de processos referenciados internamente, tais como a pulsão, o recalque, entre outros? Pensamos que não e, nesse sentido, concordamos com a sugestão de Sales (2002) de que a fantasia, longe de excluir a realidade externa, ou ainda, a pressão do princípio de realidade, constitui uma estratégia importante que vincula este princípio ao princípio de prazer que atua do início ao fim da vida.

Após essa breve digressão, talvez fique mais compreensível a afirmação que propusemos acima de que o estudo da realidade psíquica e da fantasia poderia ser de grande valia para burilar nosso entendimento sobre o fator de perturbação que a sexualidade pode promover na função parental. Assim, retomemos os eixos centrais de nossa hipótese na tentativa enunciá-la agora de forma mais clara.

Primeiramente, erguemos nossa reflexão sobre uma base que consideramos bastante sólida, a saber, a ligação anunciada por Freud (1914/2004) entre o amor parental e a estrutura narcísica. Se não devemos tratar isso como um fato, pelo menos tomamos conhecimento, nas seções anteriores, dos substanciais e convincentes argumentos que fundamentam essa perspectiva. O segundo eixo argumentativo talvez seja menos sólido que o primeiro; nele tentamos defender uma visão da estrutura narcísica como a grande herdeira dos primeiros

investimentos sexuais destinados ao objeto perdido da relação originária, quando se inaugura a diferença entre a mãe e o bebê. O Eu tenta substituir o objeto de amor perdido por meio de um processo de identificação com este objeto; com isso torna-se apto a se oferecer ao Id no lugar do objeto e, assim, passa a receber o influxo pulsional.

Até este ponto, cremos não ter oferecido nenhuma novidade ou nos apoiado em cima de alguma idéia de frágil consistência. Contudo, afirmamos que este segundo eixo talvez seja menos sólido que o primeiro pelo fato de que, se por um lado essa interpretação que oferecemos da estrutura narcísica foi construída a partir da leitura e análise dos autores acima citados, por outro, foi preciso encontrar apoio em nossas próprias impressões para afirmar que a revivescência narcísica presente no amor parental pode ser compreendida como um fortalecimento disfarçado do vínculo com o objeto sexual há muito perdido. Sob esse prisma, no amor parental narcisista a vida pulsional dos pais se deslocaria não para os filhos, mas para a “marca primitiva do objeto que inspirará o Eu para tentar oferecer, não sua semelhança com ela, mas a qualidade auto-suficiente de sua impressão”. (Green, 1988, p. 137) Poderíamos falar de um amor auto-erótico, ou, pelo menos, de um amor a si mesmo ou a uma imagem de si mesmo marcada pela independência perante o desejo.

O passo seguinte para podermos falar em um fator de perturbação da sexualidade na função parental talvez possa ser dado se indagarmos que conseqüências podem gerar esse amor parental que se volta sobre si mesmo quando existe um psiquismo dependente dele? Recordemos que, seja pelo desamparo em que se encontra, ou pelo processo de identificação que seguirá seu curso, o psiquismo da criança é bastante susceptível em relação ao psiquismo dos pais. Além disso, mais cedo ou mais tarde a idealização narcisista dos filhos tende a ser confrontada com uma dura realidade, isto é, com certas demandas e características dos filhos que podem minar os

objetivos narcisistas dos pais. A ferida se re-nova. O luto pelo objeto se re-instala. Dessa maneira, talvez possamos imaginar um cenário em que a fixação parental em seus objetos primários seja tão intensa e a dor por ter de abandoná-los novamente seja tão insuportável, que eles se veriam impossibilitados de abandonar essa fantasia de re-união com o objeto primário que fora reavivada pelo nascimento de seus filhos. A única forma de manter esse objeto primário redivivo seria fugindo para a fantasia.

Uma consequência imediata disso é que a figura parental, a partir dessa fuga para a fantasia, morreria psiquicamente aos olhos de sua criança. Parece-nos que este cenário se aproxima da estrutura que Green (1988) denomina de complexo da mãe morta, que surgiria na relação de um bebê com, “ao contrário do que se poderia crer, uma mãe que permanece viva, mas que está, por assim dizer, morta psiquicamente aos olhos da pequena criança de quem ela cuida” (p. 239). Nesse quadro examinado por Green, o que ocorre é que a criança perde seu lugar nos investimentos da mãe, pois esta se encontra absorta em um luto do qual a criança, a despeito de todos os esforços que empreende, não consegue removê-la:

O traço essencial dessa depressão é que ela se dá na presença de um objeto, ele mesmo absorto num luto. A mãe, por uma razão ou outro, se deprimiu. A variedade dos fatores desencadeantes é muito grande. É claro que entre as principais causas dessa depressão materna, encontramos a perda de um ser querido: filho, parente, amigo próximo, ou qualquer outro objeto fortemente investido pela mãe. Mas pode tratar-se também de uma depressão desencadeada por uma decepção que inflige uma ferida narcisista; infortúnio na família nuclear ou na família de origem, ligação amorosa do pai que abandona a mãe, humilhação, etc. em todos os casos, a tristeza da mãe e a diminuição do interesse pela criança estão em primeiro plano (Green, 1988, p. 247).

Ressaltemos que o luto referido por Green (1988) não se limita à renovação da perda do objeto ocasionada pela falha no cumprimento dos objetivos narcisistas na relação com os filhos. A depressão que afasta os investimentos maternos da criança pode ser motivada por outras perdas

não ligadas diretamente à relação mãe-bebê. Essa limitação, contudo, também não é nossa proposta. Não defendemos aqui que a única ou a mais importante ferida narcísica que uma figura parental pode sofrer seja o reconhecimento de que sua criança paulatinamente corresponde menos às suas fantasias narcisicamente investidas. O que sugerimos, apenas, é que essa falha na consecução dos objetivos narcisistas também pode ser vivida pela figura parental de forma tão dolorosa que a faça reviver o luto de sua perda fundamental. A criança que pode ter sido um objeto a estimular a revivescência narcisista, passa, doravante, a infligir uma ferida narcísica. Assim, ainda que permaneça viva e próxima à criança, morrerá psiquicamente aos seus olhos. Nesse sentido, pensamos que essa idéia do luto parental ecoa de forma semelhante à estrutura do complexo da mãe morta descrito por Green (1988).

Entretanto, o que mais nos atrai nessa tentativa de aproximação da estrutura teórica da mãe morta não é tanto a nomenclatura em si, mas um elemento fundamental sobre o qual ela se ergue, ou seja, a súbita morte psíquica de uma figura parental aos olhos da criança:

A transformação na vida psíquica, no momento do luto súbito da mãe que desinveste brutalmente seu filho, é vivida por ele como uma catástrofe. Por um lado, porque sem nenhum aviso prévio o amor foi repentinamente perdido. O trauma narcisista que esta mudança representa não precisa ser longamente demonstrado. É preciso, no entanto, sublinhar que ele constitui uma decepção antecipada e que provoca, além da perda de amor, uma perda de *sentido*, pois o bebê não dispõe de nenhuma explicação para dar conta do que aconteceu. É claro que considerando-se como centro do universo materno, ele interpreta esta decepção como consequência de suas pulsões para com o objeto. Isto será grave sobretudo se o complexo da mãe morta sobrevém no momento em que a criança descobriu a existência do terceiro, o pai, e que o novo investimento será interpretado por ele como a causa do desinvestimento materno. De qualquer forma, há nestes casos triangulação precoce e defeituosa (Green, 1988, p. 248).

A mãe morta antecipa o Édipo. A criança buscará na referência paterna uma figura capaz de salvá-la do conflito que se desenrola entre ela e a mãe, ou então, responsabilizará o pai por sua

perda. Tudo isso ocorre, segundo Green (1988), como tentativa desesperada da criança de reanimar ou reconquistar o amor da mãe. É impossível, todavia, fazer a mãe morta reviver e isso poria em curso, no Eu da criança, uma série de mecanismos de defesa caracterizados pelo “*desinvestimento do objeto materno e a identificação com a mãe morta*” (p. 249). A rigor, a criança não abrirá mão do objeto materno por meio dessas defesas; existe sim uma renúncia ao objeto, mas, como vimos anteriormente, esta identificação com a mãe morta garante a sua conservação no inconsciente. Green destaca ainda a alienação e a perda de sentido que a mãe psiquicamente morta gera na criança. Ela tenta explicar a intensidade da mutação materna a partir de uma falha sua, de algo que tenha feito ou desejado e, finalmente, pode chegar à conclusão de que “essa falta está ligada à sua maneira de ser mais do que a algum desejo interdito; de fato, lhe é interdito ser” (p. 250).

Enfatizamos a eloqüência desta última citação, ou seja, o efeito que pode ser ocasionado por uma figura parental psiquicamente morta. Trata-se não tanto da interdição de desejos, da renúncia a pulsões, mas de algo anterior, mais fundamental; o ser é interditado, pois precisa se entregar com exclusividade à impossível tarefa de reanimar o objeto morto. Ou seja, o objeto primário da fusão não pode ser abandonado, porquanto a criança não tem a menor garantia de que “o amor do objeto é suficientemente seguro para desempenhar este papel de continente do espaço representativo” (Green, 1988, p. 265). Como o objeto primário não pode ser apagado no espaço representativo, não cede “lugar aos investimentos próprios ao Eu, fundadores de seu narcisismo pessoal, Eu doravante capaz de investir seus próprios objetos distintos do objeto primitivo” (Green, 1988, p. 264-265). Conseqüentemente,

O jovem Eu, em vez de constituir o receptáculo dos investimentos posteriores à separação, luta para reter o objeto primário e revive repetitivamente sua perda, o que provoca, ao nível do Eu primário confundido com o objeto, o sentimento de uma depreciação narcisista que se traduz

fenomenologicamente pelo sentimento de vazio, tão característico da depressão, que é sempre o resultado de uma ferida narcisista com desperdício libidinal. Neste momento, como postulamos, toda a libido está marcada pelo narcisismo, e será, portanto, sempre uma perda narcisista que será vivida ao nível do Eu. (Green, 1988, p. 267)

Assim, parece-nos correto apontar uma função estruturante para o narcisismo parental, pois, se a criança consegue revitalizar a relação parental com seus objetos primários ela pode ganhar, como um verdadeiro bônus por uma façanha tão cara aos pais, uma quota de amor que seria capaz de criar um continente suficientemente seguro para que ela, por sua vez, também consiga constituir-se narcisicamente a partir da transferência dos investimentos de seu objeto sexual primário perdido para aqueles próprios ao Eu. Por outro lado, se a marca narcísica do amor parental for suficientemente intensa de modo que o luto pela reabertura da ferida narcisista absorva toda a vitalidade pulsional, teremos configurada, aos olhos da criança, a morte psíquica de sua figura parental. Por mais que esse cenário bastante imprevisível de renovação da ferida narcísica parental possa ocorrer, como dissemos anteriormente, por vários motivos alheios aos filhos, talvez pudéssemos salientar a contribuição que as características da criança podem dar a esse processo, especialmente quando ela não se mostra apta a preencher “os objetivos narcisistas que os pais não conseguiram realizar” (Green, 1988, p. 256).

A partir dessas elaborações podemos resgatar o conceito de função que tomamos emprestado de Algarvio e cols. (2008), segundo o qual, a função parental é definida como um “equilíbrio satisfatório entre o investimento narcísico (o outro enquanto parte de si próprio) e o investimento objectal (o outro enquanto ele próprio) da criança por parte dos pais” (p. 639). Segundo as autoras, é satisfatória certa quantidade de investimento narcísico na relação com os filhos. Concordamos com essa opinião e esperamos que os motivos que fundamentam tal concordância tenham sido esclarecidos acima. Contudo, nos vemos agora forçados a discordar da

parte deste conceito que limita a função parental a um equilíbrio satisfatório, já que, também por motivos anteriormente expressados, entendemos que a função parental também pode ser insatisfatória, pelo menos aos olhos da criança que pode acabar sofrendo a interdição de ser.

O outro eixo desse conceito, isto é, o investimento objetal, permanece como uma incógnita para nós. Devido ao viés seguido por esse trabalho, acabamos dando, até este ponto, demasiada ênfase ao estudo do narcisismo e à busca da marca narcísica que, em última análise, rege os destinos de nossas pulsões, tendo em vista que, desde o momento da diferenciação entre Eu-Isso,

O Eu recupera uma parte da função da qual abdicou em favor do Isso para garantir prioritariamente o investimento narcisista. Intervirá, portanto, nos investimentos objetais que provêm do Isso de modo que estes não comprometam em demasia o investimento narcisista que está sobre seu controle. (Green, 1988, p. 106)

Dessa forma, a estruturação narcisista seria talvez o primeiro grande feito da subjetividade em construção, consolidando irrevogavelmente a primazia do prazer; não qualquer prazer, mas aquele experimentado em “nossa infância, sempre barrada pelo temor de ver desaparecer a possibilidade de sua renovação (...) ainda e sempre o prazer, cujo objetivo inicial era o gozo sexual contemporâneo das nossas estréias na vida” (p. 278). No próximo capítulo teremos oportunidade de abordar o investimento objetal, tentando diferenciá-lo do narcisista, bem como verificar sua importância para os processos de subjetivação na criança.

Se afirmamos que, a partir da diferenciação Eu-Isso, o Eu toma posse de parte da função que havia perdido para o Id, tentando atrair para si o investimento que antes se destinava ao objeto e que, doravante, a marca narcísica se fará notar nos investimentos objetais, então deveríamos considerar estes últimos apenas como camuflagens para o narcisismo? Tendemos a

pensar que não, mas adiaremos essa discussão para o capítulo seguinte, onde teremos oportunidade também de, com base na análise de uma obra literária, elaborar algumas das hipóteses que até o presente momento foram apresentadas.

Se recapitularmos agora os caminhos percorridos, veremos que no início deste capítulo buscávamos uma leitura da função parental que pudesse nos ajudar a compreender de que forma a relação entre pais e filhos se insere nos processos de subjetivação como fator determinante para o funcionamento psíquico da criança. Ao longo do percurso, contudo, percebemos a impossibilidade de tratar desse tema sem um estudo pormenorizado da subjetividade parental. Assim, se inicialmente foi nosso objetivo ampliar o entendimento sobre como a função parental é capaz de determinar o desenvolvimento infantil, passamos posteriormente à reflexão sobre como os caminhos do investimento pulsional dos pais são marcados de forma indelével pela sexualidade. O narcisismo se mostrou como estrutura-chave para esta discussão e se longe ainda estamos de uma conclusão satisfatória, pelo menos sentimos algum progresso nas elaborações propostas, especialmente no que se refere à relação entre a subjetividade parental e a filial. De qualquer forma, tentaremos no próximo capítulo dar prosseguimento às reflexões anteriores, ampliando um pouco nosso contexto com o estudo de uma obra literária.

CAPÍTULO 3 – INCURSÕES NA LITERATURA: UM ESTUDO DA FAMÍLIA GORIOT

Desde os primórdios da psicanálise a literatura tem oferecido campo privilegiado de interlocução e aprofundamento da compreensão sobre o psiquismo humano, pelo acesso direto que os poetas costumam ter aos conteúdos inconscientes. Mezan (1985/1990), comentando esse ponto, define as produções culturais como uma das três fontes da psicanálise – sendo a clínica e a auto-análise freudiana as outras duas fontes – querendo com isso afirmar que quando Freud analisava alguma produção cultural, não o fazia com o intuito de aplicar a psicanálise à cultura, mas com o propósito de construir a teoria psicanalítica. O que tentaremos, portanto, não se resume a uma ilustração das elaborações teóricas propostas até o presente momento neste trabalho e isso, inclusive, pelo fato de que a própria leitura literária causou em nós impressões que moldaram nossa forma de encarar os fenômenos estudados. Em outras palavras, se as elaborações teóricas atingiram esta estrutura que é apresentada ao leitor, isso se deve também graças ao estímulo produzido em nosso pensamento pelo texto literário.

A obra que pretendemos estudar chama-se *O Pai Goriot*, escrito por Balzac em 1834-35. É importante ressaltar dois aspectos dessa análise. Primeiramente, não se trata de um estudo literário, muito menos um estudo sobre a obra de Balzac, cujo valor não pode ser devidamente medido por apenas uma de suas inúmeras produções. Para termos uma idéia da amplitude da obra balzaquiana, observemos como Viana (1999) a apresenta em seu importante estudo sobre *A Comédia Humana, cultura e feminilidade*:

Tem sido recorrente enfatizar ser *A Comédia Humana* (obra composta de mais de 90 romances e novelas) um dos empreendimentos mais audaciosos e abrangentes na história da literatura e uma das mais significativas expressões literárias de uma realidade social. Se entre literatos (...) tal

reconhecimento é inquestionável, não deixa de ser surpreendente que intelectuais de orientações teóricas tão diversas (...) ressaltem o seu caráter documental e enciclopédico e, por esse aspecto, cheguem mesmo a conferir a Balzac o estatuto de cientista social. (p. 9)

Nosso objetivo não é enciclopédico, muito menos nossas pretensões. Assim, *O Pai Goriot*, e mais especificamente as histórias de alguns personagens ali retratadas, será utilizado ora como fonte de estímulo para a reflexão que empreendemos nesse trabalho, ora como ilustração da teoria. E aqui tocamos no segundo aspecto, a saber, o alerta de que esta incursão pela literatura não pretende utilizar-se do gênio de Balzac como material comprobatório para algumas hipóteses lançadas durante as discussões. Teremos oportunidade apenas de examinar nossas conjecturas “em relação a figuras que grandes autores criaram a partir de seu rico conhecimento da mente” (Freud, 1916/1996, p. 333)

Podemos iniciar nossa exploração literária pela figura marcante do pai Goriot e ninguém melhor para apresentá-lo do que o próprio Balzac¹ que o descreve como um “velhote de mais ou menos 69 anos [que] retirara-se para a casa da Sra. Vauquer em 1813, depois de ter abandonado seus negócios” (p. 33). À época em que deu entrada na pensão burguesa da Sra. Vauquer, pai Goriot ainda era respeitosamente tratado por Sr. Goriot e suas rendas, “mais ou menos oito a dez mil francos” (p. 35), lhe garantiam além desse, outros tratamentos especiais. Mas a Sra. Vauquer não fora somente atraída pelo dinheiro do Sr. Goriot, pois

Embora o canal lacrimal dos olhos de Goriot estivesse destruído, inchado, vermelho, o que o obrigava a enxugá-lo com muita frequência, ela o achou com aspecto agradável e em forma. Aliás, sua panturrilha carnuda, saliente, prognosticava, tanto quanto seu nariz comprido e largo, qualidades morais às quais a viúva parecia dar importância e que eram confirmadas pelo rosto

¹ Evitaremos a partir deste ponto a repetição desnecessária da referência, tendo em vista que todas as citações de *O Pai Goriot* utilizadas foram extraídas da mesma fonte, a saber: Balzac (1834-35/2006).

lunar e naturalmente simplório do homenzinho. Ali deveria estar um animal solidamente constituído, capaz de empregar toda sua alma em sentimentos (p. 35)

E de fato, como veremos mais adiante, pai Goriot demonstrou uma capacidade incomensurável de empregar toda sua alma em sentimentos sem que isso, contudo, tenha representado, para a Sra. Vauquer, qualquer possibilidade de realização de seus desejos em relação a ele. Aliás, o pai Goriot é descrito nesse momento como um homem bem posto e arrumado e ainda capaz de acender o fogo do desejo nas mulheres:

Seus cabelos como asas de pombo, que o barbeiro da Escola Politécnica vinha empoar todas as manhãs, desenhavam cinco pontas sobre sua testa baixa e decoravam bem seu semblante. Embora um pouco rústico, ele andava tão bem-posto, era tão entendido em tabaco, aspirava-o como um homem tão certo de ter sempre sua tabaqueira cheia de macouba que, no dia em que o Sr. Goriot se instalou em sua casa, a sra. Vauquer deitou-se à noite aquecendo-se, como uma perdiz em seu ninho, ao fogo do desejo de abandonar o sudário de Vauquer para renascer como Goriot. (p. 35)

Essa descrição de Goriot, um homem capaz até de aquecer os sonhos da viúva Vauquer, contrasta com sua postura em relação às duas mulheres que durante o romance tentaram algum tipo de aproximação amorosa com ele, a Sra. Vauquer e a falsa condessa de Ambermesnil. O enlace idealizado pela Sra. Vauquer não se concretiza e a decepção de suas intenções amorosas culmina com a transformação de todo seu sentimento de amizade em aversão e ódio que, como não podiam explodir pelo fato de Goriot ser seu hóspede, são diariamente destilados em mesquinhas e perseguições incessantes ao seu desafeto.

Apesar do ímpeto com o qual acalenta seus sonhos amorosos, a Sra. Vauquer não tenta nenhuma aproximação direta de seu objeto de amor. Caso diferente ao que ocorre, aparentemente, com a condessa de Ambermesnil que, primeiramente a pedido da própria Sra. Vauquer e posteriormente “movida pelo seu desejo particular de seduzi-lo por sua própria conta”

(p. 38), entra em contato com toda a indiferença amorosa que pai Goriot parece dedicar às mulheres. Por fim, após perceber que pai Goriot lhe é refratário, a falsa condessa comenta com a Sra. Vauquer que se trata de um sujeito “ridiculamente desconfiado, um mão-de-vaca, um animal, um idiota que só lhe trará [à Sra. Vauquer] aborrecimentos” (p. 38).

Somente duas mulheres em todo o romance merecem e recebem toda a atenção e dedicação amorosa de pai Goriot, suas filhas Delphine de Nucingen e Anastasie de Restaud. A primeira casa-se com um banqueiro, o barão de Nucingen, que apesar de rico não lhe permite os gastos necessários para financiar sua entrada e permanência na vida aristocrática parisiense. A segunda casa-se com o conde de Restaud e, ainda que não se torne tão abastada quanto a irmã Delphine, consegue ingresso mais facilitado na vida cortesã.

A relação entre pai Goriot e suas filhas é descrita de modo extremamente ambíguo ao longo de todo o romance. Aliás, durante boa parte da história – praticamente um terço dela – as condutas sigilosas das filhas e do pai Goriot são descritas de tal forma que poderiam tranquilamente se referir ao modo como amantes se portam frente à necessidade de manter seu segredo. Essa, ao menos, é a opinião que os demais hóspedes da Sra. Vauquer emitem a respeito desse assunto. Vautrin, outro personagem importante para a trama, em certo ponto conclui o seguinte sobre Goriot:

Pois bem, os fantoches não se cansam e empenhariam seu último cobertor para lhes dar seu último vintém. O pai Goriot é um desses. A condessa [de Restaud] o explora porque ele é discreto, e tudo é festa! O pobre coitado só pensa nela. Fora de sua paixão, vemos nele um animal embrutecido (p. 64).

Mas não é apenas a opinião alheia que denuncia a ambigüidade da relação entre pai Goriot e suas filhas. O próprio Goriot atesta a natureza especial que reveste os sentimentos que

nutre por suas duas filhas. É assim que, em seu leito de morte e cheio de amargura, ele resume para o jovem Eugène de Rastignac sua vida e sua relação com suas filhas:

Já paguei pelo pecado de amá-las demais. Elas se vingaram muito bem de minha afeição, elas me torturaram como carrascos. Puxa! Os pais são tão bestas! Eu as amava tanto que voltei como um jogador volta ao jogo. Minhas filhas são meu vício; elas eram minhas amantes, enfim, tudo! Precisavam de alguma coisa, de enfeites, por exemplo; as criadas de quarto me contavam, e eu dava-lhes o que desejavam para ser bem-recebido! Mas mesmo assim elas me deram algumas lições sobre a maneira de comportar-se na sociedade (p. 278-279)

E talvez ainda mais significativa do que essa passagem seja esta outra que segue quase imediatamente quando pai Goriot inocenta suas filhas dos crimes cometidos contra sua afeição paterna:

Afinal, vocês são inocentes. Elas são inocentes, meu amigo! Diga a todo mundo que não me preocupo com esse assunto. Tudo é culpa minha, acostumei-as a me espezinharem eu até gostava disso. Ninguém tem nada a ver com isso, nem a justiça humana, nem a justiça divina. Deus seria injusto se as condenasse por minha causa. Eu não soube me conduzir, fiz a besteira de abdicar de meus direitos. Teria me desonrado por elas! (p. 279-280)

E, de fato, toda a trajetória de pai Goriot narrada ao longo do livro fala-nos de um personagem que vive, desonra após desonra, para abdicar de seus direitos em função de realizar todos os caprichos de suas duas filhas. Primeiro abre mão de sua fortuna dividindo-a entre elas, o que lhes permite realizar duas boas e respeitáveis uniões conjugais para os parâmetros da aristocracia parisiense da época. Faz isso na esperança, ou melhor, na ilusão de que dessa forma poderia se retirar da vida e apenas gozar seus últimos anos junto às duas filhas, figuras que venera com tamanho ímpeto que o simples vislumbre já lhe causava as sensações de êxtase mais profundo.

Mas abrir mão de sua fortuna não foi suficiente. Gradativamente Goriot vê-se impellido – diga-se de pronto, por ele mesmo – a abrir mão de tudo àquilo que para ele representava ou possuía algum sentido de importância. Despoja-se de tudo: dos seus aparelhos em *vermeil*, incluindo “um prato e uma pequena tigela cuja tampa representava duas rolinhas que se beijavam (...) o primeiro presente que me deu minha mulher no dia de nosso aniversário” (p. 34), dos títulos vitalícios de renda que ainda lhe garantiam certa segurança e sustento, da comodidade e cortesia que usufruía na casa Vauquer, dos cuidados com a *toilette*, e, finalmente, da própria saúde física e mental. A figura de Goriot, quatro anos após sua primeira aparição na casa Vauquer, descreve o tamanho da derrocada e do esmagamento total de sua dignidade humana:

Quando o pai Goriot apareceu pela primeira vez sem estar empoadado, sua hospedeira deixou escapar uma expressão de surpresa ao perceber a cor de seus cabelos, de um cinza sujo e esverdeado. Sua fisionomia, que mágoas secretas haviam insensivelmente tornado mais triste a cada dia, parecia a mais desolada de todas as que guarneciam a mesa (...) quando seu enxoval envelheceu, ele comprou percalina a quatorze vinténs para substituir seus belos lençóis. Seus diamantes, sua tabaqueira de ouro, sua corrente, suas jóias desapareceram um a um. Ele abandonara o terno azul-claro, todo o seu traje de luxo, para usar, verão ou inverno, um casacão de pano grosseiro marrom, um colete de pele de cabra e uma calça cinza de lã grossa. Foi emagrecendo pouco a pouco; suas panturrilhas murcharam; seu rosto, inflado pelo contentamento de uma alegria burguesa, esvaziou-se desmedidamente; sua testa franziu-se, seu maxilar se desenhou. No quarto ano de sua hospedagem na Rue Neuve-Sainte-Geneviève, ele não se parecia mais com ele mesmo. (p. 43-44)

Toda a jovialidade, toda a alegria, toda a vitalidade, enfim, de um homem que soubera trabalhar e juntar a própria fortuna esvaiu-se em seu incontrolável vício, a realização frenética e incontrolável de um único desejo, a saber, realizar todas as vontades de suas filhas, por mais caprichosas que fossem.

Poderíamos nesse ponto questionar as motivações de pai Goriot. Afinal, que forças são essas que parecem mover o inexorável destino que se cumpre ao redor dessas personagens? Como poderíamos explicar essa tenacidade que caracteriza o pai Goriot, esse afinco com o qual se dedica à tarefa de realizar os desejos de suas filhas não importando o preço a se pagar? Sem maiores rodeios, propomos como conceito-chave o narcisismo para que, a partir das reflexões até aqui elaboradas em torno da função parental, tentemos ampliar nossa compreensão acerca das relações entre sexualidade e parentalidade.

Antes, porém, eliminemos a conjectura incorreta de que as ações de pai Goriot podem ser explicadas pelo estado avançado de sua idade, o que teria comprometido sua capacidade de julgamento e arbítrio. Se as descrições acima oferecidas já não tiverem sido suficientes para demonstrar a sua lucidez, talvez nos satisfaça a informação de que essa configuração ambígua e altamente erotizada da relação entre pai Goriot e suas filhas remonta ao passado dessas personagens, ou seja, não se inicia com o advento da velhice de Goriot, com o casamento de Delphine e Anastasie ou com qualquer outro evento mais recente.

O passado amoroso de Goriot não foi menos infeliz do que seus últimos dias. Casado com a “filha única de um rico fazendeiro de Brie, [sua mulher] foi para ele objeto de uma admiração religiosa, de um amor sem limites” (p. 105). Após “sete anos de felicidade sem nuvens” (p. 106), Goriot perde a esposa, justamente quando “ela começava a ter autoridade sobre ele fora da esfera dos sentimentos. Talvez tivesse ela cultivado aquela natureza inerte, talvez pudesse nela ter lançado a perspicácia das coisas do mundo e da vida”. (p. 106). A Sra. Goriot, contudo, não teve tempo para tanto. Assim, o Sr. Goriot inepto para as coisas do mundo e da vida que não estivessem diretamente ligadas à sua profissão, percebeu-se só e com duas filhas pequenas. Nessa situação, “o sentimento da paternidade desenvolveu-se em Goriot até o desequilíbrio. Ele

transferiu seus afetos enganados pela morte para suas duas filhas, que a princípio satisfizeram plenamente todos os seus sentimentos” (p. 106).

Goriot lança-se, desse modo, a uma “devoção irrefletida, a um amor sombrio e delicado” (p. 106) em relação às filhas oferecendo-lhes uma educação irracional:

Rico, com mais de sessenta mil libras de renda e gastando consigo mesmo menos de duzentos francos, a felicidade de Goriot era satisfazer as fantasias das filhas: os mestres mais excepcionais foram encarregados de dotá-las dos talentos que marcam uma boa educação; elas tiveram uma de companhia; felizmente para elas, tratava-se de uma mulher de espírito e bom gosto; elas andavam a cavalo, tinham uma carruagem, viviam como teriam vivido as amantes de um velho senhor rico; bastava-lhes exprimir os mais dispendiosos desejos para ver seu pai apressando-se em realizá-los; por suas dádivas, tudo o que ele pedia em troca era uma carícia. Goriot punha suas filhas no nível dos anjos e necessariamente acima dele, pobre homem! Amava até o mal que elas lhe faziam (p. 107).

O poder da vontade das senhoritas Goriot refletiu-se, finalmente, na escolha livre de cônjuges que cada uma pôde fazer. O Sr. Goriot, então, divide igualmente sua fortuna entre ambas as filhas, mas não se aposenta de imediato. Isso só ocorre cinco anos depois e por insistência das filhas e dos genros que se “chocaram ao vê-lo continuar em seu negócio, ainda que ele fosse toda a sua vida” (p. 107). O restante da história do Sr. Goriot define-se, como visto acima, pelo lento e irreversível dismantelamento de sua vitalidade.

Ou seja, a não ser que pretendamos atribuir ao pai Goriot uma perda do juízo bem anterior aos fatos narrados na história, talvez relacionada ao sofrimento causado pela perda de sua esposa, nada parece justificar, nos eventos que se sucedem ao longo do livro, a tese de que Goriot tenha degenerado devido à velhice. E, ainda que tentássemos explicar sua conduta irracional em relação às filhas como resultado de um processo de enlouquecimento ou demência ocasionado pela perda da esposa, encontraríamos dificuldades em pelo menos dois pontos. Primeiramente, isso em nada

nos ajudaria a responder nossas questões. Diríamos que Goriot enlouqueceu e, então, seria necessário continuar o questionamento acerca da natureza dessa loucura. Se assim o fizéssemos, novamente nos depararíamos com a dinâmica da relação entre Goriot e suas filhas, visto que fora dessa configuração sobra muito pouco para se dizer desse personagem. Assim, ainda que fosse possível sustentar, com base no livro, essa tese de enlouquecimento, isso não nos impediria de continuar a investigação no sentido de compreender como o efeito dessa suposta loucura, no caso, o superinvestimento erótico nas filhas, afeta tanto a subjetividade delas como a do próprio Goriot.

Acabamos por apresentar também a segunda dificuldade que se refere justamente à impressão de que não parece ser possível sustentar, a partir do livro, a tese de que é a perda da razão ou lucidez em Goriot o que explica sua conduta desequilibrada na relação com as filhas. Pelo contrário, a imagem que se forma desse personagem é de alguém bastante decidido e cômico daquilo que precisa fazer para levar a termo sua missão de pai. O único elemento que talvez pudesse ser mencionado como comprovação de que a capacidade de contato com a realidade externa de pai Goriot estava comprometida resume-se na fantasia que ele acalenta ao longo dos anos para justificar e refutar as repetidas provas de descaso e ingratidão que suas filhas lhes oferecem. Mas é justamente nesse ponto que somos surpreendidos por uma confissão, feita em seu leito de morte, a Rastignac quando este lhe informa que nenhuma de suas filhas virá lhe prestar a última obrigação:

– Nenhuma – respondeu o velho erguendo-se. – elas têm negócios, elas estão dormindo, não virão mais. Eu sabia. É preciso morrer para saber o que se é para os filhos. Ah, meu amigo, não case, não tenha filhos. O senhor lhes dá a vida e eles lhes dão a morte. O senhor os faz entrar no mundo, eles o expulsam. Não, elas não virão! Eu sei disso há dez anos. Algumas vezes eu me dizia isso, mas não ousava acreditar. (p. 276-277)

Goriot confessa que já sabia. Mas o que ele sabia? A resposta mais apressada seria que ele sempre soube da ingratidão das filhas e que nem mesmo em seus últimos suspiros ele poderia com elas contar. Se nos detivermos, todavia, um pouco mais nesse ponto, talvez encontremos algo menos óbvio, a saber, o motivo dessa certeza que pairou como um fantasma por dez anos e que repetidamente foi negada por Goriot. Se atentarmos, por exemplo, para algumas das palavras de Goriot acima transcritas, perceberemos que ele sempre soube que as coisas se dariam dessa forma porque foi exatamente dessa forma que ele apresentou a vida para as suas filhas, ou seja, colocando-as no nível dos anjos e acima de tudo, inclusive dele mesmo. O que seria possível esperar, portanto, dessas filhas que seguidamente receberam a confirmação de que todas as suas vontades deveriam se sobrepor a tudo e a todos, não importando o custo envolvido no processo, pois não caberia a elas pagar este custo? Nesse sentido, talvez possamos concordar em parte com as auto-recriminações de pai Goriot quando ele se acusa de ser o único responsável por sua miséria, pelo menos no que diz respeito à participação que lhe coube na constituição subjetiva de suas filhas. De alguma forma parece que Goriot se aproxima da auto-depreciação característica da melancolia, tal como descrita por Freud (1917/2006). O detalhe importante nessa comparação com pacientes melancólicos refere-se à inutilidade de contradizer o paciente em suas auto-recriminações, ou ainda, verificar se ele tem ou não razão em suas autocríticas acirradas:

Provavelmente, ele descreve a situação psicológica de modo correto. Ele perdeu o auto-respeito e deve ter um bom motivo para isso. Porém, isso nos coloca diante de uma contradição, cujo enigma é difícil de resolver: se partirmos da analogia com o luto, concluiremos que ele sofreu a perda de um objeto; se partirmos do que ele nos diz, afirmaremos que houve uma perda no seu Eu (p. 106-107).

Ou seja, e isto é fundamental para nossa discussão: se pudermos classificar a auto-depreciação realizada por pai Goriot dentro dessa lógica que a análise dos melancólicos

descortina teremos diante de nós a oportunidade de estudar a relação objetal que mantinha com suas filhas, bem como os elementos narcísicos desta relação. Contudo, não enfatizaremos demais essa correlação com a melancolia. Apesar de sugestiva, inclusive pelo modo como Goriot é descrito em incontáveis cenas, sempre calado, sem interesse pelas coisas ao seu redor, com uma intensa fixação objetal que ora parece ser corporificada em suas filhas, ora causa-nos a impressão de que tem origens endógenas, não foi a comparação com os melancólicos que estimulou nossa sensibilidade nesse romance. Pai Goriot chama-nos a atenção por ser um pai e por levar essa função a um extremo tal que suscita em nós as mais marcantes impressões acerca da marca narcísica nas relações objetais.

Como visto anteriormente, no texto sobre o narcisismo, Freud (1914/2004) sugere que na base do amor que os pais nutrem pelos filhos podemos encontrar a revivescência do narcisismo dos primeiros, como se por meio dos filhos os pais pudessem resgatar e reviver os privilégios que um dia tiveram que abandonar. Dessa forma, a ferida narcísica dos pais encontraria um alento nas crianças e isso poderia ser observado no modo como elas seriam tratadas pela dupla parental, nos privilégios, na permissão incondicional para fazer qualquer coisa, como se as regras, as leis, enfim, qualquer tipo de imposição do mundo devesse antes se dobrar frente aos desejos infantis. Tentamos mostrar no capítulo anterior que esses privilégios remetem-nos à relação original com o objeto sexual perdido, mas que acabou sendo mantido, de forma camuflada, por meio de uma estratégia astuta do psiquismo. O Eu, identificando-se com o objeto renunciado, oferece-se ao Id em seu lugar, tornando-se, dessa forma, ele mesmo um objeto para a pulsão. Ou seja, os filhos poderiam reviver nos pais o vínculo irrenunciável com o objeto primário e, nesse caso, obteriam como prêmio por essa façanha uma quota do amor de que tanto necessitam para se estruturarem

subjetivamente. Vejamos como a leitura de *O Pai Goriot* pode nos ajudar na elaboração dessas e de outras idéias discutidas ao longo do trabalho.

Antes, contudo, é importante lembrar que não estamos propondo aqui uma interpretação definitiva sobre essas personagens de Balzac, mas apenas explorando a riqueza de significados que perpassam as interações que se estabelecem ao longo da história. Tentaremos utilizar essa verdadeira tragédia familiar para retomar algumas questões que foram propostas ao longo do nosso percurso e que podem ter permanecido um tanto quanto obscuras.

É o caso, por exemplo, da discussão que iniciamos no primeiro capítulo sobre o egoísmo infantil e sobre como essa característica perturba os pais e acaba sendo um eixo de várias das queixas sobre os comportamentos da criança. Naquele momento, enquanto debatíamos essa questão à luz do narcisismo, tentamos demonstrar como a própria postura parental constitui elemento importante dos conflitos que aparecem no consultório. Intercalando essa idéia com o estudo de *O Pai Goriot*, pensamos que talvez seja possível afirmar que o investimento de Goriot em suas filhas, devido ao exagero e desequilíbrio atestados por ele mesmo e, principalmente, pela quase inexistência do retorno deste investimento por parte de suas filhas, permite-nos falar de um amor extremado que encontrava motivação muito mais na subjetividade de pai Goriot do que em uma complementaridade que pudesse caracterizar aquilo que Freud (1914/2004) denominou “tipo de escolha por *veiculação sustentada* [*Anlehnungs*]” (p. 107), referindo-se ao modo encontrado pelas pulsões sexuais para se veicularem em conexão com as funções vitais ligadas à autoconservação, ou seja, por meio da satisfação das pulsões do Eu. Isto é, parece-nos que em vários momentos pai Goriot deixa transparecer que suas filhas demarcam uma escolha narcísica de objeto e, assim, a satisfação obtida nessas relações acaba dependendo muito menos de

confirmações e retribuições veiculadas em afetos manifestados por suas filhas do que das fantasias nutridas pelo próprio Goriot.

Laplanche (1998), comentando esses dois tipos de escolha de objeto, destaca um ponto importante ao afirmar que tanto a escolha narcísica quanto a escolha por escoramento são tipos ideais de escolha. Na escolha por escoramento “o amor, e mais precisamente a sexualidade, vê-se indicar o caminho pela relação vital com o outro, a relação vinculada à autoconservação” (p. 305). O que marca este tipo de escolha não é a identidade com o objeto, mas “uma espécie de complementaridade” (p. 305). Na escolha de objeto narcísico, ocorreria o oposto, isto é, busca-se menos o complementar “do que o idêntico a si mesmo, ou, em todo caso, ele é escolhido por algum *elemento que seja idêntico*” (p. 305). Laplanche conclui, portanto, que o motor da escolha narcísica seria sempre alguma identidade escondida, de tal forma que em tais situações pode-se amar:

- (a) o que se é (esta seria a personalidade narcísica que não escolhe um objeto exterior);
- (b) o que se foi (evidentemente, Freud faz alusão aqui à homossexualidade; o adolescente que já foi, amado pela mãe);
- (c) o que se quereria ser (e é todo o capítulo do ideal e do aspecto narcísico da idealização);
- (d) uma pessoa que foi uma parte do próprio eu (o que abre uma porta agora para a relação com o objeto parcial e com a identificação fálica). (p. 305)

Essa abordagem que Laplanche (1998) oferece ao tema interessa-nos sobremaneira porque, escorando-se nela, é possível combater a ingenuidade que acompanharia uma caracterização simplificadora dos vínculos entre pai Goriot e as filhas. Referimo-nos a um importante cuidado para que nossas análises não nos conduzam para apontar se os vínculos ocorrem por uma escolha narcísica ou por veiculação sustentada (escoramento). Aliás, Freud (1914/2004) já desautorizava esse tipo de separação radical dos seres humanos em dois grupos, de acordo com a escolha de objeto, preferindo, ao contrário, “a hipótese de que ambos os caminhos para a escolha objetal estão franqueados a todo ser humano e de que um ou outro

caminho acabará sendo privilegiado” (p. 108). Em outras palavras, seria extremamente infrutífero tentar definir que tipo de escolha de objeto caracteriza a subjetividade de Goriot e suas filhas, como se uma excluísse a outra. Assim, se enfatizamos aqui a escolha de objeto narcísico é pela instigante reflexão que ela oferece sobre a função da sexualidade nas relações entre pais e filhos e sobre as conseqüências que daí advém para os processos de subjetivação infantil.

Da mesma forma, não tentaremos escolher em qual das quatro opções apresentadas acima por Laplanche (1998) Goriot e suas filhas se encaixam mais. Provavelmente encontraríamos elementos que advogassem em favor das quatro, ainda que um ou outro pudessem sobressair. Ao invés disso, indaguemo-nos acerca das características dinâmicas da escolha narcísica, pois nesse terreno vislumbramos desdobramentos interessantes baseados no texto de Balzac. Nesse ponto, encontramos uma contradição entre, por um lado, uma grande rigidez e, por outro, uma grande fragilidade (Laplanche, 1998). A escolha de objeto narcísico, prossegue Laplanche, carece de flexibilidade e não se adapta às contingências do objeto. É este que tem que se encaixar em quadro preciso, no todo ou pelo menos em relação a algum detalhe que o indivíduo tenha tornado seu. Sendo assim, esse tipo de escolha torna-se frágil, “no sentido de que a menor omissão, a menor falta do objeto, afeta precisamente esse ponto identificatório, pode provocar o recuo a um abandono do objeto” (p. 306).

Essa última idéia pode contradizer o argumento de que a vinculação de pai Goriot com as filhas é de caráter narcísico. Afinal, no transcorrer da história vemos Goriot apressando-se para satisfazer cada capricho delas e desesperando-se ao se deparar com a impossibilidade de satisfazê-los até o fim de seus dias. Contudo, antes de abandonarmos essa reflexão sobre o caráter narcísico de seu investimento parental, detenhamo-nos nas próprias palavras de Goriot, porque talvez possamos extrair delas alguma elucidação para essa aparente contradição. Isso porque, se

por um lado, o julgamento da conduta tanto de Delphine quanto de Anastasie remeter-nos-ia ao campo da ingratidão filial, uma ingratidão que chega ao cúmulo de abandonar o pai no leito de morte em função de uma festa e de deixá-lo ser enterrado em vala comum pela falta de recursos a que Goriot se viu resumido no fim da vida, por outro, temos que nos render ao que Goriot, em seus suspiros finais, obstinadamente ainda afirma:

Oh, vê-las, ouvi-las, não importa o que elas me disserem, desde que eu ouça suas vozes, isso acalmará as minhas dores, Delphine, sobretudo. Mas quando elas estiverem aqui, diga-lhes que não me olhem friamente como fazem (...) Venham minhas queridas, venham ainda beijar-me, um último beijo, o viático de seu pai, que pedirá a Deus por vocês, que lhe dirá que vocês foram boas filhas, que as defenderá! (p. 279).

Sim, Goriot está morrendo, porém, ele não está louco. A não ser que sua loucura tenha lhe trazido uma lucidez que não demonstrou em todo o restante da história, uma lucidez que lhe possibilitou, inclusive, confessar a Rastignac que sempre soube da ingratidão das filhas. Não é a loucura que explica essa postura de Goriot em seu leito de morte. Realmente há algo que sustenta o vínculo amoroso com suas filhas e, já que não conseguimos encontrar nada na relação entre eles que possa fundamentar este vínculo, somos levados a concluir que tal fundamento reside na própria subjetividade de pai Goriot, numa escolha de objeto narcísico que quase chega a prescindir de um objeto exterior. Talvez pudéssemos dizer que, nessas condições, Goriot amaria não as filhas como objetos externos, mas aqueles elementos com os quais nelas se identifica. Um amor parcial, escorado numa sexualidade parcial, logo, infantil e que encontra nas filhas uma oportunidade de revivescência. Seria possível discernir o que Goriot amava, ou ainda, que elementos identificados em suas filhas serviram de motor para tamanha expressão de amor e sacrifício paterno? Difícil responder com precisão. Contudo, talvez possamos resgatar um ponto elaborado no capítulo anterior e afirmar que Goriot, por meio de suas filhas, encontra uma forma

de usufruir do amor por seu objeto sexual perdido na infância e descobre na fantasia o terreno propício e facilitador para a manutenção desse amor redivivo. Isso talvez explique porque, mesmo tendo provas constantes de ingratidão, Goriot prefere se apegar à certeza do amor de suas filhas, desculpando-as e justificando-lhes os atos. Enfim, o que parece menos controverso é que a força dessa identificação narcísica que pretendemos atribuir ao amor de Goriot pelas filhas foi intensa o suficiente para resistir aos mais dolorosos e irrefutáveis testes de realidade.

Afirmar que a relação de caráter narcisista envolve, pelo menos em princípio, uma oposição ou mesmo uma exclusão da realidade talvez não seja motivo de maiores questionamentos. O fundamento de tamanha polarização talvez esteja naquilo que Green (1988), em seu precioso estudo sobre o narcisismo, aponta como a principal contradição do Eu, “ser ao mesmo tempo instância que deve entrar em relação com a realidade e se investir narcisicamente, ignorando esta para conhecer apenas a si mesmo” (p. 43). Uma consequência teórica desta contradição é a impossibilidade de tratar os objetos da realidade sem levar em consideração a irrealidade que os constitui graças à projeção que o Eu narcisista procura em suas relações objetais. A importante conclusão a que tal constatação nos conduz é que

Esta “irrealidade” do objeto induz necessariamente uma regressão à sexualidade pré-genital, pois é lá que podemos ver ilustrada a hipótese da natureza traumática da sexualidade (J. Laplanche). A sexualidade invade o Eu. Quanto mais crua aparecer nas suas formas, pior será vivida: uma sexualidade selvagem onde a necessidade de posse do objeto – para assegurar sua exclusividade – está infiltrada de posições perversas (no sentido de que se trata da satisfação das pulsões parciais), sobretudo, sadomasoquistas. Neste sentido, poderemos dizer que a *sexualidade torna-se novamente auto-erótica, a função do objeto sendo a de satisfazer este auto-erotismo “objetal”* (pp. 46-47)

Essa passagem contribui significativamente para nossa argumentação em favor do entendimento da relação de pai Goriot com as filhas sob a perspectiva do investimento objetal

narcisista. A realidade poderia até comprovar a ingratidão das filhas, porém, a idealização narcisista que Goriot projetava nelas remete-nos a um objeto cuja irrealidade servia ao propósito não tanto da satisfação do desejo, mas do desejo de satisfação, ainda que em um nível pré-genital, perverso e auto-erótico, numa palavra, infantil. Se pudermos pensar assim, a criança que os pais foram e, no sentido que acabamos de empregar, continuam sendo, parece conter sim elementos importantes para a compreensão de algumas dificuldades por eles enfrentadas na criação dos filhos, pois, se esse infantil expande-se de modo incontrolável, a criança *nos* pais pode interferir na relação *entre* as crianças e os pais.

Já que estamos falando do infantil que sobrevive nos pais, seria correto afirmar que as dificuldades que surgem na relação com a criança nascem dessa projeção de seus objetos narcisistas? Em outras palavras, quando os pais olham para os filhos suas visões estariam inelutavelmente turvadas pelos próprios desejos e fantasias? Pensamos que não totalmente, pois se retomarmos o conceito de função parental até aqui trabalhado, veremos que tanto o investimento objetal quanto o narcisista estão em jogo na relação entre pais e filhos. É claro que casos extremos ou radicais de investimento narcísico e objetal são conceitualmente possíveis, contudo, concordamos com Freud (1914/2004) e com Laplanche (1998) no sentido de que ambos os tipos de escolha de objeto nos remetem a posições ideais e que, de ordinário, todo ser humano transita pelos dois caminhos, ainda que um deles esteja, por algum motivo, privilegiado.

Assim, poderíamos afirmar que os pais seriam capazes de ter uma referência real dos filhos, de suas condutas, de seus defeitos, incidentes escolares, entre outros, sem que com isso a idealização de seus filhos, que responde a uma demanda parental narcisista, desapareça. A atividade clínica mostra-nos justamente que tais objetos imaginários, tão solidamente presentes nas subjetividades parentais, continuam a ocupar suas posições nos investimentos objetais

narcisistas de pais e mães, muitas vezes se opondo ou mesmo excluindo o investimento objetal nos filhos reais. Nesses casos, o que aparentemente ocorre é que a marca narcisista domina a subjetividade parental de tal forma que o Eu da figura parental, na condição de sujeito narcisismo, não encontra “condições de se enriquecer na relação de objeto, portanto, faz um retorno a si tornando-se um eu cujo autocentramento impede a permanência do outro e, dessa forma corre o risco de perder o vínculo com a realidade” (Lazzarini, 2006, p. 159).

Ademais, devemos ressaltar que a separação entre filhos reais e imaginários não é completamente precisa, pois a qualidade imaginária a que nos referimos não deve ser tratada como invenção ou imaginação dos pais. Novamente nos deparamos com o conceito de realidade em psicanálise, que não deve ser compreendido somente em sua acepção externa. A realidade interna ou psíquica também é real, pelo menos no sentido de que é capaz de gerar efeitos tão ou mais significativos que os eventos que consideramos pertencentes à realidade externa. Se resolvemos insistir na separação entre filhos reais e imaginários é somente para ligar estes últimos àquilo que viemos até o momento apontando como a revivescência narcisista que reativa a ligação dos pais com seus objetos sexuais perdidos.

Seria possível compreender os efeitos dessa função parental narcisista, tanto para a subjetividade infantil quanto para a parental? Deixemos que pai Goriot proponha uma resposta a partir da avaliação que ele mesmo realiza sobre o modo como tratou suas filhas a vida toda:

Eu não soube me conduzir, fiz a besteira de abdicar de meus direitos. Teria me desonrado por elas! O que o senhor quer?! O belo mais natural, as melhores almas teriam sucumbido à corrupção dessa facilidade paterna. Sou um miserável, estou sendo justamente punido. Eu sou o único causador das desordens de minhas filhas, eu as mimei. Hoje elas querem o prazer, como antes queriam balas. Sempre permiti que elas satisfizessem suas fantasias de meninas. Aos quinze anos elas tinham uma carruagem! Nada resistia a elas. Sou o único culpado, mas culpado por amor. Suas vozes me abriam o coração. (p. 280)

Se Balzac fosse psicanalista talvez não houvesse logrado tanto êxito numa descrição tão pujante da primazia do princípio do prazer. Pai Goriot não só autoriza como torna possível o livre curso do desejo de suas filhas e, como conseqüência, todas as preocupações de Delphine e Anastasie resumem-se na busca constante do prazer e na indiferença perante as necessidades alheias. Goriot efetivamente falha em sua função de pai, uma falha cuja amplitude e dimensão só chegam a ser de todo compreendidas por ele quando já não resta mais tempo para fazer nada:

Minhas filhas, minhas filhas, Anastasie, Delphine! Quero vê-las. Mande a polícia buscá-las à força! A justiça está do meu lado, tudo está do meu lado, a natureza, o código civil. Eu protesto. A pátria ficará arruinada se os pais forem esmagados. Isso é claro. A sociedade, o mundo funcionam graças à paternidade, tudo desaba se as crianças não amam seus pais. (p. 279)

E mais a frente:

– À força, à força! Chame a guarda, a tropa, tudo, tudo! – disse lançando à Eugène um último olhar em que a razão brilhava. – Diga ao governo, ao procurador do rei que me tragam minhas filhas, eu exijo! (p. 281)

Goriot invoca a polícia, a justiça, a natureza, o código civil, a tropa, o procurador, o rei! Ele tenta, inutilmente, é claro, invocar aquilo que não existe em suas filhas: o respeito e o temor à lei. E a que lei ele se refere? Goriot é bem específico, é à lei que faz a sociedade e o mundo funcionarem, a lei que se estabelece quando a paternidade não é esmagada e que sucumbe quando ‘as crianças não amam seus pais’. Goriot invoca essa lei justamente porque intuitivamente percebe que suas filhas encarnam aquilo que existe de mais perigoso para a vida em sociedade, isto é, um desejo irrefreável, uma pulsão que não encontra obstáculos ou, caso com eles se depare, trata-os como meros contratemplos removíveis. Delphine e Anastasie representam, em vários momentos, essa primazia do princípio de prazer. Ao longo da história, atestamos suas

incapacidades de sacrificarem seus próprios desejos, a menos que isso concorra claramente para concretização de seus objetivos. Goriot, dando prosseguimento ao seu instigante ensaio sobre o psiquismo das filhas, denuncia essa deficiência na capacidade de amar. Ele assim se manifesta sobre esse ponto:

Sou tolo! Elas não me amam, nunca me amaram. Isso é tão óbvio. Se elas não vieram, não viram mais. Quanto mais demorarem, menos se resolverão a me dar esse prazer. Eu as conheço. Nunca souberam adivinhar nada de meus desgostos, de minhas dores, de minhas necessidades, portanto, não adivinharão melhor minha morte. Elas simplesmente não sabem o segredo de meu carinho. Sim, eu vejo, para elas o hábito de abrir minhas entranhas tirava o valor de tudo o que eu fazia. Teriam me pedido para vazarem um olho, eu lhes diria: “Vaze-os!” Sou muito burro. (p. 280-281)

Suas filhas nunca o amaram e ele as amou em demasia. Aliás, Goriot utiliza-se do amor para justificar as falhas na função de pai e a corrupção que opera em suas filhas. E com base nesse ponto, resgatamos o conceito, discutido no capítulo dois, de ambiente suficientemente bom de Winnicott (1975) e sua função na passagem do princípio de prazer para o princípio de realidade. É o próprio autor, aliás, quem faz essa importante conexão, de modo que não anunciamos nenhuma novidade ao afirmar que um ambiente suficientemente bom só pode ser assim definido à medida que permita ou estimule na criança a passagem do princípio de prazer para o de realidade. É aqui que Goriot parece falhar, pois, no exercício de uma função parental fortemente marcada pela identificação narcísica com as filhas, parece não ter sido capaz de enxergar à necessidade de erigir determinados limites e imposições que pudessem auxiliar nesta passagem do princípio de prazer para o de realidade, sem o qual a vida em sociedade é esmagada pela potência das pulsões.

Atentemos para um detalhe: o amor é apontado, por pai Goriot, como a base de todo esse processo que viabiliza a vida em sociedade. Se os filhos não amam seus pais, tudo se acaba. Se a

paternidade é esmagada, o mundo pára de funcionar. É possível encontrar em Freud (1921/2006) opinião semelhante sobre o efeito civilizador do amor nos grupos e nos indivíduos:

No desenvolvimento da humanidade como um todo, do mesmo modo que nos indivíduos, só o amor atua como fator civilizador, no sentido de ocasionar a transformação do egoísmo em altruísmo. E isso é verdade tanto do amor sexual pelas mulheres, com todas as obrigações que envolve de não causar dano às coisas que são caras às mulheres, quanto do amor homossexual, dessexualizado e sublimado, por outros homens, que se origina do trabalho em comum. (p. 114)

A afinidade que existe entre a proposta freudiana do amor como fator civilizador (Freud, 1921/2006) e a observação que pai Goriot faz sobre a deficiência na capacidade de suas filhas em amá-lo, novamente nos revela, além do olhar perspicaz de Balzac e de Freud, a validade que a obra literária de um grande mestre possui para a pesquisa e o estudo psicanalíticos. Na perspectiva da psicanálise, o grupo possui um fator de importante limitação dos impulsos sexuais, pelo menos para aqueles que do grupo participam, o que levou Freud (1921/2006) à conclusão de que a “essência de uma formação grupal consiste em novos tipos de laços libidinais entre os membros do grupo” (p. 114), laços estes que se originariam a partir do desvio que se processa nas pulsões sexuais em relação a seus objetivos originais, o que possibilita o surgimento do amor dessexualizado ou sublimado – o amor destinado aos pais, irmãos, amigos, ou à humanidade como um todo. Uma conclusão imediata é que se pretendemos estudar a relação entre pais e filhos, seja ela caracterizada ou não por esse amor que inibe a pulsão, não podemos deixar de incluir em nossa análise o fundamento sexual que se encontra subjacente.

Isso é o que nos ensina Freud (1921/2006) para quem o núcleo do amor consiste no amor sensual com o objetivo de realizar a união sexual, mas o que não nos impede de isolar

Por um lado, o amor próprio, e, por outro, o amor pelos pais e pelos filhos, a amizade e o amor pela humanidade em geral, bem como a devoção a objetos concretos e a idéias abstratas (...) a

pesquisa psicanalítica nos ensinou que todas essas tendências constituem expressão dos mesmos impulsos instintuais; nas relações entre os sexos, esses impulsos forçam seu caminho no sentido da união sexual, mas, em outras circunstâncias, são desviados desse objetivo ou impedidos de atingi-lo, embora sempre conservem o bastante de sua natureza original para manter reconhecível sua identidade (como em características tais como o anseio de proximidade e o auto-sacrifício) (p. 101)

Assim, parece-nos extremamente valioso que o sexual – e suas vicissitudes – seja encarado como um elemento importante na configuração das relações familiares para que possamos compreender melhor o seu papel na constituição da subjetividade humana, já que o processo formador dos vínculos familiares e sociais duradouros, ou seja, a inibição que determinadas pulsões sofrem em suas finalidades sexuais, produzem alterações que repercutem inexoravelmente na constituição do Eu. Nesse sentido, o amor que os filhos sentem pelos pais deve sofrer uma pressão que desvia os impulsos sexuais eróticos e agressivos para outros objetos, ou ainda, num movimento narcísico, para o próprio Eu, e o móvel desta pressão seria o próprio amor, no sentido de que a criança, para não perder o amor parental, sacrificaria parte de suas pulsões, buscando novos destinos não sexuais.

Contudo, se estiver correta a nossa hipótese de que o elemento narcisista do amor parental pode ser o representante da recusa dos pais em abandonar novamente seu objeto primário revivido com o advento de seus filhos e, além disso, se essa renovação da perda ocorrida, dentre outros motivos, graças ao luto da criança idealizada, for capaz de gerar nos pais uma fuga para suas fantasias com um afastamento emocional em relação à criança – a morte psíquica da figura parental –, enfim, se estivermos corretos em pensar dessa forma, então talvez nos deparemos com uma situação em que essa pressão para o desvio dos impulsos sexuais para objetivos mais sublimados sofra uma perturbação.

Imaginemos um exemplo hipotético: a mãe, repentinamente absorvida em um luto interminável pelo objeto perdido, surpreende a criança que, de súbito, vê-se abandonada e desamparadamente entregue à pressão indomável de suas próprias pulsões. Como visto no capítulo anterior, a criança, nessas circunstâncias críticas, utiliza-se de todos os artifícios de que dispõe para reanimar a mãe, que se encontra psiquicamente morta aos seus olhos, e acaba sendo, por sua vez, absorvida com tamanha intensidade nesse processo que os investimentos voltados ao objeto materno primário da fusão não cedem “lugar aos investimentos próprios ao Eu, fundadores de seu narcisismo pessoal, Eu doravante capaz de investir seus próprios objetos distintos do objeto primitivo” (Green, 1988, pp. 264-265). Ou seja, o objeto primário não é capaz de promover aquilo que Green (1988) denomina de estrutura enquadrante, pois não pode ser apagado do espaço representativo a menos que o amor do objeto seja

Suficientemente seguro para desempenhar este papel de continente no espaço representativo. Este último não está mais ameaçado de rachar; pode suportar a espera e mesmo a depressão temporária, a criança sentindo-se mantida pelo objeto materno mesmo quando não está mais lá. O quadro oferece, em suma, a garantia da presença materna na sua ausência e pode ser preenchido por fantasias de todos os tipos, inclusive fantasias agressivas violentas que não colocarão em perigo este continente. O espaço assim enquadrado, constituindo o receptáculo do Eu, circunscreve, por assim dizer, um campo vazio a ser ocupado pelos investimentos eróticos e agressivos sob a forma de representações de objeto. Este vazio (...) desempenha então o papel de uma matriz primordial dos investimentos futuros. (p. 265)

Portanto, parece possível afirmar que no complexo da mãe morta, tal como descrito por Green (1988), ocorre uma perturbação decisiva naquilo que estamos chamando de função parental, o que provocaria uma fixação no objeto primário em detrimento da introjeção narcísica do seu semblante auto-suficiente; por conseguinte, o abismo com o qual o Eu se depara torna-se imenso; ele se encontra só em seu revolto oceano pulsional e, nesse caso, com um agravante, pois

além de lhe ser interdito o existir, também esbarra na impossibilidade de tornar-se, ele mesmo, objeto de suas pulsões. Assim,

O percurso do sujeito evoca a caça em busca de um objeto inintroduzível, sem possibilidade de ele renunciar ou perdê-lo e tampouco com possibilidade de aceitar sua introjeção no Eu investido pela mãe morta. Em suma, os objetos do sujeito ficam sempre no limite do Eu, nem completamente dentro nem totalmente fora. E isto porque o lugar está ocupado, no centro, pela mãe morta (p. 252).

O Eu, após tentar de tudo para reanimar a mãe morta e reconquistar seu amor, constata sua incapacidade e inadequação. Sua saída é o “*desinvestimento do objeto materno e a identificação inconsciente com a mãe morta* (...) desinvestimento, sobretudo afetivo, mas também representativo, constitui um assassinato psíquico do objeto realizado sem ódio” (Green, 1988, p. 249). A criança está só, pelo menos do ponto afetivo e o que talvez seja ainda mais importante para nossa discussão, perde o amor materno de forma muito precoce.

Como toda essa digressão pode ser ilustrada pelo romance balzaquiano? Parece-nos válido afirmar que pai Goriot é um personagem que vive um luto antigo. A morte da esposa que “foi para ele objeto de uma admiração religiosa, de um amor sem limites” (Balzac, 1834-35/2006, p. 105), representou um golpe que supostamente só foi superado com o deslocamento de toda sua afeição para as filhas Delphine e Anastasie. Suponhamos, contudo, que as coisas não tenham ocorrido exatamente dessa maneira e, pelo menos para Goriot, experimentar a morte da esposa tenha reaberto sua ferida narcísica com tamanha intensidade que, absorto por seu luto, retirou completamente o interesse de tudo, inclusive de suas filhas. Se seguirmos mais adiante em nossa suposição, talvez nos deparemos com um súbito interesse e uma intensa veneração por Delphine e Anastasie não tanto como um investimento realmente voltado para o exercício da paternidade, mas como uma forma desesperada de manter o devotado investimento – narcisista? – que

destinava a sua esposa. Assim, pedindo autorização para dar mais um passo nas divagações que a postura de pai Goriot nos estimula, diríamos que Goriot parece amar mais esse estado de devoção em si do que o objeto para o qual a devoção se destina, um amor auto-referenciado, internamente alimentado e que, se dispõe de um objeto no mundo externo, é menos com o propósito de estabelecer com ele uma relação de complementaridade do que de buscar nele uma identificação narcisista.

Ou seja, talvez possamos ler nos mimos exagerados, na realização dos mínimos desejos muitas vezes antes mesmo de serem verbalizados, enfim, em toda a licenciosidade que caracterizava as ações de Goriot na educação das filhas a possibilidade que tal postura cria para a sustentação desse estado de devoção fora do qual Goriot aparentemente não sabia viver: devoção pelo trabalho, depois pela esposa e por fim pelas filhas; contudo, trabalho, esposa e filhas são objetos irremediavelmente deformados pela fantasia, graças à projeção narcisista, o que nos remete a uma regressão que torna a sexualidade “*novamente auto-erótica, a função do objeto sendo a de satisfazer este auto-erotismo ‘objetal’*” (Green, 1988, p. 47).

Antes de continuar, devemos afastar a objeção que poderia ser feita contra a utilização da teoria do complexo da mãe morta para o estudo dos vínculos da família Goriot pelo fato de Goriot ser um pai e não uma mãe. Recordemos que, segundo o próprio Green (1988), o complexo da mãe morta deve nos remeter ao campo do simbólico e não à diferenciação dos sexos ou dos objetos parciais seio e pênis. Ou seja, toda a elaboração deve ser feita levando em consideração a tentativa de estabelecer uma produção teórica e não uma descrição fenomenológica. Valorizamos assim a utilização da metáfora, pois “o seio, como o pênis, só pode ser simbólico” (Green, 1988, p. 246) tanto no complexo da mãe morta, quanto no complexo de Édipo. Dessa forma, talvez possamos nos sentir confortáveis para utilizar essas definições na análise de *O Pai Goriot*,

entendendo a mãe como conceito e não como gênero de tal modo que, nos desenvolvimentos que referem ao complexo da mãe morta, a metáfora nos remeta à morte psíquica da figura parental aos olhos da criança e às conseqüências que isso pode ocasionar, seja essa figura parental representante do sexo masculino, seja do feminino.

Em resumo, não afirmamos que seja possível encaixar perfeitamente o romance *O Pai Goriot* na descrição teórica e clínica do complexo da mãe morta e esse encaixe tampouco seria necessário para nossos objetivos, pois, como nosso interesse não é descritivo, não precisamos encontrar no texto balzaquiano os vestígios que comprovem a posição de Goriot e de suas filhas no complexo. Como já afirmamos anteriormente, basta-nos a percepção de que existe alguma relação explicativa entre o investimento parental narcisista e a perturbação pulsional que caracteriza o complexo da mãe morta; a partir desse ponto, nossa meta é compreender como essa estrutura interfere nos processos de subjetivação e de que forma é possível realizar uma leitura de *O Pai Goriot* sob esse paradigma.

Tentaremos defender a tese de que a função parental em Goriot encontra-se marcada pelo complexo da mãe morta. A devoção irrefletida que alimentou durante sua vida, ou melhor, a necessidade que teve de viver em estado de devoção – primeiro pelo trabalho e sucessivamente pela esposa e filhas – poderiam ser entendidas como processos de subjetivação fortemente orientados para objetivos narcisistas. Um amor que se caracterizou não tanto pela inclusão do outro num circuito complementar, mas pela utilização do outro como ponto de apoio para a projeção de seu objeto primário. Portanto, Delphine e Anastasie, naturalmente enlutadas pela morte real da mãe, também se depararam com a morte psíquica do pai, que permaneceu absorvido por seu próprio luto. Assim, Delphine e Anastasie se viram, subitamente, expostas a uma situação pouco segura, posto que ambígua, pois toda aquela devoção que aparentemente era

destinada a elas carregava o sinal confuso do afastamento afetivo de seu pai. No fundo, estavam sós, pois o amor que Goriot lhes destinava também foi marcado pela ambigüidade: aparentemente amadas sem limitações, mas servindo intrinsecamente aos propósitos narcisistas impostos, inconscientemente é claro, por seu pai.

Parece possível afirmar, portanto, que a função parental em Goriot encontrar-se-ia fortemente perturbada e que a fonte desta perturbação nos remeteria à sua sexualidade. A consequência mais imediata disso: Goriot se torna incapaz de fazer funcionar o amor objetal de forma plena. E como poderíamos definir esse tipo amor? Novamente deixemos que Green (1988) antecipe a resposta. Segundo o autor,

Não é fácil dizer no que consiste o amor objetal, mas qualquer observador de uma relação mãe-criança comum sabe do que se trata. Formulado no *Vocabulário de Psicanálise*, diremos que o amor objetal consiste no investimento pela criança da mãe como garantia de um bem-estar quando as pulsões são ativadas em busca da satisfação que elas esperam de um objeto situado fora da esfera das pulsões. Sabemos que a satisfação imediata das pulsões é impossível, que a frustração é inevitável, que a adaptação perfeita da mãe à criança é um momento de graça que não dura, se é que alguma vez existiu, e que deve, na verdade, ser compreendida como uma fantasia retroativa de uma idealização do passado: a idade de ouro entre uma mãe falante e seu *infans*. (p. 156)

As exigências pulsionais são insaciáveis e a criança é incapaz de realizar uma ação específica que seja satisfatória o suficiente para dar conta destas exigências. Precisa, portanto, que a mãe se adapte a ela, o que só pode acontecer de forma imperfeita. O trabalho retroativo da fantasia também chama atenção nessa passagem, pois a criança cria um tempo mítico no qual supostamente sua mãe foi capaz de tornar sua vida pulsional tolerável para o Eu. A partir daí,

Tudo o que é rememorável, e até memorável, é a série pulsão-desejo-demanda-frustração-satisfação diferida, necessariamente incompleta, mais ou menos adaptada ao desejo colocado em movimento pela pulsão. Conseqüentemente, o amor objetal só pode ter, pelo lado do objeto externo, um fim e um resultado, exceto no caso que Freud chama de *a ação específica* (a

satisfação pulsional): tornar as pulsões toleráveis para o Eu. É justamente a ação específica que dá à criança a sensação de amada e constitui paralelamente o narcisismo positivo e a crença no amor objetual. Toda satisfação antecipada (antes mesmo do desejo tornar-se consciente para a criança), toda satisfação dada sem amor ou diferida para além das possibilidades de espera do bebê toda difusão das angústias da mãe transformam esta ação especificamente boa em ação especificamente má (Green, 1988, pp. 156-157).

E quais seriam as conseqüências de ambos os tipos de ação específica, a boa e a má? Green (1988) continua sua explicação afirmando que no primeiro tipo, isto é, na ação específica que permanece boa o Eu é capaz de estabelecer uma organização que será relativamente estável. O objeto externo foi capaz de desempenhar sua função auxiliar de espelho e isso tranqüiliza o Eu da criança, pois reduz a intensidade dos perigos que ele precisa enfrentar. Basicamente, “o Eu só terá que tentar se defender do caráter intempestivo demais de certas exigências pulsionais; pode contar com a ajuda e o socorro do objeto (externo e interno) nesse conflito com as pulsões” (p. 157). A partir de então, surgindo a necessidade de algum tipo de refluxo narcisista devido a uma decepção com o objeto, o Eu será capaz de encontrar refúgio na idealização de si mesmo, ainda que esse abrigo seja bastante precário. Supondo que essa ameaça seja tão severa que coloque em risco até mesmo este refúgio, o Eu conhecerá as angústias narcisistas, “angústias regressivas, sem dúvida, mas regressão sem caráter eminentemente destrutivo da realidade psíquica e da realidade exterior, material”. (p. 157)

Por outro lado, se o objeto não cumpre sua função de auxiliar do Eu, a ação específica torna-se especificamente má, fazendo surgir uma segunda fonte de conflito para o Eu da criança, a partir do qual aparecerão não apenas as angústias narcisistas, mas também as psicóticas.

Isto é, o Eu, em vez de ter que se defender somente das pulsões e seus derivados (objetos fantasmáticos), travará um combate numa dupla frente. Por um lado, continuará a lutar contra as pulsões; por outro, terá de lutar contra o objeto. Entre dois fogos, não sabendo o que fazer

primeiro e em que frente o perigo é mais presente, porá em ação os recursos de que dispõe pela colocação em jogo das pulsões de destruição. As pulsões de destruição deter-se-ão alternadamente no objeto externo, no objeto interno, inclusive sobre o próprio Eu. A identificação projetiva será então excessiva. A realidade externa, assim como a realidade interna, serão odiadas. (Green, 1988, p. 157)

Essa reflexão sobre os vínculos entre pai Goriot e suas filhas nos permite, portanto, considerar a função parental a partir de uma perspectiva dupla. De um lado, teríamos a subjetividade parental, ou melhor, a sexualidade parental que, indelevelmente marcada por seus próprios objetivos narcisistas, cria uma ameaça para o Eu da criança, um verdadeiro objeto-trauma (Green, 1988). E é sobre este objeto-trauma que se constitui o outro pólo dessa relação, isto é, um duplo conflito que toma de assalto a subjetividade infantil que, além de lidar com a intempestividade de seu próprio campo pulsional, precisa se proteger contra a ameaça “que o objeto representa para o Eu, à medida que força o Eu a modificar seu regime pela sua simples existência” (Green, 1988, p. 154). O Eu, cedo ou tarde reconhece que o objeto não está à sua disposição e por isso precisa, além de ordenar outras instâncias – o Isso, o Supereu e a realidade – “violentar-se para sair de sua quietude e *ir ao* objeto, como se diz *ir ao* trabalho” (Green, 1988, p. 154).

Além disso, e é o mais importante, o objeto não é nem fixo nem permanente. Ele é *aleatório* no tempo, assim como no espaço. Muda de humor, de estado, de desejo e, portanto, força o Eu a um trabalho de ajustamento considerável. Por fim, o objeto tem seus desejos próprios, que apenas coincidem parcialmente com os do Eu. Ele tem *seu* fim e *seu* objeto, que não necessariamente vão no sentido da reciprocidade almejada pelo Eu. (Green, 1988, p. 154)

Assim, parece possível afirmar que Delphine e Anastasie, sofrem um duplo trauma, um proveniente de suas próprias montagens pulsionais – o traumatismo da irrupção da sexualidade – e outro gerado pela inevitável imprevisibilidade de seu objeto parental, objeto-trauma por

definição, posto que objeto da pulsão. O efeito dessa dupla frente de combate seria a liberação das pulsões de destruição que se voltariam contra o objeto, seja ele interno ou externo. A ingratidão das senhoritas Goriot talvez encontre aí uma explicação dinâmica, pois a destrutividade parece ter papel mais proeminente na caracterização das atitudes e dos sentimentos de Delphine e Anastasie em relação ao pai. Entretanto, propomos momentaneamente a troca da palavra ingratidão por reação do Eu e, dessa forma, tentemos analisar a atitude das filhas de Goriot como o resultado de forças que empurram Goriot, Delphine e Anastasie até essa posição. Logo, não buscaremos os culpados pelos destinos da família Goriot; em vez disso, diremos somente que a função parental transita sempre sobre uma linha móvel e tênue que coloca, de um lado, a possibilidade de oferecer aos filhos uma continência suficientemente boa a ponto de ajudá-los a tolerar suas próprias pulsões e, com isso, superar o princípio de prazer, enquanto, do outro lado, permanece sempre presente a ameaça da indisponibilidade parental alimentada pela presença de desejos que só coincidem parcialmente com os da criança. Parcialmente coincidentes, logo, parcialmente divergentes e entendemos ser possível localizar aí o rastro dos objetivos narcisistas que os pais se viram obrigados a abandonar e que agora tentam realizar ancorando-se na fantasia para manter viva a idealização de seus filhos.

Todavia, consideramos pouco provável que essa linha divisória possa ir além daquilo que se propõe a ser, ou seja, uma mera delimitação teórica de duas posições que estão longe de se excluir mutuamente; ao contrário, e novamente concordamos com Freud (1914/2004) quando ele desautorizava a separação radical nos seres humanos dos dois tipos de escolha de objeto, preferindo, ao contrário, “a hipótese de que ambos os caminhos para a escolha de objeto estão franqueados a todo ser humano e de que um ou outro caminho acabará sendo privilegiado” (p. 108).

Anteriormente tentamos defender a hipótese de que o investimento parental narcisista possui valor inestimável para a estruturação psíquica, pois assegura à criança uma quota de amor que mantém, em maior ou menor grau, o fluxo do desejo parental em sua direção. Porém, baseado no que acabamos de dizer, devemos também mostrar a outra face do investimento de caráter narcisista. Parece que se os pais não puderem abrir mão dessa busca pela manutenção de sua revivescência narcísica na relação com os filhos, tornam-se incapazes de fazer funcionar o amor objetal e, dessa forma, abandonam a criança à própria sorte, às voltas com suas demandas pulsionais – que se tornam intoleráveis – e com as ameaças que provocam pelo simples fato de serem os objetos pulsionais da criança. Talvez, assim, a passagem para o princípio de realidade fique seriamente perturbada, pois faltará à criança a tranquilidade para que estruture sua vida psíquica e aprenda a renunciar o prazer auto-erótico imediato.

Novamente encontramos na postura de Goriot um ponto de apoio interessante para nossas reflexões, já que o esforço que essa personagem empreende para realizar todos os caprichos de suas filhas e, em última instância, a própria essência de relação com elas pode ser compreendida como a busca da realização de um prazer auto-erótico. Ao satisfazer os menores desejos Delphine e Anastasie, Goriot tentava, inconscientemente, realizar seus próprios objetivos narcisistas e a conseqüência dessa projeção do objeto primário nas filhas acaba sendo inevitável: a realização dos desejos é estimulada e a capacidade de renúncia pulsional fica comprometida, o que impede que o amor egoísta, característico dos primeiros vínculos do sujeito, ceda espaço para o altruísmo, pois como já mencionamos acima, “só o amor atua como fator civilizador, no sentido de ocasionar a transformação do egoísmo em altruísmo” (Freud, 1921/2006, p. 114). Entendemos que nessa citação Freud se refere ao amor objetal e não ao narcisista. Assim, se afirmamos antes que o amor parental narcisista é essencial para insuflar a vida psíquica no sujeito, concluiremos

agora que o amor objetal cumpre sua função no estabelecimento das bases para que o sujeito possa ser inserido na vida em sociedade.

Por fim, resta-nos a autocrítica de que talvez tenhamos ido muito longe na utilização de uma obra de ficção, cuja complexidade, além de abrir margem para inúmeras outras interpretações, necessariamente não garante a precisão das que foram aqui propostas. Esse ponto, todavia, ao invés de nos inquietar, traz-nos a sensação de que o exercício de interpretação realizado nada mais foi do que isto: um exercício, uma tentativa de articular o conhecimento que a psicanálise nos oferece com a profundidade psicológica presente nas personagens de *O Pai Goriot*. A partir da leitura psicanalítica que essa obra nos estimula, testamos algumas de nossas hipóteses em relação à função parental e ao modo como esta função se insere na configuração subjetiva das crianças.

Não tentamos encontrar o mecanismo, a engrenagem, ou mesmo o processo intersubjetivo que pudesse ser destrinchado com o objetivo de compreender exatamente como a subjetividade dos pais pode interferir na constituição da subjetividade dos filhos. Tentamos, antes, verificar a viabilidade de uma leitura psicanalítica da relação entre pais e filhos e, ainda que nosso enfoque, em alguns momentos, tenha recaído mais sobre a subjetividade parental do que sobre a subjetividade dos filhos, é importante ressaltar que, não concebemos, pelo menos não no escopo deste trabalho, que seja possível estudar a função parental sem levar em consideração as características e a subjetividade dos filhos e, nesse caso, a recíproca também parece ser verdadeira. Foi assim que encontramos na análise da sexualidade, que fundamenta e move a relação de pais e filhos, um ponto de apoio importante para a nossa compreensão desse complexo tema e a leitura de *O Pai Goriot* serviu-nos duplamente, por um lado oferecendo trechos que

exemplificaram a argumentação e por outro, estimulando-nos a sensibilidade e direcionando-nos a percepção para as nuances dos intrincados fenômenos presentes nesta relação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento em que nos aproximamos do encerramento deste trabalho, surge em nós, de maneira incontrolável, a sensação de que produzimos mais questionamentos do que oferecemos respostas. O afã inicial da busca pela compreensão profunda dos conflitos entre pais e filhos esbarrou, como era inevitável, na complexidade e amplitude inerente não apenas ao próprio tema, mas ao recorte teórico e metodológico que tentamos realizar. Nesse sentido, convém explicitarmos melhor o formato que este trabalho tomou e o faremos nesse ponto e não naquele destinado à introdução por dois motivos. Primeiramente, porque essa percepção, que agora dividiremos com o leitor, só torna-se possível após a conclusão deste percurso, durante as intermináveis releituras, revisões e discussões empreendidas. Em segundo lugar, e talvez mais importante do que o ponto anterior, porque julgamos que procedendo dessa forma seremos capazes de criar, para este trabalho, uma comparação que ajudará a resumir os caminhos percorridos até aqui.

Inicialmente, esta dissertação pode causar a impressão de que transcorrerá em torno do tema desenvolvimento infantil. O capítulo um possui um pouco desse apelo e, de certa forma, empreendemos lá um estudo que se volta muito mais para a subjetividade infantil do que para a parental. Parece que naquele momento nos afastamos da função parental, enfocando o desenvolvimento psíquico da criança. É somente no decorrer das discussões e, mais propriamente, nos capítulos seguintes, que o tema se apresenta de maneira mais pujante, tornando possível a proposição e a defesa das hipóteses apresentadas neste trabalho, bem como a vinculação do primeiro capítulo com os demais. Em outras palavras, diríamos que esta dissertação começa aproximando-se da criança, enfatiza o estudo dos pais e culmina com a

tentativa de compreender o fator de perturbação mútua que oferecem. De forma surpreendente, ao menos para nós, esta estrutura se aproxima de maneira extremamente fiel de outra com a qual temos contato diário no consultório, a saber, a estrutura que sustenta o trabalho proposto às famílias que procuram nosso atendimento.

Ainda que o primeiro contato seja, de ordinário, com os pais da criança, em geral é com esta última que iniciamos o tratamento propriamente dito. Contudo, à medida que o tratamento avança, o contato com os pais torna-se necessário, seja para trabalhar as resistências da criança ou dos pais ao tratamento. Necessário, ainda que não obrigatório, o trabalho com os pais tem se mostrado tão enriquecedor para o tratamento que, em algumas situações, chegou a preceder o tratamento da criança ou até mesmo substituí-lo. Neste último caso, refiro-me ao trabalho com grupo de pais, nos quais a temática quase sempre gira em torno das dificuldades que a figura parental encontra na educação de seus filhos e o modo como sua subjetividade interfere nessa problemática. Portanto, foi uma grata surpresa notar como a estrutura deste trabalho o aproximou da experiência clínica que, em última análise, foi a fonte inspiradora da elaboração teórica que tentamos realizar.

Olhando agora de forma retrospectiva, temos a nítida impressão de que mesmo tendo enfatizado, no capítulo um, o estudo do narcisismo na criança, tentando oferecer uma explicação sobre como o egoísmo e a hostilidade na criança se inscrevem como expressões narcisistas da subjetividade infantil, parece-nos que nosso interesse já estava delimitado desde o início e não apontava tanto para a criança, mas para os pais, ou mais especificamente, sobre como a subjetividade parental pode interferir na função parental.

Assim, uma referência importante foi o conceito de função parental apresentado por Algarvio, Leal, Maroco e Serra (2008), não somente por ter-nos dado um ponto de partida seguro,

mas também por possibilitar, em alguns momentos, o apoio para que dele nos afastássemos, o que ocorreu, por exemplo, no momento em que questionamos o enquadramento proposto para este conceito. Segundo as autoras, a função parental define-se pelo equilíbrio satisfatório entre o investimento narcísico e o objetal e, como tentamos demonstrar, especialmente nos capítulos dois e três, este equilíbrio estaria, na prática, longe de ser satisfatório, sendo somente possível imaginá-lo assim em um plano teórico, estrutural, mas não fenomenológico.

Foi justamente a tentativa de buscar uma compreensão estrutural da função parental que guiou nossos passos ao longo desta dissertação de tal forma que, mesmo os exemplos clínicos citados ao longo do texto não foram escolhidos para sustentar a criação de procedimentos técnicos, nem para delimitar características universais na configuração dos conflitos entre pais e filhos, e sim, para que tivéssemos a oportunidade de discutir determinados fenômenos que observamos na clínica à luz da teoria psicanalítica. Dessa forma, consideramos como a maior conquista desta pesquisa a aproximação que busca entre a sexualidade, a função parental e o desenvolvimento psíquico da criança, uma aproximação que, como afirmamos no início desta conclusão, trouxe-nos mais questionamentos do que confirmações.

Não obstante, tentamos nos posicionar sobre alguns pontos que consideramos centrais para esta pesquisa. Foi assim que procedemos, por exemplo, com a relação estabelecida entre a função parental e o funcionamento psíquico da criança. Baseando-nos especialmente nas idéias de Freud, Winnicott e Laplanche, tentamos defender a possibilidade de definir uma função parental como satisfatória ou insatisfatória a partir da menor ou maior, respectivamente, dificuldade que cria, na criança, para que o princípio de prazer possa ser superado e suplantado pelo princípio de realidade. Satisfatório ou insatisfatório, portanto, do ponto de vista do

funcionamento psíquico da criança e não do prazer ou desprazer que ser pai e ser mãe pode gerar na figura parental.

Acreditamos, pois, termos sido capazes de ao menos fazer o contorno de algumas ligações que existem entre a função parental e o desenvolvimento da subjetividade infantil no que diz respeito aos princípios do funcionamento psíquico, especialmente quando inserimos nessa discussão a perturbação que a sexualidade é capaz de exercer. E este foi outro ponto que recebeu de nós tratamento diferenciado. A hipótese, nesse caso, remete-nos à compreensão, inaugurada pela psicanálise, de como a sexualidade irrompe de forma traumática, especialmente no início da vida quando a tensão pulsional cria uma pressão com a qual o Eu só é capaz de lidar de maneira insatisfatória. Esta pressão promove alterações no Eu, que, a partir de então, se oferece como objeto pulsional; o Eu renuncia, dessa forma, parte da fruição pulsional, em troca da garantia do amor do objeto sexual primário. O amor narcisista que assim se constitui torna-se uma forma de alocação libidinal que estará disponível e será fruído com maior ou menor intensidade conforme as condições se mostrem mais ou menos propícias.

Até esse ponto julgamos que estas idéias representam apenas uma leitura da forma como Freud (1914/2004) entende a estrutura narcisista. Da mesma forma, nos apoiamos no estudo freudiano sobre o narcisismo para afirmar que uma das condições mais propícias para a revivescência do amor narcisista surge com o nascimento dos filhos. A partir daí, o que tentamos defender, foi que a intensidade como a qual essa revivescência narcisista surge nos pais pode determinar o grau suficientemente bom ou mau da função parental. Assim, tentamos defender a idéia de que certa medida de investimento narcisista faz-se necessária para que o bebê seja capaz de fazer o desejo dos pais fluir em sua direção. Quando isso não ocorre, nos deparamos com uma situação bastante ameaçadora para a criança, pois ela se vê diante de “uma mãe que permanece

viva, mas que está, por assim dizer, morta psiquicamente” (Green, 1988, p. 239) aos seus olhos. O complexo da mãe morta, como é chamado por Green (1988), mostra-nos como podem ser graves para a criança as conseqüências de não conseguir mobilizar, no psiquismo da mãe, essa corrente que faz reviver a relação com o objeto perdido. Além dos perigos que suas próprias pulsões representam, a criança precisa lutar em uma nova frente de batalha, isto é, a relação com um objeto inconstante, inseguro e incapaz de ajudá-la a lidar com sua vida pulsional, numa palavra, um objeto-trauma.

Por outro lado, tentamos também mostrar que o investimento parental narcisista pode gerar perturbações na função parental de tal forma que durante o desenvolvimento a criança permaneça fixada em formas egoístas de satisfação. A partir da afirmação feita por Freud (1921/2006) de que “no desenvolvimento da humanidade como um todo, do mesmo modo que nos indivíduos, só o amor atua como fator civilizador, no sentido de ocasionar a transformação do egoísmo em altruísmo” (p. 114), propusemos a discussão sobre como o investimento parental narcisista pode contribuir para a manutenção dessa fruição egoísta, no sentido de que os pais, motivados inconscientemente por seus objetivos narcisistas, reivindicam para a criança tudo aquilo que tiveram que renunciar. Como vimos anteriormente:

A criança deve ter melhor sorte que seus pais, não deve ser submetida aos mesmos imperativos que eles tiveram de acatar ao longo da vida. Doença, morte, renúncia à fruição, restrições à própria vontade não devem valer para a criança; as leis da natureza, assim como as da sociedade, devem se deter diante dela, e ela deve realmente tornar-se de novo o centro e a essência da criação do mundo. *His Majesty the baby*, tal como nós mesmos no imaginamos um dia (Freud, 1914/2004, p 110).

Apesar da declarada ênfase que foi dada ao estudo do narcisismo, foi possível encontrar nesse ponto uma brecha para refletir sobre o amor objetal, seu significado e efeitos para o

psiquismo infantil. Vimos que o amor objetal pode ser compreendido como uma função enquadrante, ou seja, que proporciona a formação de um continente afetivo no qual a criança pode confiar e, por isso, apagar. O amor objetal teria, assim, como função precípua “tornar as pulsões toleráveis para o Eu” (Green, 1988, pp. 156). Nesse caso ficaria estabelecida uma relação de confiança no objeto de amor, pois este permanece disponível, aos olhos da criança, para ajudá-la a lidar com seus excessos pulsionais.

Toda essa reflexão sobre o narcisismo e a função parental esteve, nos dois primeiros capítulos, ancorada na clínica, mas principalmente na leitura e análise da bibliografia. O terceiro capítulo abriu-nos a oportunidade de ampliar, e talvez suavizar, nosso estudo por meio da literatura. Durante a elaboração desta dissertação, tivemos a felicidade de entrar em contato com uma obra prima de Honoré de Balzac que muito nos ajudou a pensar os fenômenos da parentalidade. Salientamos novamente a importância dessa incursão pela literatura que foi extremamente útil na exemplificação dos conceitos apresentados, mas, principalmente, no despertar de nossa sensibilidade para nuances que, de outra forma, talvez passassem despercebidas. Poderíamos resumidamente dizer que a forma final assumida por este trabalho, levando em consideração os caminhos percorridos, os conceitos escolhidos, os exemplos apresentados e, do outro lado, tudo o que ficou excluído ou não recebeu tanta ênfase, deve-se, em grande parte, ao impacto que a leitura de *O Pai Goriot* causou em nós. Assim, consideramos que a literatura assume nesse trabalho tanto um valor ilustrativo quanto epistemológico.

Julgamos interessante indicar nesse momento alguns pontos que, a partir dessa pesquisa, surgem como questionamentos que podem nortear futuros trabalhos. É o caso, por exemplo, da discussão apresentada já na introdução sobre a resistência que os pais podem oferecer ao tratamento que eles mesmos procuram para seus filhos. Talvez possamos afirmar, com base em

nosso estudo sobre o narcisismo parental, que a situação terapêutica pode representar uma ameaça justamente por denunciar a contribuição da subjetividade parental nos conflitos apresentados pela criança. Mais cedo ou mais tarde essa percepção se clarifica para os pais e, dependendo da sua maior ou menor disponibilidade para entrar em contato com suas próprias questões, podemos ver instaladas resistências mais ou menos intransponíveis.

Outra discussão que decidimos evitar nesse trabalho refere-se a uma questão que talvez possamos classificar como de gênero. Em determinado momento, nos apoiamos numa questão epistemológica para justificar essa esquiva, afirmando nosso objetivo sempre foi a busca de uma elaboração teórica e não de uma descrição fenomenológica. Assim, tentamos contornar um possível desconforto na classificação de pai Goriot como uma “mãe morta”, ao assumirmos que tais palavras devem nos remeter a conceitos, ou ainda, a um entendimento estrutural das relações entre pai Goriot e suas filhas. Contudo, em nossa ânsia de buscar essa compreensão estrutural da relação entre pais e filhos, talvez tenhamos deixado de lado a oportunidade de investigar como as especificidades de cada sexo podem interferir nos processos de subjetivação aqui estudados.

Nesse caso, o único argumento que poderíamos utilizar em nossa defesa continua sendo de ordem epistemológica, contudo, com uma pequena diferença. Não diremos mais que o estudo das especificidades da função parental na mãe e no pai remeter-nos-ia automaticamente a uma exploração fenomenológica. Ao invés disso, diremos apenas que se for possível estudar, de um ponto de vista estrutural, como a função parental se diferencia em sua constituição graças à diferença de sexo ou de gênero, então teremos diante de nós um campo bastante promissor para futuras elaborações teóricas que possam dar conta dessa diferença. O valor disso para a clínica seria indescritível. Por outro lado, consideramos bastante delicado o limite que, nesse caso, ficaria estabelecido entre uma produção teórica metapsicologicamente fundamentada e uma

produzida com base em determinados valores socialmente compartilhados sobre a função de um pai e a função de uma mãe. Essa realmente parece ser uma discussão complexa e, portanto, podemos retomá-la em pesquisas posteriores.

Finalmente, uma última questão que começou a atrair nossa atenção já quase ao final do trabalho e a cuja discussão, por esse motivo, decidimos nos ater somente de modo muito superficial, pode ser formulada da seguinte maneira: de que forma a função parental atua na preparação dos filhos para a vida em sociedade? Não nos referimos aqui, é claro, àquelas funções que de tão óbvias talvez – e o ‘talvez’ é um eterno companheiro nessas discussões – sequer gerassem controvérsias: alimentação, vestuário, educação, e outros cuidados, proteções e orientações básicas com a saúde e o bem-estar. Nossa questão não nos remete a essa seara, apesar de também não a excluir. O que temos em mente ao formulá-la é um aspecto que talvez pudéssemos classificar como metapsicológico. Seria possível compreender como a função parental se inscreve nos processos civilizadores aos quais o sujeito é submetido desde o nascimento? E, além disso, qual a possibilidade de elaborar essa compreensão a partir de uma análise metapsicológica? Essas são perguntas que delimitam um amplo horizonte de pesquisa que nos remete às conexões entre o repúdio da sexualidade na espécie humana e o desenvolvimento cultural, bem como ao mal-estar e ao adoecimento que este repúdio da função sexual gera.

Enfim, concluímos esta dissertação com a esperança de que ela consiga operar no leitor efeito semelhante ao produzido em nós, ou seja, por um lado, gerar reflexões sobre o atendimento clínico de pais e filhos e, por outro, estimular a pesquisa sobre a parentalidade à luz da perspectiva psicanalítica, com especial atenção para o papel da sexualidade na determinação dos destinos da subjetividade. Consideraremos cumprido nosso objetivo se este trabalho puder ser encaixado como um esforço nesse sentido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALGARVIO, S., LEAL, I., MAROCO, J., SERRA, A. M. (2008). Preocupações parentais: Estudo comparativo entre grupo de pais normativo e um grupo de pais de crianças nascidas por fertilização *in vitro*, em *Actas do 7º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde: Intervenção em Psicologia e Saúde*, Lisboa: ISPA.
2. BALZAC, H. de (2006). *A Comédia Humana, Estudo de Costumes, Cenas da Vida Privada: O Pai Goriot*. Porto Alegre: L&PM. (originalmente publicada em 1834-35)
3. FREUD, S. (1987). *A interpretação dos sonhos*. São Paulo: Círculo do Livro S.A., vol. 1 (originalmente publicada em 1900).
4. FREUD, S. (1996). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, em Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, vol. 7 (originalmente publicada em 1905).
5. FREUD, S. (1996). *Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho psicanalítico*, em Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, vol. 14 (originalmente publicado em 1916).
6. FREUD, S. (1996). *Conferências introdutórias sobre a Psicanálise* em Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago (vol. 15), (originalmente publicado em 1916-1917).
7. FREUD, S. (2004). *À Guisa de Introdução ao Narcisismo* em Obras Psicológicas de Sigmund Freud: Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente, volume 1, Rio de Janeiro: Imago, vol. 1 (originalmente publicada em 1914).

8. FREUD, S. (2004). *Pulsões e destinos da Pulsão*, em Obras Psicológicas de Sigmund Freud: Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente. Rio de Janeiro: Imago, vol. 1 (originalmente publicada em 1915).
9. FREUD, S. (2006). *Conferências introdutórias sobre psicanálise. Parte III. Teoria geral das neuroses. Conferência XXII: algumas idéias sobre desenvolvimento e regressão – etiologia*, em Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, vol. 16 (originalmente publicado em 1917[1916-17]).
10. FREUD, S. (2006). *Luto e Melancolia* em Obras Psicológicas de Sigmund Freud: Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente. Rio de Janeiro: Imago, vol. 2 (originalmente publicada em 1917).
11. FREUD, S. (2006). *Suplemento Metapsicológico à Teoria dos Sonhos*, Obras Psicológicas de Sigmund Freud: Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente. Rio de Janeiro: Imago, vol. 2 (originalmente publicado em 1917).
12. FREUD, S. (2006). *Psicologia de grupo e análise do ego*, em Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, vol. 18 (originalmente publicada em 1921).
13. FREUD, S. (2006). *Inibições, Sintomas e Ansiedade*, em Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, vol. 20 (originalmente publicado em 1926).
14. FREUD, S. (2006). *Moisés e o Monoteísmo*, em Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, vol. 23 (originalmente publicado em 1939[1934-38]).
15. FREUD, S. (2006). *Esboço de Psicanálise*, em Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, vol. 23 (originalmente publicado em 1940[1938]).

16. FREUD, S. (2006). *Totem e Tabu*, em Edição *Standard Brasileira* das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, vol. XIII (originalmente publicado em 1913 [1912-13])
17. FREUD, S. (2007). *O Eu e o Id*, em Obras Psicológicas de Sigmund Freud: Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente, volume 3 (originalmente publicada em 1923).
18. GREEN, A. (1988). *Narcisismo de vida, Narcisismo de morte*. São Paulo: Editora Escuta.
19. HOLANDA, A. B. *Dicionário do Aurélio*. [online] Disponível na Internet na URL: <http://www.dicionariodoaurelio.com/>, acessado em 26 de maio de 2009.
20. LAPLANCHE, J. (1998). *Problemáticas I: a angústia*. São Paulo: Martins Fontes.
21. LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J.B (2001). *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
22. LAZZARINI, E. R. (2006). *Emergência do narcisismo na cultura e na clínica psicanalítica contemporânea: novos rumos, reiteradas questões*. Tese de Doutorado. UnB. Brasília DF.
23. MEZAN, R. (1985/1990). *Freud pensador da cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense.
24. SALES, L. S. (2002). Fantasia e teorias da sedução em Freud e Laplanche, em *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, **18 (3)**: 323-328.
25. VIANA, T. C. (1999). *A comédia humana, cultura e feminilidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
26. WINNICOTT, D.W. (1977). *A criança e o seu mundo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
27. WINNICOTT, D.W. (1975). *O Brincar e a Realidade*. Rio de Janeiro: Imago Editora LTDA.